

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO MIDIÁTICA

LUCAS ARANTES ZANETTI

**A DELIBERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA MEDIATEZADA: O PAPEL DO
JORNALISMO EM AMBIENTES DE CONVERSAÇÃO INFORMAIS**

BAURU
2019

LUCAS ARANTES ZANETTI

**A DELIBERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA MEDIATEZADA: O PAPEL DO
JORNALISMO EM AMBIENTES DE CONVERSAÇÃO INFORMAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob orientação da Prof. Dra. Caroline Kraus Luvizotto.

BAURU
2019

Zanetti, Lucas Arantes.

A deliberação na esfera pública mediatizada: o papel do jornalismo em ambientes de conversação informais / Lucas Arantes Zanetti, 2019
159 f. : il.

Orientadora: Caroline Kraus Luvizotto

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2019

1. Jornalismo. 2. Deliberação. 3. Mediatização. 4. Esfera pública. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. II. Título.

DEDICATÓRIA

À todas e todos que foram às ruas em defesa da educação e da universidade pública em maio e junho de 2019. Nossas preocupações e inseguranças são compartilhadas. Estamos falando do futuro de milhões de brasileiros que sofrem diariamente com a manutenção de desigualdades históricas, latentes no país, em nome de uma elite parasitária que luta exatamente para que conhecimentos sobre a própria realidade não sejam compartilhados.

À todas e todos os cientistas, pesquisadores e professores no país que, apesar das rotinas exaustivas, da infraestrutura precária, dos ataques à imagem e tentativas de desmoralização, resistem todos os dias e acreditam no poder do ensino, da pesquisa, da extensão como forma de desenvolvimento social.

À todas e todos aqueles que acreditam na democracia como solução para os problemas e conflitos sociais;

À todas e todos aqueles que acreditam na educação pública como ferramenta de transformação social;

À todas e todos aqueles que acreditam na universidade pública, gratuita e de qualidade;

À todas e todas aqueles que acreditam na diversidade e nas formas de inclusão e respeito para convivência;

À toda população LGBTQ do Brasil, que sofreu e ainda sofre com séculos de intolerância, segregação e negligência por parte da classe dirigente.

AGRADECIMENTOS

Além da pós-graduação, os últimos dois anos me trouxeram experiências que hoje transformam o sentido do ato de agradecer. Agradecer talvez seja reconhecer com um toque de afeto e, portanto, não pode ser vazio ou guiado pelo ego. Reconhecimento e afeto demandam humildade, empatia e compaixão. É por isso que faço questão de um longo agradecimento. Nada feito aqui se trata de um trabalho individual. Conhecimento é construção, depende de afeto, saúde mental, financiamento e oportunidade. No contexto em que nos encontramos, creio de maneira intransigente que é preciso mostrar quantas pessoas são envolvidas de forma direta e indireta na construção de uma pequena contribuição acadêmica.

Agradeço primeiramente aos guias de luz e orixás que me guiaram durante toda minha vida e que me dão direcionamento, firmeza e proteção. A importância da Umbanda na minha vida é imensurável para meu equilíbrio mental, espiritual e para me lembrar do que realmente importa.

Agradeço aos meus pais, Márcia e Mauro, pessoas em que tenho meu norte, que matam um leão por dia, que me ensinaram a ter autonomia para lidar com as dificuldades e adversidades. Agradeço aos meus irmãos Junior, Gabriela e Camila por terem, cada um ao seu modo, me ensinado sempre lições valiosas sobre a vida. Agradeço à minha avó Mariza e meus avôs Mauro e Musa, que sempre acreditaram em mim e, mesmo sem saber direito no que consiste o trabalho do pesquisador, sempre me alavancaram em momentos difíceis. Agradeço às minhas sobrinhas Carolina, Maya e Mariana e ao meu sobrinho Thor por serem os pontinhos de luz e alegria na minha vida, motores diários da minha motivação.

Agradeço à Unesp e à Universidade Nova de Lisboa, espaços que me ofereceram ensino de excelência, oportunidades de crescimento acadêmico espaços intelectuais, sociais e políticos e todas as condições necessárias para a elaboração deste trabalho e minha construção enquanto ser humano, jornalista, pesquisador e professor. Agradeço à Fapesp (2017/19560-7) - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo financiamento desta pesquisa.

Com especial carinho, à minha orientadora Caroline por ter enxergado em mim, ainda em 2014, potencial para a pesquisa e por ter me dado um voto de confiança. A Carol sempre soube identificar a melhor forma de trabalhar comigo, sempre teve paciência, e isso elevou meu potencial ao máximo. Tanto que não consigo me recordar nenhum tipo de desentendimento entre nós nesses 5 anos de trabalho conjunto. Obrigado por sempre ser gentil e atenciosa.

Agradeço ao professor Max, um verdadeiro mestre em minha vida, que sempre soube indicar o melhor caminho de forma serena e sábia. Bastava uma conversa para que a tranquilidade e confiança retornassem. Obrigado por saber simplificar tão bem os nós da sociedade complexa em que vivemos.

À professora Isabel Ferin Cunha que confiou no meu trabalho, que me acolheu em prontidão e deu novos rumos a esta pesquisa. Meus momentos em Portugal sob sua supervisão foram muito felizes e estão em meu coração para sempre.

Agradeço às minhas amigas e amigos Thamires Motta, Flávia Gândara, Kauã Rodrigues, Bruna Cassoli, Bibiana Garrido, Felipe Monteiro, Guido Caramore, Nicholas Gheno, Leonardo Del Sant, Helena Botelho, Letícia Sartori, Daniele Seridório e Werlon Junior. Existem muitos outros que me apoiaram, mas os citados têm influência nesse trabalho seja a nível acadêmico ou emocional. Vejo essa lista e me sinto reconfortado por ter criado e reforçado laços tão importantes. Todos aqui já ouviram desabafos quando as coisas

ficaram difíceis, mas de forma ou de outra vocês sempre souberam me tranquilizar.

Também agradeço à cidade de Bauru e todas as experiências que vivi nesta cidade desde o início da graduação em Jornalismo. Esse foi o lugar em que me encontrei, que me desenvolvi. Conheci alegrias e tristezas e pessoas que me mudaram para sempre. Sempre terei Bauru como minha segunda casa.

*Todos nós queremos ajudar uns aos outros.
O ser humano é assim. Desejamos viver para
a felicidade do próximo — não para seu
sofrimento. Não queremos odiar e desprezar
uns aos outros. Neste mundo há lugar para
todos. A terra, que é boa e rica, pode prover
todas as nossas necessidades.*

Charles Chaplin

ZANETTI, Lucas Arantes. **A deliberação na esfera pública midiaticizada: o papel do jornalismo em ambientes de conversação informais**. 2019. Dissertação de Mestrado em Comunicação - FAAC - UNESP, sob orientação da profa. Dra. Caroline Kraus Luvizotto. Bauru, 2019.

RESUMO

A pesquisa proposta pretende refletir sobre o papel do jornalismo em ambientes de conversação informais, com vistas à deliberação na esfera pública midiaticizada. Para isso, foram criados dois ambientes de conversação informais, um na cidade de Coimbra, em Portugal, e outro em Ribeirão Preto, no Brasil. Cada ambiente teve como temática um caso de corrupção política e conteúdos jornalísticos foram oferecidos como suporte para a discussão entre os sujeitos. Para o trabalho, utilizamos como aporte teórico as teorias da midiaticização de Braga e Stromback e teorias da deliberação e da esfera pública de Habermas, Maia, Avritzer e Marques. A proposta metodológica utilizada consiste na análise de ambientes deliberativos face-a-face proposta por Maia. A discussão foi dividida em duas etapas (antes e depois da inserção dos conteúdos), classificada e comparada. Também é utilizada metodologia de análise de enquadramento para obtenção de detalhamentos sobre os conteúdos jornalísticos oferecidos aos participantes, tendo em vista notar as marcas de influência na discussão sobre os casos. Também foi feita avaliação quantitativa do debate por meio da aplicação de questionários ao início e ao final da discussão, tendo em vista observar variações nos posicionamentos dos sujeitos. Por fim, foi realizada análise comparativa entre os resultados obtidos em solo português e em solo brasileiro, de acordo com metodologia de análise comparativa. Notou-se que houve mudanças de posicionamentos entre os participantes e que a inserção dos conteúdos contribuíram para aprofundamento dos debates, além de obtermos um panorama sobre diferenças culturais no processo deliberativo. Foi possível observar com maior clareza a cobertura midiática sobre a Operação Marquês, caso de corrupção português e a cobertura midiática do Caso Queiroz, escândalo brasileiro, bem como aspectos relacionados à opinião pública dos casos.

Palavras-chave: Jornalismo, Esfera pública, Deliberação, Mdiatização, Ambientes de conversação

ZANETTI, Lucas Arantes. **The deliberation in the mediatized public sphere: the role of journalism in informal conversational environments**. 2019. Master's Dissertation in Communication - FAAC - UNESP, under academic advisory of Professor PhD Caroline Kraus Luvizotto. Bauru, 2019.

ABSTRACT

The proposed research aims to reflect on the role of journalism in informal conversation environments, with a view to deliberation in the mediatized public sphere. For this, two informal conversation environments were created, one in the city of Coimbra, in Portugal, and the other in Ribeirão Preto, Brazil. Each environment had as its theme a case of political corruption and journalistic contents were offered as a support for the discussion between the subjects. For the work, we use as a theoretical contribution the theories of the mediatization of Braga and Stromback; theories of deliberation and the public sphere of Habermas, Maia, Avritzer and Marques. The methodological proposal used is the analysis of face-to-face deliberative environments proposed by Maia. The discussion was divided into two stages (before and after the insertion of the contents), classified and compared. It is also used a framework analysis methodology to obtain details on the journalistic contents offered to the participants, considering notice the marks of influence in the discussion about the cases. A quantitative evaluation of the debate was also carried out through the application of questionnaires at the beginning and at the end of the discussion, in order to observe variations in the subjects' positions. Finally, a comparative analysis was performed between the results obtained in Portuguese soil and in Brazilian soil, according to the methodology of comparative analysis. It was noticed that there were changes of positions between the participants and that the insertion of the contents contributed to the deepening of the debates, besides obtaining a panorama on cultural differences in the deliberative process. It was possible to observe with greater clarity the media coverage on Operation Marquês, case of Portuguese corruption, and the media coverage of Queiroz Case, Brazilian scandal, as well as aspects related to the public opinion of the cases.

Keywords: Journalism, Public sphere, Deliberation, Mediatization, Conversation environments

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Variável da afirmação 1 do questionário da Operação Marquês	94
FIGURA 2 - Variável da afirmação 2 do questionário da Operação Marquês	95
FIGURA 3 - Variável da afirmação 3 do questionário da Operação Marquês	96
FIGURA 4 - Variável da afirmação 4 do questionário da Operação Marquês	97
FIGURA 5 - Variável da afirmação 5 do questionário da Operação Marquês	98
FIGURA 6 - Variável da afirmação 6 do questionário da Operação Marquês	99
FIGURA 7 - Variável da afirmação 7 do questionário da Operação Marquês	100
FIGURA 8 - Variável da afirmação 8 do questionário da Operação Marquês	101
FIGURA 9 - Variável da afirmação 1 do questionário do Caso Queiroz	124
FIGURA 10 - Variável da afirmação 2 do questionário do Caso Queiroz	126
FIGURA 11 - Variável da afirmação 3 do questionário do Caso Queiroz	126
FIGURA 12 - Variável da afirmação 4 do questionário do Caso Queiroz	128
FIGURA 13 - Variável da afirmação 5 do questionário do Caso Queiroz	129
FIGURA 14 - Variável da afirmação 6 do questionário do Caso Queiroz	130
FIGURA 15 - Variável da afirmação 7 do questionário do Caso Queiroz	131
FIGURA 16 - Variável da afirmação 8 do questionário do Caso Queiroz	132

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - As quatro dimensões da mediatização da política segundo Jesper Stromback	49
TABELA 2 - Análise de enquadramento da notícia “O ataque a Operação Marquês”, da revista Sábado	82
TABELA 3 - Análise de enquadramento da notícia “Operação Marquês calhou a Ivo Rosa. ‘Finalmente há um juiz legal’, diz defesa de Sócrates”, do jornal Público	85
TABELA 4 - Análise de enquadramento da notícia “Carlos Alexandre coloca em causa sorteio de Ivo Rosa para a Operação Marquês”, do jornal Observador	88
TABELA 5 - Análise de enquadramento da notícia “Operação Marquês. Novas contradições no sorteio do juiz”, do jornal Expresso	90
TABELA 6 - Análise de enquadramento da notícia “Procuradoria contraria Carlos Alexandre sobre Operação Marquês”, do Jornal de Notícias	93
TABELA 7 - Sistematização dos argumentos e justificativas do grupo de discussão antes da inserção dos conteúdos jornalísticos	103
TABELA 8 - Sistematização dos argumentos e justificativas do grupo de discussão após a inserção dos conteúdos jornalísticos	106
TABELA 9 - Análise de Enquadramento da notícia “Caso Queiroz: o que acontece com investigação sobre ex-assessor de Flávio Bolsonaro após decisão do STF”, do Jornal BBC	112
TABELA 10 - Análise de enquadramento da notícia “Mesmo desgastado com caso Queiroz, Flávio Bolsonaro terá cargo de direção no Senado”, do jornal O Globo	114
TABELA 11 - Análise de enquadramento da notícia “Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da justiça; veja os casos, do jornal Estadão”	117
TABELA 12 - Análise de enquadramento da notícia “Crise de candidatos laranja se agrava, fecha cerco a PSL e complica Bolsonaro”, do El País	120

TABELA 13 - Análise de enquadramento da notícia “Ex-assessor de Flávio afirma que investimento de Queiroz rendia até 18% ao mês”, da Folha de S. Paulo	122
TABELA 14 - Sistematização dos argumentos e justificativas do grupo de discussão antes da inserção dos conteúdos jornalísticos	134
TABELA 15 - Sistematização dos argumentos e justificativas do grupo de discussão após à inserção dos conteúdos jornalísticos	141
TABELA 16 - Síntese da análise comparativa	148

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PERCURSO CONCEITUAL DA ESFERA PÚBLICA: DA TEORIA CRÍTICA À MEDIATEZACÃO	26
2.1 Esfera pública e Teoria Crítica	
27	
2.2 A reformulação de Habermas e o modelo discursivo de esfera pública	32
2.2.1 O jornalismo e a esfera pública discursiva	35
2.3 Esfera pública política	38
2.4 Uma nova mudança estrutural da esfera pública? Os estudos em mediação	40
2.5 Mediação e mediação segundo a teoria nórdica	44
3 DEMOCRACIA DELIBERATIVA E DEBATE PÚBLICO	50
3.1 Críticas e ajustes ao modelo de democracia deliberativa	52
3.2 Ambientes informais de deliberação	56
3.3 Considerações sobre a corrupção política e debate público no contexto mediado	58
4 CASO QUEIROZ E OPERAÇÃO MARQUÊS: ACONTECIMENTOS SOB ANÁLISE	62
4.1 Contexto português e a Operação Marquês.....	62
4.2 Caso Queiroz	69
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	71
6 ESTUDO DE CASO	77
6.1 Operação marquês: análise de enquadramento dos veículos e do debate	77
6.1.1 Sábado	78
6.1.2 Público	81

6.1.3 Observador	84
6.1.4 Expresso	87
6.1.5 Jornal de Notícias	89
6.2 Questionários: a variação dos posicionamentos	91
6.2.1 Grupo de discussão: Operação Marquês	99
6.3 Caso Queiroz: análise de enquadramento dos veículos e do debate	107
6.3.1 BBC	107
6.3.2 O Globo	111
6.3.3 Estadão	114
6.3.4 El País	117
6.3.5 Folha de S. Paulo	119
6.4 Questionários: a variação dos posicionamentos	121
6.4.1 Grupo de discussão: Caso Queiroz	130
6.5 Análise comparativa	143
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca refletir sobre as relações entre jornalismo e deliberação, sob a perspectiva dos estudos em mediação. Sob esse aporte, pretende-se refletir sobre mecanismos de circulação de conteúdos jornalísticos sobre situações e acontecimentos políticos, bem como a apropriação de tais conteúdos por sujeitos em processos de troca de razões argumentativas que justifiquem opiniões em ambientes de conversação. A troca pública de argumentos seria o principal componente do processo de significação e reflexão sobre informações e opiniões fornecidas por meios jornalísticos, justificando uma análise mais criteriosa sobre seus mecanismos.

O objetivo geral foi refletir sobre o papel do jornalismo em ambientes de conversação informais, com vistas a deliberação na esfera pública mediada. Especificamente, pretendemos:

A) Identificar e compreender a relação entre deliberação e esfera pública na sociedade mediada;

B) Discutir sobre a importância do jornalismo e do enquadramento de notícias para o processo deliberativo em ambientes de conversação informais;

C) Descrever e analisar enquadramentos e argumentos contidos em produtos jornalísticos que ofereçam perspectivas distintas sobre acontecimentos políticos e sociais sob ponto de vista comparativo;

D) Verificar a qualidade, com base em categorias preestabelecidas, do debate em ambientes deliberativos face-a-face, a partir de referências

apresentadas pelos produtos jornalísticos selecionados sobre os acontecimentos políticos e sociais no Brasil e em Portugal.

Compreende-se que o jornalismo possui papel importante na construção de realidades e sentidos que circulam na esfera pública, subsidiando os sujeitos com informações e interpretações de fatos políticos, econômicos e sociais que interferem diretamente na vida em sociedade (LIMA, 2006). Por isso, a noção de qual seria o papel do jornalismo na sociedade torna-se importante parâmetro fundamentador do trabalho a ser desenvolvido.

Autores como Medina (1982) buscaram refletir sobre a questão da responsabilidade social do jornalista, destacando sua função em uma “realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, estratos culturais e faixas até mesmo etárias” (MEDINA, 1982, p. 22). Em outra linha, Genro Filho (1987) destaca a importância do jornalismo no sentido da produção social do conhecimento. Para ele, acima de uma contestação à hegemonia capitalista e empresarial que domina o meio jornalístico ou aos manuais que se restringem à questões tecnicistas da profissão, é preciso levar em conta o potencial transformador e reflexivo da profissão de forma a extrapolar a dicotomia entre teoria e prática, ideologia e técnica.

Documentos como “Princípios Internacionais de Ética Profissional em Jornalismo” (UNESCO, 1983) e o “Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros” (FENAJ, 2007), buscam objetivar e orientar o exercício do jornalismo, ambos ressaltando o interesse público, o direito à informação e o bem social como fundamentais ao exercício da profissão. Entende-se que tais reflexões e indicações podem contribuir ao debate proposto por este trabalho, no que tange aos nortes teóricos e o ideal teórico-prático do jornalismo.

A esfera pública é entendida sob a égide da teoria democrática contemporânea, dimensionada por sua lógica discursiva, de acordo com as reformulações habermasianas. A esfera pública será compreendida, portanto, como um ambiente de interação entre indivíduos, grupos sociais, instituições e

movimentos sociais que dialogam por meio de trocas discursivas e estabelecem uma relação argumentativa crítica (AVRITZER e COSTA, 2004). Ou seja, a concepção adotada é a ideia de uma esfera pública ligada a trocas e fluxos comunicativos entre os sujeitos e grupos que compõem a sociedade e não como um espaço institucional (MARQUES, 2008).

Segundo Habermas (2008, p. 10), a esfera pública, além de ser “um sistema intermediário entre Estado e sociedade”, é um dos “elementos do desenho institucional das democracias” (2008, p. 10), uma vez que formam as opiniões públicas por meio de processos deliberativos que legitimam o exercício do poder. As democracias devem, portanto, garantir que a esfera pública contribua de maneira satisfatória para a formulação de opiniões públicas bem embasadas e consideradas por meio da separação entre público e privado (HABERMAS, 2008).

A síntese da ideia de esfera pública adotada nesse trabalho é feita por Silva (2006, p. 40): “concebemos esfera pública como o próprio processo da busca social, coletiva, institucional e, portanto, dialógica, do bem comum, o que implica, necessariamente, conflito, debate, polêmica”.

No que concerne ao papel do jornalismo no contexto da esfera pública, considera-se que lhe é reservado um papel de centralidade, uma vez que ele é responsável por fornecer informações, opiniões e instrumentos que são apropriados pelos sujeitos para a constituição do debate público ocorrido nestes ambientes por meio de trocas argumentativas (MAIA, 2008).

Desse modo, o jornalismo também serve como suporte, arena e subsídio para práticas deliberativas que caracterizam a esfera pública, sendo, portanto, fundamental para sua própria existência, visto que “não há outro espaço para divulgação de informações que se iguale aos meios de comunicação, em termos de amplitude e repercussão” (MAIA, 2008 p. 84).

Além disso, os media “são fundamentais para definir quem se comunica com grandes audiências” (IDEM, p. 84).

Mais do que isso, o jornalismo atua na esfera pública “com a responsabilidade de processar as demandas vindas dos atores centrais (políticos, lobistas, representantes administrativos etc.) e dos atores de base [ou periféricos] (movimentos sociais, associações, especialistas, grupos minoritários etc.)” (MARQUES, 2008, p. 29), de forma a estabelecer diálogo entre centro e periferia do sistema político.

Por meio do agendamento, os veículos jornalísticos possuem o poder de dar visibilidade e simultaneidade entre os discursos centrais e periféricos, criando diálogo, produzindo sentidos e servindo como instrumento de registro histórico. No entanto, parte-se da premissa de que tal processo não é imposto unilateralmente pelos meios de comunicação. A sociedade também tem o poder de pautar os assuntos discutidos por meio de estratégias pensadas para conseguir espaço midiático com o intuito de produzir reflexões sobre suas causas e emplacar demandas no centro de decisão política (SILVA, 2007). É nesse contexto que introduzimos a dimensão dos estudos em midiatização como contribuição para a lógica que aqui se estabelece.

Ao se acrescentar a perspectiva dos estudos em midiatização no contexto apresentado, a mídia passa a ser vista não como um instrumento da esfera pública, mas sim como um elemento estruturante da própria relação entre Estado e sociedade. A diferença está na ideia de que a comunicação midiática não exerce poder direto na sociedade, mas sim contribui para a circulação de discursos cujos sentidos produzidos são diferidos e difusos (BRAGA, 2006).

A ótica da sociedade midiatizada dá um tom mais complexo para os estudos entre jornalismo e esfera pública, já que nessa vertente é preciso ir

além da compreensão a que o processo comunicativo se limita dentro do clássico esquema emissão-recepção (BRAGA, 2006).

Braga (2006) considera que esta visão é restritiva e parte de um dualismo entre mídia e sociedade, em que a primeira teria um papel ativo e a segunda uma posição inerte no processo comunicativo. Como alternativa a esta perspectiva, o autor propõe uma visão que considera a comunicação como um processo de interação, levando em conta o papel dos indivíduos e grupos frente aos conteúdos midiáticos e suas significações no ambiente social.

Dessa forma, o processo comunicativo passa a ser analisado em um contexto maior, levando em conta sua complexidade e o que Braga (2006) chama de sistema de resposta social. Essa ideia, por sua vez, considera que “os sentidos midiaticamente produzidos chegam à sociedade e passam a circular entre pessoas, grupos e instituições, impregnando e parcialmente direcionando a cultura” (BRAGA, 2006, p. 27).

A noção de responsabilidade social, o entendimento do jornalismo enquanto produtor de conhecimento e as diretrizes das práticas profissionais, quando somadas à ideia de esfera pública nas sociedades midiáticas, adquirem papel primordial para a compreensão da relação entre jornalismo, sociedade e política.

A partir desses apontamentos, introduz-se ao conjunto teórico deste trabalho os estudos em mídia e deliberação, que são, em última instância, abordagens dentro das teorias democráticas contemporâneas complementares às teorias relacionadas à esfera pública.

No início do século XX, muitos teóricos das Ciências Sociais e Políticas, influenciados por uma crise do ideal democrático (AVRITZER, 2000), defendiam que a deliberação era um processo de tomada de decisão reservado à elite política e rejeitavam a ideia de troca pública de razão e

tomada de decisão (WEBER, 1946; SCHUMPETER, 1942; DOWNS, 1956 apud AVRITZER, 2000). Tais autores, chamados de decisórios, acreditam em um processo deliberativo no qual o ato de decidir é mais importante do que o momento de troca pública de argumentos. Weber (1946), por exemplo, defendia que as divergências culturais, para ele insolucionáveis, e a complexidade administrativa seriam impeditivos para um modelo argumentativo e participativo de deliberação, visto que seria contraproducente ao processo de ação política.

Os apontamentos de Habermas (2012) em sua obra *Teoria do Agir Comunicativo*, além de servir como revisão de algumas ideias escritas em *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (HABERMAS, 1984), são responsáveis por reinserir a importância do processo de trocas argumentativas na teoria deliberativa. Se, em um primeiro momento, a ideia de esfera pública se referia aos encontros burgueses na Inglaterra no século XVI (HABERMAS, 1984), agora o autor passa a considerar que o processo argumentativo é próprio do mundo social a partir da interação entre os indivíduos por meio da troca de fluxos comunicativos.

A ampliação do conceito de esfera pública por Habermas (2012), bem como a guinada conceitual da ideia deliberativa, agora com uma perspectiva argumentativa, interativa e estruturante do tecido social, é fundamental para a compreensão da ideia de ambientes deliberativos informais, ou de conversação, que será desenvolvida neste trabalho. No entanto, antes de desenvolvê-la, é preciso ainda notar algumas contribuições que vão lapidar a proposta deliberativa e preencher lacunas deixada pela teoria habermasiana.

O primeiro ponto de crítica ao modelo habermasiano é a questão do consenso. Cohen (1997) afirma que, no processo deliberativo, a pluralidade e os valores morais distintos devem ser respeitados e os atores tratados como iguais. "O pluralismo supõe que o outro é razoável" (COHEN, 1997, p. 413). Dessa forma, decisões não tomadas a partir de consenso ainda podem ser

legítimas. Ou seja, quando há um ambiente plural, baseado em preceitos de igualdade e respeito, as trocas argumentativas, por si só, são suficientes para legitimar a decisão final do grupo, mesmo sem que haja consenso. Tal ideia é endossada por Bohman, quando ele afirma que “basta que os participantes reconheçam que eles contribuem e influenciam os resultados, mesmo discordando deles” (BOHMAN 1996, apud FARIA, 2010, p. 103).

Dryzek é outro autor que acrescenta elementos ao modelo argumentativo de deliberação. Para o autor, além da razão, é preciso levar em conta aspectos como a coerção, a decepção, a estratégia, a manipulação e a retórica no processo deliberativo. É preciso ter em vista que as relações humanas são complexas e que o processo não é somente racional e objetivo (SAMPAIO, BARROS e MORAIS, 2012).

Mansbridge (2007) vai além e critica a racionalidade pura no processo deliberativo, defendendo que é preciso levar em conta o fator emocional, as narrativas pessoais, negociações políticas, o autointeresse e as disputas de poder para que se possa manter a pluralidade.

Dados os apontamentos, a noção sintetizada por Maia (2012) nos parece a mais adequada para abordar a questão: “os teóricos deliberacionistas propõem que o raciocínio

entre os cidadãos e a argumentação pública, baseada na troca de argumentos e na justificação recíproca para a produção de decisões coletivas, gera legitimidade e eficácia política” (MAIA, 2012, p. 15). Neste modelo, ainda segundo Maia (2008, p. 85): “os interlocutores devem sustentar seus próprios pontos de vista com argumentos e contestar os argumentos contrários, oferecendo e aceitando razões que sejam acessíveis e potencialmente aceitáveis para os outros”.

Não obstante, este processo deve seguir uma série de normas e condições para ser considerado genuinamente deliberativo, como sintetiza Maia (2008, p. 86-87):

1. Publicidade e transparência na troca de informações e razões entre participantes que introduzem e criticam proposições;
2. Inclusão e oportunidades iguais de participação;
3. Propósito de alcançar resultados razoáveis;
4. Abertura para rever e reverter normas e decisões no futuro.

Além disso, como pontuado acima, o processo deliberativo deve ser levando em conta em sua dimensão complexa, levando em conta tanto aspectos subjetivos e individuais quanto aspectos sociais relacionados a autoridade, opressões de gênero, classe, raça e sexualidade, nível de instrução e articulação, coerção, manipulação, etc.

No que tange ao jornalismo, é preciso levar em conta que os sentidos produzidos são circulados socialmente em um processo diferido e difuso de significação e apropriação discursiva, conforme a teoria da midiatização expressa por Braga (2006).

Neste contexto, os ambientes deliberativos informais, ou ambientes de conversação, possuem relevância para pesquisas empíricas que busquem compreender uma relação mais íntima sobre a influência da mídia em um dos níveis da esfera pública. Os grupos de discussão e troca argumentativa informais compõem um importante objeto para a compreensão dos processos cotidianos de formação da opinião pública - aqui também entendida como um processo diferido e difuso de difícil mensuração e quantificação sem distorção de seus resultados, conforme aponta Bourdieu (1973) - e da percepção dos cidadãos sobre os acontecimentos políticos e sociais. Porém, tais ambientes

ainda possuem pouca atenção por parte dos estudos na área, revelando certa defasagem (MARQUES, 2008).

Maia et al. (2017) fundamentam a importância do debate informal a partir de quatro eixos. Em primeiro lugar, eles defendem que a deliberação institucional é regida a partir de uma lógica informal, visto que é no cotidiano que os cidadãos produzem os sentidos que norteiam suas opiniões, valores e a própria identidade, o que a torna pré-requisito para tomada de decisões definitivas.

Como segundo argumento, os autores explicam que o debate informal pode ser visto como um teste para a deliberação institucional, por seguir regras e lógica semelhantes. Por meio da negociação de interesses, revisões de posição e refinamento de argumentos ocorridas no espaço informal, os sujeitos conquistam “capacidades deliberativas e formam recursos necessários para se engajar em debates estruturados” (MAIA et al., 2017, p. 3).

Em sequência, como terceiro argumento, Maia et. al. (2017) defendem que as conversações contribuem na formação do conhecimento político e no refinamento de opiniões, aumentando a eficácia política da sociedade.

Como último argumento, destacam o “intercâmbio” constante ocorrido em debates, que circulam no sistema dos mídia, fazendo com que “a sociedade converse com ela mesma” (Braga, 2006 apud MAIA et al., 2017, p. 3). Por fim, ressaltam que “não se deve supor que a conversação informal seja sempre benéfica para a democracia, uma vez que ela pode destinar-se à coerção, à intolerância, ao engano e às mais diversas formas de dominação” (MAIA et. al, 2017, p.3), o que reforça a necessidade de análises e pesquisas que possam avaliar o potencial democrático destes ambientes.

Marques (2008) também defende a importância dos espaços informais de conversação e debate no contexto da deliberação. Para ela, as formas organizadas e formais de deliberação não são as únicas que devem ser

levadas em conta, visto que as arenas informais também são um dos níveis que compõem a esfera pública:

Não existem cadeias perfeitas de trocas discursivas entre o Estado e a sociedade civil, nem uma total desconexão entre os contextos comunicativos formais e informais. A nosso ver, a deliberação deve ser apreendida como um processo capaz de conectar diferentes espaços discursivos, articulando-os em rede, no qual atuam princípios normativos que asseguram a legitimidade do processo de troca de razões em público, vinculando os participantes de modo não coercitivo. (MARQUES, 2008, p. 28).

Por fim, a autora defende que, para que a deliberação continue servindo como articuladora entre arenas discursivas, a atuação dos meios de comunicação são fundamentais.

Por isso, compreende-se como uma necessidade a elaboração de pesquisas empíricas que contribuam para o entendimento de como ocorre a apropriação das mensagens dos media pelos indivíduos em ambientes deliberativos informais ou de conversação, destacando a importância do jornalismo e suas bases teórico-práticas e éticas.

Neste sentido, esta pesquisa pretende investigar a dinâmica dos ambientes deliberativos informais, ou da chamada conversação cotidiana, quando há interferência de conteúdos jornalísticos de forma a compreender as formas de apropriação e significação de sentidos produzidos midiaticamente pelos sujeitos na formação de argumentos, opiniões e razões públicas sobre acontecimentos políticos e sociais. Durante o desenvolvimento do trabalho, escolhemos a Operação Marquês, em Portugal e o Caso Queiroz, no Brasil como casos de estudo. Como previsto no projeto, a seleção desses casos de corrupção política foi feita durante o andamento do trabalho para preservar a evidência dos casos na esfera pública.

A metodologia adotada é composta por procedimentos quantitativos e qualitativos e ocorreu em duas etapas: análise de enquadramento de 10 conteúdos jornalísticos de veículos de expressão nacional, sendo 5

portugueses e 5 brasileiros; elaboração de 1 grupo de discussão para cada caso, com aplicação de questionários para avaliar a variação dos posicionamentos. Os conteúdos jornalísticos analisados foram oferecidos aos participantes como material para discussão após rodada livre de debate, com o objetivo de analisar a influência desses conteúdos nas trocas argumentativas e na formação da opinião sobre os casos.

O capítulo intitulado “Os meios de comunicação no percurso conceitual da esfera pública habermasiana: da teoria crítica à mediatização”, é um esforço em acompanhar a trajetória dos estudos em esfera pública e o papel destinado à comunicação por Habermas e outros autores que trataram do tema. Em seguida, há uma tentativa de relacionar a ideia de esfera pública com a proposta conceitual das teorias latinas da mediatização, de forma a demonstrar a complementaridade destes conceitos. Por fim, é adicionada também a teoria da mediatização nórdica, com a qual entramos em contato durante a vigência da Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE), sob apresentação da prof. Isabel Ferin Cunha. Esse capítulo é importante para uma situação teórica do macro contexto comunicacional, contribuições teóricas e conceituais que nos fornecem uma chave interpretativa para execução das análises. A partir desse recorte, conseguimos aprofundar o contexto do objeto de forma a aumentar nossas percepções sobre os casos analisados.

O capítulo “Democracia deliberativa e debate público” reflete sobre conceitos relacionados ao modelo deliberativo, com enfoque nos ambientes informais de deliberação e na conversação cotidiana, e também explora as críticas e contribuições à ideia de deliberação derivada da obra habermasiana. Esse capítulo foi importante para compreendermos as dinâmicas já observadas no processo deliberativo em diferentes níveis (questões de decisão, debate, institucionais, relações entre público e privado) de forma a consolidar o espaço informal como fundamental à esfera pública e aos processos deliberativos na assimilação de sentidos que se consolidam em opiniões e posicionamentos.

Em seguida, o capítulo “Caso Queiroz e Operação Marquês: acontecimentos sob análise”, faz detalhamento dos casos analisados e dos contextos políticos e midiáticos dos países. É importante destacar que toda a parte que trata de Portugal foi desenvolvida durante a vigência do estágio de pesquisa e das aulas na Universidade Nova de Lisboa. O capítulo oferece os subsídios necessários para compreensão não só dos casos, mas das notícias, dos grupos, da qualidade.

Em seguida, há o detalhamento dos procedimentos metodológicos adotados, as justificativas das decisões da pesquisa e as formas de análise. O capítulo 6 se destina aos resultados e contém os conteúdos, análises, gráficos e tabelas da análise de enquadramento das notícias, dos grupos de discussão e dos questionários. Por fim, temos as considerações finais, as reflexões e apontamentos que a pesquisa trouxeram após a realização e também noções e perspectivas para o futuro.

Essa pesquisa tem apoio e fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob os processos no 2017/19560-7 (Bolsa de Mestrado Regular no País) e 2018/06367-7 (Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

2 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO NO PERCURSO CONCEITUAL DA ESFERA PÚBLICA HABERMASIANA: DA TEORIA CRÍTICA À MEDIATIZAÇÃO

Ao longo das décadas, a noção de esfera pública passou por diversas transformações e adaptações teóricas e conceituais. O conceito, elaborado na década de 1960 por um Habermas sob forte influência da Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer (AVRITZER, 2000; MARQUES, 2008), já tinha como um de seus principais elementos o jornalismo enquanto subsídio para debates bem embasados e a formação da opinião pública entre sujeitos racionais em espaços de livre troca argumentativa. Tais transformações, revisões e adendos no percurso teórico de esfera pública possui estreita ligação com a visão desses autores com relação a comunicação de massa e a imprensa. Ou seja,

as diferentes teorias, perspectivas e abordagens dos autores com relação à mídia têm impacto direto no entendimento do que seria esfera pública.

De uma esfera pública burguesa em decadência devido, em grande parte, à atuação dos meios de comunicação de massa na modernidade capitalista a uma esfera pública política discursiva e racional na qual os meios de comunicação desempenham um importante papel de mediação e visibilidade; de um receptor passivo e submisso à ação midiática a uma comunicação interativa e complexa onde significados são negociados; de uma opinião pública fabricada pela mídia a uma opinião pública formada a partir da troca pública de razões; o fato é que os estudos de mídia, especialmente relacionados ao jornalismo, representam um elemento chave e central no percurso conceitual da teoria da esfera pública (GOMES, 2008; BRAGA, 2006; MAIA, 2008; MARQUES, 2008).

Assim, o presente capítulo busca relacionar a evolução do conceito de esfera pública com as teorias da comunicação que subsidiaram visões e abordagens sobre a mídia e o jornalismo. Com isso, pretende-se demonstrar a indissociabilidade das teorias democráticas com a questão midiática, conforme aponta Maia (2008a). É precisamente a comunicação midiática um dos pontos principais que ocasiona as transformações no conceito de esfera pública ao longo do tempo e ocupa, portanto, um papel de centralidade nesse percurso teórico.

Para isso, com perspectiva histórica e conceitual, fez-se revisão das principais ideias de Jurgen Habermas, desde sua visão pessimista em relação à imprensa em “Mudança Estrutural da Esfera Pública” e ao reconhecimento da imprensa como centro de uma “esfera pública discursiva” de troca pública de razões e argumentos até a crítica da racionalidade na esfera pública. Por fim, exploramos a relação do conceito de esfera pública em um contexto digital e de superinformação em que as relações humanas são transformadas ao passar

necessariamente pelos meios de comunicação: a teoria das sociedades midiáticas, de José Luis Braga.

Entendemos como de suma importância o estudo e a sistematização de conceitos, abordagens e teorias que resgatem a trajetória do jornalismo, bem como a relação com as diversas transformações das dinâmicas sociais na modernidade. Neste sentido, reafirmamos o valor do jornalismo e a indissociabilidade dos meios de comunicação com a organização das sociedades democráticas, para que se possa pensar formas sustentáveis do fazer jornalístico frente a uma nova realidade.

2.1 Esfera pública e Teoria Crítica

Herdeiro da Escola de Frankfurt e amparado pelo leque da Teoria Crítica, Habermas (2003) concebeu a ideia de esfera pública sob influência dos estudos sobre a Indústria Cultural. O conceito, teorizado pela primeira vez por Habermas na obra “Mudança estrutural da esfera pública”, manteve a tradição de crítica à cultura de massa iniciada por Adorno e Horkheimer; no entanto, abriu espaço para novas abordagens e estudos, sendo incorporado por outros campos do conhecimento, como as Teorias Democráticas Contemporâneas (AVRITZER, COSTA, 2004).

A concepção de esfera pública surge em Habermas (2003) por meio da construção de um quadro histórico que remete à Europa do século XVII e XVIII. Em seu sentido inicial, o conceito possui um caráter utilizado estritamente para caracterizar a sociedade burguesa europeia (LOSEKANN, 2009). O fenômeno teorizado pelo autor reflete sobre uma burguesia instruída e crítica, que, apesar de não possuir o controle do Estado, concentra poder econômico na esfera privada e passa a demandar maior transparência e publicização das decisões públicas, porém sem exercer diretamente o poder.

A congruência desses fatores com o surgimento da imprensa e de um jornalismo incipiente abrem caminho para o surgimento de uma esfera pública em que circulam ideias, razões e críticas às ações públicas. Esse processo produz a chamada “opinião pública”, ligada à reputação, à imagem e à moralidade política a partir do questionamento racional dos acontecimentos públicos (LOSEKANN, 2009). Dessa forma, a opinião pública produzida racionalmente seria a fonte de legitimação do exercício do poder político. Segundo Habermas:

Esses juízos interditados são chamados de “públicos” em vista de uma esfera pública que, indubitavelmente, tinha sido considerada uma esfera de poder público, mas que agora se dissociava deste como o fórum para onde se dirigiam às pessoas privadas a fim de obrigar o poder público a se legitimar perante a opinião pública (HABERMAS, 2003, p.40).

Avritzer e Costa (2004) defendem que as mudanças e inclinações teóricas formadas a partir da concepção da ideia de esfera pública consistem “em um processo de reconstrução da Teoria Crítica na segunda metade do século XX” (AVRITZER, COSTA, 2004, p. 705). Os autores fundamentam a ideia a partir de duas dimensões.

A primeira é que a ideia de uma arena de interação entre grupos, indivíduos, movimentos e Estado serviram de subsídio para um debate além do feito entre os “elitistas e os democratas participativos” (AVRITZER, COSTA, 2004, p. 706), a partir da ideia de argumentação crítica que “abriu espaço para uma nova relação entre racionalidade e participação” (AVRITZER, COSTA, 2004, p. 706). A segunda dimensão defendida pelos autores diz respeito à continuidade da tradição frankfurtiana em contrapor o potencial crítico da cultura ao caráter comercial da produção de cultura, o que representa a perda da autonomia do campo cultural e seu esvaziamento.

Um dos pontos principais da argumentação habermasiana é a comparação da imprensa em suas origens com os meios de comunicação de

massa do século XX. Para o autor o problema da imprensa se localiza no advento da modernidade capitalista, com a submissão à lógica de mercado e o avanço das técnicas de massificação (MARQUES, 2008; THOMPSON, 2011; AVRIZER, COSTA, 2004). O autor estabelece uma relação estrita entre os jornais e a esfera pública, destacando que no início da sociedade burguesa eles buscavam fortalecer o espaço da opinião pública e o princípio da publicidade, ou seja, de tornar visível as questões de interesse público (MARQUES, 2008):

[Habermas] destaca que, no início da revolução burguesa, a imprensa tinha o papel de mediar e estimular o uso que as “pessoas privadas”, reunidas em um público, faziam de sua razão. Posteriormente, os meios de comunicação passaram a condicionar essa troca e a “fabricar” uma opinião “não-pública” cuja origem não é o processo de troca pública de razões, mas o resultado da imposição de vontades particulares (MARQUES, 2008, p. 24).

Dessa forma, Habermas defende que a imprensa se torna uma “instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública” (HABERMAS, 2003, p. 217-218). A consequência que o autor atribui a esse processo é a perda da capacidade crítica de um público que, agora massificado pela mídia, se torna passivo perante a ação comunicativa.

O caráter de propaganda, manipulação e padronização, a submissão às leis de mercado e a fabricação da opinião pública significam a queda da esfera pública, sendo a modernidade capitalista e o desenvolvimento da técnica responsáveis por sua dissolução. Neste momento de sua crítica, Habermas “assume as elaborações de Adorno e Horkheimer”, representando uma continuidade dessa linha de pensamento (MATTELART, MATTELART, 2011, p. 82-84). A chamada mudança estrutural na esfera pública, nome do livro de Habermas, seria então umas consequências nefastas dos meios de comunicação que massificam a cultura (GOMES, 2003).

Segundo Gomes (2008), à princípio, a obra de Habermas não consistia em uma conceituação de “esfera pública”, termo traduzido do alemão “Öffentlichkeit”, já que a ideia já era conhecida entre os intelectuais alemães. O esforço habermasiano se centrava em uma crítica frankfurtiana ao que considerava a decadência da “Öffentlichkeit” em decorrência da modernidade burguesa. Segundo o autor, o conceito de esfera pública só vai atingir a dimensão contemporânea na década de 1990, quando a obra é traduzida ao inglês e um novo debate é aberto. É então que o conceito de esfera pública passa a ser aplicado em diferentes contextos, desde a noção sociológica de democracia deliberativa até os estudos comunicativos dos debates através de fóruns na internet. Nesse processo, segundo Gomes (2008, p.55), há também uma mudança na noção do termo: “a esfera pública, entretanto, antes que o domínio a que é pertinente tudo aquilo que é público, acaba sendo entendida como arena pública, o locus onde se processa a conversa aberta sobre os temas de interesse comum, o espaço público”.

As diversas críticas sofridas pela teoria habermasiana revelaram certa fragilidade conceitual, o que fez o autor reformular suas colocações. Para o propósito do trabalho, destacamos a crítica de dois autores que reconhecem o mérito da teoria habermasiana: Fraser e Thompson. Fraser (1996) aponta que a ideia de esfera pública burguesa suprime a pluralidade da sociedade, já que o autor não leva em conta a exclusão de mulheres, negros e operários do espaço. Além disso, Fraser (1996) questiona o potencial de igualdade na esfera pública devido às discrepâncias econômicas, educacionais e culturais; a ideia de uma esfera pública única; a ausência de questões privadas inseridas no debate; e uma separação clara entre Estado e sociedade (LOSEKANN, 2009).

Thompson (2001) dedica um capítulo de sua obra “Mídia e modernidade” para avaliar a teoria da esfera pública. Alguns apontamentos vão ao encontro das críticas de Fraser, a respeito dos outros grupos excluídos da

esfera pública burguesa, seus discursos e a tensão entre a burguesia e as classes populares, menos instruídas e sem poder econômico. Para Thompson (2001, p. 69) “a esfera pública burguesa emergente se definiu em oposição à autoridade tradicional do poder real, assim como se confrontou com o levante dos movimentos populares que ela procurou conter”.

O cerne da crítica da primeira obra habermasiana também é questionada por Thompson (2011). O autor pontua que Habermas ignora que os primeiros jornais europeus já possuíam forte caráter comercial e sensacionalista. O apontamento de Thompson em relação à imprensa, no qual ele cita veículos anteriores aos analisados por Habermas na Europa, atinge justamente a comparação histórica feita na teoria habermasiana para fundamentar o declínio da esfera pública na modernidade. Segundo Thompson (2011), os argumentos de Habermas para justificar o declínio da esfera pública são os pontos mais fracos de sua teoria. Nas palavras do autor “a argumentação de Habermas tende a presumir, de forma muito questionável, que os receptores são consumidores relativamente passivos que se deixam encantar pelo espetáculo e facilmente manipular pelas técnica da mídia” (THOMPSON, 2011, p. 72).

Em suas obra posteriores, Habermas vai reformular o entendimento sobre sua própria teoria, admitindo as lacunas presentes. A partir da contribuição de novos autores que trabalham com a ideia, a esfera pública passará a ter um significado distinto do inicial e será assimilada por outras correntes teóricas, como as Teorias Democráticas Contemporâneas. O interesse do campo da comunicação na exploração desses estudos também passa a ser maior com a tradução da obra para o inglês na década de 1980 (GOMES, 2008).

A abordagem frankfurtiana dos meios de comunicação e da técnica, um dos fundamentos da ideia inicial habermasiana, que prevê um receptor passivo no processo comunicativo, acaba sendo superada pelo próprio autor. A partir

de suas reformulações, Habermas não vê mais uma esfera pública em declínio e os meios de comunicação deixam de ser responsáveis pela alienação e esvaziamento crítico da cultura. A mídia passa a ser entendida com novos olhares e desempenha funções chave no conceito de esfera pública. Esse processo afasta o autor do argumento central da Teoria Crítica.

2.2 A reformulação de Habermas e o modelo discursivo de esfera pública

No prefácio da reedição alemã do livro “Mudança estrutural da esfera pública”, nos anos 1990, Habermas faz novas pontuações sobre o conceito de esfera pública, revisando o primeiro posicionamento. Ele reforça que o espaço público continua sendo imprescindível à democracia, constituinte da opinião pública e agente de uma mediação necessária entre a sociedade civil e o poder político (AVRITZER, COSTA, 2004).

É através da ação comunicativa que os sujeitos buscam entrar em consenso sobre algo no mundo, apresentando razões, denúncias e informações de forma a pressionar governos, políticos e o poder jurídico a fim de orientá-los a tomar certas políticas (HABERMAS, 2003). É a partir dessa premissa que é possível pensar em uma esfera pública discursiva.

As reformulações habermasianas implicam em um certo afastamento de sua primeira tese a respeito da queda da esfera pública na modernidade e, conseqüentemente, das formulações da Teoria Crítica. Influenciado pelas teorias linguísticas que começam a emergir a partir dos anos 1960, o autor passa a elaborar uma teoria discursiva da democracia, levando em conta as trocas simbólicas ocorridas no espaço público e na vida cotidiana (MATTELART, MATTELART, 2011).

Para Avritzer e Costa (2004) a revisão analítica pode ser considerada em três aspectos principais. Em primeiro lugar, Habermas abandona a ideia da passividade do receptor e do cidadão acrítico. Ele considera que a pluralidade

e as diferenças dos públicos são preservadas apesar da massificação midiática. Em segundo lugar, na obra “Teoria da ação comunicativa”, o processo de constituição da opinião pública e da vontade coletiva ocorrem no plano da vida comum por meio de trocas de razões argumentativas e não partem para o centro de decisão do poder político de forma imediata. É este processo que passa a caracterizar o que ocorre na esfera pública e legitima o exercício do poder nas sociedades democráticas. Por fim, o reconhecimento de que a esfera pública é constituída de dois processos distintos e complementares: os fluxos comunicativos trocados entre os cidadãos para o entendimento político e a força exercida pela mídia para “produção da lealdade e influenciar as preferências de consumo” (AVRITZER, COSTA, 2004, p. 709).

Em “Teoria da Ação Comunicativa”, Habermas (2012) parte da premissa de que o consenso pode ser conquistado a partir da partilha de significados, em um processo interpretativo onde “ninguém possui o monopólio da interpretação correta” (p.100). Portanto, o autor passa a admitir a importância da circulação do discurso na esfera pública como forma de fortalecimento e legitimação democrática.

A questão também é abordada em “Direito e Democracia”, onde é configurado um modelo de democracia deliberativa nas sociedades complexas e pluralistas (MAIA, 2012). O conceito de esfera pública é resgatado, ampliado e passa a ser aplicado às sociedades modernas. Segundo Maia (2008a p. 58), Habermas “deixa claro que a esfera pública, enquanto locus da discussão, não pode ser entendida como um lugar ou uma instituição, pois se refere ao uso que os sujeitos fazem da comunicação, relacionado particularmente à troca argumentativa”.

A partir dessa abordagem, o autor elenca uma série de princípios para que uma conversação possa funcionar como esfera pública, como a troca pública de razões, a reciprocidade, a não coerção, a possibilidade de inclusão de novos participantes e temas (MAIA, 2008a). Segundo Costa (1995):

Quando os fluxos comunicativos gerados nos ‘microdomínios da prática cotidiana’ extrapolam as fronteiras das esferas públicas autônomas, eles podem ter acesso às instâncias deliberativas previstas na ordem democrática e, finalmente, influir nas decisões aí tomadas (COSTA, 1995, p. 56).

É, portanto, dessa forma que a sociedade civil pode, por meio das trocas argumentativas e justificações inerentes à esfera pública, dialogar com as decisões próprias do sistema político e do poder público além de transformar realidades e direcionar a cultura.

A revisão também se estende no que se refere ao papel da mídia neste processo. A relação entre os meios de comunicação e a esfera pública passa a ser relevante no que se refere à noção de publicidade. Segundo Marques (2008), a publicidade pode ser entendida de duas formas: no sentido de visibilidade e tornar públicas razões, perspectivas e argumentos que alimentam os debates e trocas da esfera pública; e também como “o status de princípio regulador do processo de justificação pública e recíproca dessas razões e perspectivas passíveis de serem consideradas e compreendidas por todos” (MARQUES, 2008, p. 24).

A mudança de Habermas em sua noção em relação a mídia também tem a ver com o esforço em delinear o que chama de “desenho institucional das democracias”. Dessa forma, para que uma esfera pública funcione como mediadora legítima entre Estado e sociedade e para que o princípio da publicidade atue como catalisador democrático das trocas argumentativas e da formação de opiniões razoáveis, é preciso “assegurar a diversidade de meios de comunicação de massa independentes, assim como um amplo acesso de audiências massivas inclusivas à esfera pública” (HABERMAS, 2006, p. 10). Dessa forma, ainda que habermas tenha reformulado e redirecionado sua teoria, há de se considerar elementos importantes de sua primeira fase como a capacidade da mídia comercial em inserir interesses privados na esfera

pública, bem como a apropriação desse espaço por temas que não sejam de interesse público.

Em resumo, os meios de comunicação, no modelo discursivo, são vistos como arena, ou “um espaço limítrofe e poroso entre os diferentes contextos que compõem o centro e a periferia do sistema político” (MARQUES, 2008), de acordo com a teoria da circulação do poder político.

2.2.1 O jornalismo e a esfera pública discursiva

No que concerne ao papel do jornalismo no contexto da esfera pública, considera-se que lhe é reservado um papel de centralidade, uma vez que ele é responsável por fornecer informações, opiniões e instrumentos que são apropriados pelos sujeitos para a constituição do debate público ocorrido nestes ambientes por meio de trocas argumentativas (MAIA, 2008). Este processo ganha maior importância no decorrer do século XX, conforme os meios se tornam massivos e adquirem grandes audiências e as sociedades humanas “tornam-se largamente dependentes desses meios para construírem sua imagem do mundo, para se posicionarem perante questões, para se orientarem” (SOARES, 2009, p. 264).

Desse modo, o jornalismo também serve como suporte, arena e subsídio para práticas deliberativas que caracterizam a esfera pública, sendo, portanto, fundamental para sua própria existência, visto que “não há outro espaço para divulgação de informações que se iguale aos meios de comunicação, em termos de amplitude e repercussão” (MAIA, 2008 p. 84). Além disso, os media “são fundamentais para definir quem se comunica com grandes audiências” (MAIA, 2008, p. 84). No campo político, os meios atuam “enquadrando situações, representando acontecimentos para a sociedade, de modo a situá-los numa constelação de valores, ideologias, interpretações e

imaginários” (SOARES, 2009, p. 264), de forma que as opiniões formadas têm subsídio direto do que é oferecido pelos diversos jornalismo existentes.

Mais do que isso, o jornalismo atua na esfera pública “com a responsabilidade de processar as demandas vindas dos atores centrais (políticos, lobistas, representantes administrativos etc.) e dos atores de base [ou periféricos] (movimentos sociais, associações, especialistas, grupos minoritários etc.)” (MARQUES, 2008, p. 29), de forma a estabelecer diálogo entre centro e periferia do sistema político.

No campo próprio do jornalismo, esse escopo teórico também criou teorias próprias que buscam compreender esta relação. Os estudos do agendamento buscam indicar de que forma o jornalismo atua na esfera pública e também na concretização de políticas públicas e na tomada de ações cuja motivação seja a veiculação de notícias. Assim, o agendamento é a capacidade dos meios em pautar discussões que ocorrem na esfera pública, dando visibilidade aos discursos centrais e periféricos, criando diálogo por meio da produção de sentidos, de registros e da divulgação de documentos oficiais.

Soares (2009) é um dos autores com perspectiva crítica sobre a teoria. Nas palavras do autor o agendamento é “uma faculdade ou atributo da representação jornalística, implicando o poder de estabelecimento de uma hierarquia coletiva de importância, prioridades para a sociedade (e estabelecer prioridades é a própria definição da política)” (SOARES, 2009, p. 49).

Ainda segundo o autor, essa prioridade do que será discutido se divide entre o público e o poder político. Ou seja, o fato de um acontecimento estar sendo pauta dos meios jornalísticos e discutido na agenda da sociedade não significa que irá se concretizar em ações concretas ou políticas públicas por parte do poder político. O que Soares (2009) observa é que, na maior parte das vezes, os acontecimentos produzem discursos oficiais e respostas por vezes genéricas, por isso o poder dos meios é mais simbólico do que concreto.

Por outro lado, Soares (2009) aponta a desproporção no critério de noticiabilidade utilizado pelos veículos ao selecionar as notícias e enquadramentos que serão pautados, o que limita a diversidade da representação e empobrece a qualidade do debate. Para o autor:

Os jornais ocupam-se prioritariamente do que é inédito, traduzindo certo nível de incerteza, como ocorrências imprevistas e acontecimentos fortuitos que apresentam interesse maior para serem convertidos em notícias. Relatos sobre questões permanentes, situações estáveis, ou processos com alguma permanência, supostamente sabidos, “óbvios” no sentido da sua previsibilidade, formando um “estado de coisas”, têm baixo grau de informação, não constituem notícia, no sentido de novidade, e só são abordados a propósito de notícia, que fornece o que os jornalistas denominam “gancho jornalístico”, ou seja, um pretexto ou motivo para referir-se a elas (SOARES, 2009, p. 53).

Além disso, há desproporção no espaço destinado pelos veículos a suas fontes. Soares (2009) aponta o espaço reduzido vindo de fontes não oficiais (como movimentos sociais, cientistas, críticos) em relação a falas oficiais que por vezes não são devidamente apuradas. Por fim, o autor pontua a exclusão pelos veículos dos discursos que contrariam o *status quo*, o que produz a não representação de uma série de atores e grupos sociais, partidos políticos, o que impede a livre circulação de ideias.

Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, a teoria pressupõe uma relação unilateral onde a mídia possui o poder de, sozinha, escolher o que será discutido. Movimentos sociais, grupos de interesse e ONGs também promovem ações estratégicas para conseguir o espaço de visibilidade midiática e chamar atenção às suas demandas, em uma relação multilateral (SILVA, 2007).

2.3 Esfera pública política

O conceito de esfera pública política surge em um contexto mais contemporâneo da teoria habermasiana, a partir da obra *Direito e Democracia*. Nesta obra fica evidente o esforço do autor em relacionar a esfera pública discursiva ao sistema político e institucional das democracias contemporâneas.

Dessa forma, o autor cria uma relação entre sociedade civil, esfera pública e o sistema político. A esfera pública passa a ser política quando atua como intermédio de influência da sociedade no sistema da política institucional (HABERMAS, 1997). Segundo o autor:

Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo da vida e sistemas de ação especializados em termos de funções do outro lado. Ela representa uma rede supercomplexa onde se ramifica espacialmente num sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras (HABERMAS, 1997, p.107).

A partir dessa definição, o autor classifica a esfera pública em diversos níveis desde menos organizados, como a vida cotidiana, até ambientes mais estruturados, como reuniões para tomada de decisões específicas. Uma dessas classificações, chamada “esfera pública abstrata”, são as formas de trocas geradas a partir dos conteúdos produzidos pela mídia (HABERMAS, 1997). O autor adverte no entanto que, para que a esfera pública atue enquanto esfera pública política nos contextos democráticos, é necessário se atentar para algumas questões:

1- Além de uma política livre, é preciso um mundo da vida já racionalizado. O temor de Habermas com essa colocação é que a esfera pública seja apropriada por “movimentos populistas modernos em mobilização, porém antidemocráticos em seus objetivos” (1997, p.105). É preciso, portanto, se atentar a questões culturais educacionais complexas.

2 - No contexto liberal, os atores da esfera pública não exercem poder direto, eles exercem influência a partir da opinião pública formada discursivamente a

partir do agir comunicativo. No entanto, o crivo dessa opinião deve, antes, passar “pelo processo institucionalizado de formação democrática da opinião e da vontade e transformar-se em poder comunicativo e infiltrar-se numa legislação legítima”.

Segundo Maia e Fernandes (2002, p. 158), com a teoria da esfera pública política, Habermas busca trazer elementos que analisem as relações políticas a nível macro e micro, a ponte entre a política institucional e a “vontade política à ação dos indivíduos”. Nesse modelo, o direito e as instituições políticas seriam responsáveis por institucionalizar as contribuições dos debates públicos advindos da esfera pública. As autoras explicam que o caráter espontâneo dos debates públicos e das mobilizações de movimentos sociais e grupos de interesse “fazem surgir impulsos promissores para a revitalização de práticas e instituições democráticas” (MAIA; FERNANDES, 2002, p. 158),

A dinâmica da esfera pública política passa pelo conceito de “circulação do poder político” que, por sua vez, consiste na divisão entre o centro do poder político representado pelos atores com poder de decisão e influência, como políticos, núcleos administrativos ligados ao governo e ao poder público e uma série de anéis periféricos representando a sociedade civil. Segundo Marques (2008):

Nesse sentido, o “modelo de circulação do poder político” estabelece que, de um lado, a periferia, por possuir uma maior sensibilidade para a percepção e identificação de problemas, mobilizaria a esfera pública política que, de outro lado, se encarrega de decidir quais das interpretações, alternativas e possíveis soluções encaminhadas pelo debate entre os cidadãos podem ser legitimadas e instituídas (MARQUES, 2008, p. 26).

Habermas (2008, p. 10) em um dos artigos mais recentes que retorna ao conceito de esfera pública, a define como “um sistema intermediário entre Estado e sociedade” e “elementos do desenho institucional das democracias”. No mesmo artigo, o autor reforça a ideia de legitimação do poder político por

meio de processos deliberativos que constituem a opinião pública. Para o autor, as democracias devem, portanto, garantir que a esfera pública contribua de maneira satisfatória para a formulação de opiniões públicas bem embasadas e consideradas por meio da separação entre público e privado (HABERMAS, 2008).

Ainda que a esfera pública política não seja constituída por sujeitos especializados, esses sujeitos são sensíveis à própria realidade do mundo da vida e quando há as condições necessárias de deliberação pública a partir da participação são legitimadores do exercício do poder político e burocrático (HABERMAS, 1997).

2.4 Uma nova mudança estrutural da esfera pública? Os estudos em midiatização

Os estudos em midiatização desenvolvidos por Braga (2006) partem da premissa de que a mídia é um elemento estruturante das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. A abordagem parte de uma tendência dos estudos em comunicação que rompe com o clássico esquema emissor - mensagem - receptor e com qualquer resquício de uma ação direta dos meios de comunicação na sociedade. Na teoria da midiatização, os sentidos produzidos midiaticamente circulam na sociedade de forma diferida e difusa em um processo complexo.

Para Braga (2006), a visão clássica de comunicação seria restritiva e partiria de uma divisão entre mídia e sociedade ao considerar o receptor como inerte ou passivo no processo comunicativo. Ao contrário, Braga (2006) defende a comunicação como um processo interativo no qual indivíduos e grupos identitários, políticos e sociais também são responsáveis pelos significados que circulam na sociedade e produzem seus próprios sentidos frente aos conteúdos midiáticos.

Nesse sentido, as práticas políticas têm na comunicação um de seus elementos estruturantes e integram o que Barros (2012, p. 85) chama de “dimensão contemporânea da esfera pública”. Para o autor, isso se justifica porque “a sociedade contemporânea está estruturada em uma lógica midiática que dá sustentação à consciência e à construção de identidades do indivíduo e do grupo” (BARROS, 2012, p. 85). Seguindo a mesma linha, Guareschi (2007, p. 8) afirma que “não há instância de nossa sociedade que não tenha uma relação profunda com a mídia e que não esteja intrinsecamente contaminada por ela”, de forma que “a comunicação constrói, hoje, o novo ambiente social”.

Partindo dessa premissa, o conceito de sistema de resposta social desenvolvido por Braga (2006) indica que a comunicação deve ser inserida em um contexto maior, levando em conta que vários sentidos são produzidos em um processo circular entre pessoas, grupos e instituições “impregnando a sociedade e parcialmente direcionando a cultura” (BRAGA, 2006, p. 27).

Na medida em que a teoria da mediatização leva em consideração as práticas e produções de sentido ocorridas na sociedade a partir da interação entre os sujeitos com base em conteúdos midiáticos, ela nos permite observar a esfera pública a partir de uma nova perspectiva: a complexidade do processo comunicativo inerente às sociedades mediatizadas. Dessa forma, a perspectiva da teoria de Braga (2006) nos parece se aproximar do conceito de esfera pública ao oferecer uma nova contribuição da relação entre mídia e sociedade. Tal aproximação se faz evidente no contexto da chamada sociedade da informação e com o advento das formas de comunicação em rede a nível global com o advento da internet.

Nesse sentido, as teorias da cibercultura e da sociedade em rede também contribuem em uma visão complexa de esfera pública e sua dinâmica contemporânea. Pierre Levy (1998, p. 39), em seu trabalho de desenvolver uma teoria do ciberespaço, caracteriza o novo momento comunicativo como uma “revolução informacional contemporânea”. Considerado otimista em

relação às consequências da comunicação em rede (RUDIGER, 2013), Levy atribui a quebra da territorialidade, ao amplo acesso à informação de forma rápida, e o contato entre povos o exercício do que chama de inteligência coletiva. Por sua vez, a inteligência coletiva seria “uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LEVY, 1994, p. 28).

O conceito de sociedade em rede elaborado por Manuel Castells (1999) vai ao encontro de muitos preceitos elaborados por Levy (1998), mesmo que os enfoques se diferenciem em alguns momentos. Castells (1999) aponta que a base das relações humanas é a informação, ainda que considere as distinções econômicas, culturais e sociais presentes em cada parte do globo. Para o autor, as novas tecnologias da informação seriam revolucionárias enquanto possibilidades, no entanto atenta que o uso que é feito dessas ferramentas é um reflexo da sociedade e da cultura em que os atores estão inseridos. Segundo Castells: “o novo sistema de comunicação é capaz de abarcar e integrar todas as formas de expressão, bem como a diversidade de interesses, valores e imaginações, inclusive a expressão de conflitos sociais” (CASTELLS, 1999, p.461).

Em outra obra, Castells (2017) define o conceito de autocomunicação de massa, uma forma de comunicação de muitos para muitos permitida pela emergência da internet. Ele define a transformação como fundamental no processo comunicativo, já que a autocomunicação de massa possibilita um número muito alto de receptores a compartilhar informações entre si ao redor do mundo sem passar pelo crivo da mídia tradicional ou pelos governos e instituições. Nas palavras do autor:

A autocomunicação de massa fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade. Por isso que os governos têm medo da internet, e é por isso que as grandes empresas têm com ela uma relação de amor e

ódio, e tentam obter lucros com ela, ao mesmo tempo que limitam seu potencial de liberdade (CASTELLS, 2017, p.10).

Apesar de Habermas nunca ter teorizado uma esfera pública virtual, não demorou até que formas de esfera públicas no contexto da internet fossem exploradas por autores da comunicação, abrindo um vasto campo de produções teóricas e empíricas que buscam medir o potencial das redes para a democracia, para a participação política, para a deliberação e para a cidadania. O deslocamento e a canalização de informações de todos os tipos no ambiente virtual e a possibilidade da autocomunicação tornam a internet como ambiente em evidência em grande parte das pesquisas em esfera pública (MAIA, 2008b).

A internet, sendo capaz de organizar públicos, aproximar culturas, promover debates em fóruns e redes sociais e proporcionar a interação de arenas políticas distintas pode funcionar como esfera pública; no entanto, adaptações teóricas seriam necessárias na medida em que a garantia de anonimato, por si só, transforma radicalmente a dinâmica discursiva das discussões online. Não raro, práticas de racismo, sexismo, homofobia e ataques em geral ganham repercussão pública. Além disso, o advento das fake news, dos algoritmos, das redes sociais e até de contas falsas criadas para influenciar o debate público e a formação da opinião pública se mostram como novos desafios à consolidação de uma esfera pública inclusiva e abrangente.

Outro problema, é a questão do acesso material e imaterial às ferramentas. Isso significa que além de computadores e redes de wi-fi, é preciso “uma cultura política favorável ao desenvolvimento do potencial discursivo” (MAIA, 2008b, p. 285). Maia (2008b) considera ainda que a resolução discursiva de problemas políticos e sociais esbarra muito mais na apatia política e não em questões dos meios de comunicação.

Acreditamos que a partir das contribuições no percurso conceitual de esfera pública sob a ótica da comunicação, é possível compreender a dinâmica esfera pública brasileira na contemporaneidade: uma esfera pública

mediatizada, globalizada, sensível, difusa e complexa. É a partir disso que podemos pensar o processo deliberativo, seu contexto e particularidades.

2.5 Mediação e mediatização segundo a teoria nórdica

Com uma abordagem distinta das teorias da midiatização apresentadas, Stromback é responsável por buscar uma conceituação do fenômeno à luz, como ele mesmo afirma, das democracias ocidentais no período pós 2ª Guerra Mundial. Seus estudos estão centrados na relação entre mídia e política. Apesar das distinções em relação a teoria de Braga, ao estudar o conceito do autor também foram identificadas semelhanças com as colocações brasileiras, conforme será descrito a seguir.

Stromback (2008) concentra sua análise no que chama de “mediatização política” e identifica nas sociedades ocidentais quatro fases desse fenômeno, conforme apresentado a seguir. Nesses estudos, a ideia de “mediação” tem uma definição diferente das colocações de Matín-Barbero, e diz respeito ao fenômeno da mídia como principal fonte de informação e como canal entre cidadãos e o poder político.

Para o autor, os fenômenos da mediação tem produzido ao longo do tempo a dependência tanto de cidadãos quanto de governantes de uma articulação promovida pela mídia em suas comunicações. Por consequência, o impacto da mídia na construção da realidade política e em como a política e seus atores são comunicados, também são ampliados. Sob essa ótica, destaca o autor, não é relevante se a mídia é impressa, televisiva, radiofônica ou audiovisual e se os meios são controlados por partidos políticos, governos ou empresas e, ainda, se são pautados por valores jornalísticos, uma vez que, em sua ideia de mediação da política, o que importa é se a mídia é o canal mais importante de comunicação entre as pessoas e os atores políticos (STROMBACK, 2008).

É importante destacar, portanto, que o sentido da palavra “mediação”, nesse caso direciona para uma lógica completamente diferente dos estudos em mediações culturais de Martín-Barbero. A teoria nórdica centra a ideia de “mediação” no canal midiático existente entre emissor e receptor, enquanto a teoria latina coloca “mediações” na produção de sentido existente entre mensagem, cultura e receptor.

Para a teoria nórdica, um alto grau de mediação política obriga os políticos a levarem a mídia em conta nas suas articulações e pretensões enquanto candidatos e/ou detentores de poder político, alterando a dinâmica democrática (STROMBACK, 2008). Portanto, sob essa perspectiva, mediação e mediatização são fenômenos distintos. Enquanto mediação é um conceito estático, pontual e se assemelha a um referencial de avaliação do grau de mediatização de determinada sociedade, a mediatização é processual, ampla, dinâmica e variável (BASTOS, 2012).

Na visão de Stromback (2008), a mediação da política é a primeira fase da mediatização da sociedade, sendo uma consequência do desenvolvimento e popularização da mídia, sendo, portanto, anterior à teorização do fenômeno. Em definição genérica, mediatização “is a long term process of increasing media importance and direct and indirect media influence in various spheres of society” (STROMBACK, ESSER, 2014, p. 6).

Nesse contexto, é importante ressaltar que esta perspectiva teórica não é pautada por uma lógica funcionalista nem mesmo por uma lógica da teoria crítica. Stromback faz críticas à primeira fase Habermasiana e às teorias de Bourdieu, autores que considera pessimistas. Também critica os estudos excessivamente centrados nos efeitos da mídia e que se restringem a analisar a mensagem e seu impacto nas audiências, pois avalia que partiriam de um efeito essencialmente individual e sem levar em conta as “interactions, interdependencies, and transactions at a system level and with regards to how

the media shape and reshape politics, culture, and people's sense making" (STROMBACK, 2008, p. 232).

A segunda fase da mediatização da política ocorre quando há independência da mídia em relação às instituições políticas. Dessa forma, os meios deixam de atuar com uma lógica política e passam a atuar sob uma lógica midiática. Sendo a mídia independente, ela pode agora operar a partir de seus próprios valores, critérios e pressupostos, o que também produz uma profissionalização do jornalismo e faz com que os políticos também desenvolvam sua relação com as audiências (STROMBACK, 2008). No entanto, o autor faz uma ressalva:

The more independent the media are or become from politics, the more dependent they become on market forces. Increasing independence from politics thus tends to increase commercialism in the media sector. This, in turn, contributes to the process of the mediatization of politics, particularly in those cases when there is only a weak demand for media content reflecting more than commercial considerations (STROMBACK, 2008, p. 241).

Dessa forma, o autor vê com ressalva o fato de a mídia se inserir ao mesmo tempo em lógicas mercadológicas e políticas, sendo, portanto, importante observar até que ponto essa lógica mercadológica não interfere negativamente no pluralismo e na liberdade de expressão voltadas à valores democráticos (STROMBACK, 2008).

Na terceira fase, a relevância da mídia no processo político atinge patamares extremamente elevados, o que obriga sociedade e esfera política a se adaptarem à lógica midiática, porém a mídia ainda é vista como agente externo no processo. Segundo o autor isso extrapola os tradicionais efeitos do agenda-setting e o que poderia ser pensado a partir dos estudos dos efeitos, já que os meios passam a ser estrutura dos processos políticos e sociais.

Os atores políticos passam a atuar dentro da lógica midiática, o que significa que a distinção entre o universo da mídia e o universo real perde significância. Ou seja, há uma inversão de importâncias a qual implica uma supervalorização da realidade mediatizada.

Nesse ponto, notamos certa convergência entre a teoria da mediatização com a teoria da midiatização de Braga, já que segundo Stromback (2008), apesar de a lógica midiática passar a ser estrutural, ainda há resistência por parte da sociedade em alguns momentos em negar a realidade oferecida midiaticamente. Dessa forma a sociedade, os certos atores políticos e os grupos podem possuir lógica própria de atuação.

Por fim, na quarta fase, o autor é incisivo em afirmar que a realidade mediatizada importa mais do que qualquer outra realidade objetiva. Nessa fase, os atores políticos precisam pensar sempre sob lógica midiática, não apenas em tempos de campanha eleitoral, uma vez que esta lógica passa a ser internalizada pela sociedade, pela esfera política e instituições, tornando-se parte do próprio ato de governar. Com a internalização da lógica midiática, ocorre um processo ambivalente: por um lado, as relações “are permeated with the media to such an extent that the media and their communicative output is almost impossible to avoid” (STROMBACK, 2008, p. 240), por outro, por essa lógica estar internalizada, ela perde força em relação às outras fases.

A teoria é sistematizada pelo autor conforme demonstrado na Tabela 1 e não propõe uma dicotomia entre “mediatizado” e “não mediatizado”. Ela assume que diferentes sociedades e diferentes democracias possuem diferentes graus de mediatização.

TABELA 1 - As quatro dimensões da mediatização da política segundo Jesper Stromback

Most important source of information: Experiences or interpersonal communication	↔	Most important source of information: The media
Media mainly dependent on political institutions	↔	Media mainly independent of political institutions
Media content mainly governed by political logic	↔	Media content mainly governed by media logic
Political actors mainly governed by political logic	↔	Political actors mainly governed by media logic

Fonte: (STROMBACK, 2008, p. 235; STROMBACK, ESSER, 2014, p. 7)

Ao contrário do que num primeiro momento possa parecer, a teoria da mediatização não se propõe a estudar um fenômeno novo, influenciado pela internet e as tecnologias de informação. Segundo Bastos (2012, p. 66), “a proposta da mediatização seria uma reação a teorias e métodos da pesquisa em comunicação que incluem não apenas a mediação, mas também as teorias sobre o efeito dos media, o agenda-setting, os estudos de recepção e a análise do discurso”. Bastos (2012) afirma que a corrente do programa nórdico de mediatização tem como argumento central que tais teorias negligenciam aspectos sociológicos como interação, independências e comunicações externas ao sistema de mídia. Tal perspectiva também aproxima os conceitos de “mediatização” e os estudos em mediatização, uma vez que Braga (2006), analisa a circulação dos sentidos midiaticamente produzidos, em um processo que classifica como diferido e difuso, a partir das interações sociais. Assim, ambas teorias buscam trazer complexidade às relações entre mídia e as esfera sociais e políticas.

A teoria da midiatização, pensada sob a ótica da esfera pública, torna-se, portanto, um componente importante na compreensão dos processos de significação do debate informal e nas arenas de troca que formam a opinião. Conforme pretendemos demonstrar, a forma de circulação desses sentidos não é linear, tampouco direta. Os grupos evidenciam que as trocas argumentativas que ocorrem no debate informal são consequência de reflexos de dinâmicas próprias e intersubjetivas de expressão, significação e interpretação que estão muito além de variáveis que são possíveis de mensurar e sistematizar de forma objetiva e racional.

3. DEMOCRACIA DELIBERATIVA E DEBATE PÚBLICO

Os estudos em deliberação caminham ao lado do conceito de esfera pública, já que os esforços da teoria habermasiana para o desenvolvimento de um modelo de democracia deliberativa, com centro na ideia de esfera pública e com enfoque na ética do discurso, tem por imperativo a troca pública de razões por meio da interação entre instituições, indivíduos e grupos sociais em diferentes níveis e arenas da sociedade civil.

O desenvolvimento da ideia de “circulação do poder político” (HABERMAS, 1997, p.73), gerado a partir do poder comunicativo entre os atores sociais, indica que a esfera pública política deve ser um ambiente de conexão entre cidadãos, organizações e movimentos sociais com as instituições formais que possuem poder de decisão. Para Habermas (1997), é por meio do debate público racional que a política ganha legitimidade nas sociedades democráticas. Essa ideia coloca a deliberação como processo

democrático natural ocorrido nos diversos espaços públicos e de formas variadas.

Atualmente, tais estudos são consolidados como chave de compreensão de uma série de dinâmicas sociais inerentes às sociedades contemporâneas e necessárias ao fortalecimento das democracias. Dentre essas dinâmicas - que vão desde mecanismos de participação e interação política, modelos de democracia deliberativa, até processos de troca argumentativa e negociação de sentidos que caracterizam o debate público e formas de constituição da opinião pública - existem uma infinidade de objetos, teorias e metodologias a serem exploradas pelo viés científico. Entretanto, ainda que este campo seja amplo e possua aportes teóricos abrangentes e construídos ao longo de décadas de pesquisas, as análises empíricas ainda são pouco exploradas pelas pesquisas deste campo (HABERMAS, 2008; MAIA et al. 2017 MARQUES, 2008).

As colocações habermasianas, a partir de Direito e Democracia, vão abrir espaço para um rico leque teórico que vai desaguar nas Teorias Democráticas Contemporâneas e também abrir espaço para os estudos sobre deliberação. Avritzer (2000), ao traçar o caminho entre a Teoria Democrática e a deliberação pública, afirma que Habermas é responsável por introduzir o valor do debate argumentativo no campo político. A partir da ideia de um espaço de interação diferenciado do Estado, onde indivíduos podem formular razões e discutir sobre questões políticas e as ações dos governantes, apresentando-lhes suas demandas, Habermas acaba por romper com uma tradição em que a deliberação ficava restrita ao processo de tomada de decisão. Para Avritzer (2000, p.37) “é possível afirmar que, desde seus primeiros momentos, a teoria habermasiana trabalha com um elemento de deliberação argumentativa”.

Mendonça (2016) defende que a teoria habermasiana está alicerçada em uma teoria que compreende a democracia como uma série de processos

ampos que não estão reduzidos às instituições políticas. A inclusão da participação cidadã nas atividades políticas é tida como central para a tomada de decisão de forma continuada no que concerne à própria vida comum das pessoas. O autor explica que, aliada a essa perspectiva, a questão discursiva é colocada como central nos processos deliberativos. A linguagem é entendida por Habermas como caminho à ação a partir da construção coletiva de sentidos, compreensões, intenções e reflexões que ocorrem no campo intersubjetivo. Habermas entende que a construção da dimensão de realidade pelos atores sociais ocorre no campo do discurso. Por fim, o autor explica que “Habermas conecta discurso e razão, abrindo o caminho para a consideração simultânea de particular e universal” (MENDONÇA, 2016, p. 749). Habermas defende que a racionalidade é condutora dos sujeitos no processo deliberativo e que deve haver um esforço racional coletivo na resolução de problemas que afetam a vida comum por meio da troca pública de argumentos. Essa troca, a partir da comunicação e do diálogo, seria responsável por naturalmente levar aos participantes à melhor solução, onde os argumentos fracos seriam descartados e desconsiderados.

Ainda que as considerações de Habermas tenham sido alvo de críticas por autores deliberacionistas, a teoria da democracia deliberativa absorveu grande parte das considerações habermasianas em seus princípios ao trilhar diversas teorias próprias e por vezes divergentes. Silveirinha (2007) pontua que esta corrente é largamente liberal e se distingue das correntes elitistas por compreender que a representatividade, por si só, não é capaz de assegurar eficiência democrática. Silva (2004, p. 2) sintetiza os pressupostos da democracia deliberativa em três pontos principais: a “insistência na noção de debate racional” em contraposição à ideia privada de “voto”; o ato público enquanto “ato político por excelência”; e a ideia de igualdade política e sensibilidade ao interesse comum.

3.1 Críticas e ajustes ao modelo de democracia deliberativa

Há também um segmento crítico a diversos aspectos da teoria deliberativa e aos ideais habermasianos. Uma das principais críticas ao modelo diz respeito à questão do uso de um racionalismo que desconsidera fatores como a emoção, a paixão, a retórica, os interesses pessoais e as desigualdades e opressões que possam estar presentes em um espaço deliberativo (MAIA, 2012).

Mouffe (2003), autor da ideia do “pluralismo agonístico” defende que a visão racionalista não leva em consideração as paixões e antagonismos presentes na democracia, pois parte de pressupostos individualistas que reduzem a política a questões éticas ou econômicas. Esta abordagem, que o autor denomina de liberal, seria um obstáculo para a compreensão do campo político e dos problemas ocorridos após o colapso do comunismo e do advento da globalização.

Para o autor, ao contrário dos esforços da teoria habermasiana, é preciso compreender que o poder é elemento constitutivo das identidades que permeiam as relações sociais, por isso o esforço deve ocorrer não no sentido de excluir o poder, o que seria uma tarefa impossível, mas sim transformar as relações de poder para que sejam compatíveis com valores democráticos.

A teoria de Mouffe (2003) leva a questionar a possibilidade de um consenso racional em uma esfera pública que busca excluir as paixões, os antagonismos e as relações de poder. Segundo o autor, “a tarefa primária da política democrática não é eliminar as paixões nem relegá-las à esfera privada para tornar possível o consenso racional, mas para mobilizar aquelas paixões em direção à promoção do desígnio democrático” (MOUFFE, 2003, p. 16). Isso porque o consenso estaria sempre vinculado a alguma forma de exclusão. A consequência desse processo seria a incapacidade da teoria democrática em responder a fenômenos políticos complexos como os conflitos nacionalistas, fundamentalistas, populistas e a negação da política. Bohman (1996) também defende a ideia de que os participantes em decisões tomadas nos ambientes

deliberativos devem considerar que, independentemente do resultado final, os argumentos e trocas contidas nas discussões contribuíram para que ela fosse atingida.

Para Silveirinha (2007), a complexificação da sociedade a partir da reivindicação de novas identidades por atores sociais e vozes minoritárias a serem consideradas, nos leva a uma nova reflexão sobre o que pode ser considerado espaço público e formas de garantir inclusão nos ambientes deliberativos. Ela afirma que a questão foi notadamente excluída das reflexões durante parte da trajetória dos estudos em deliberação, sendo necessário repensar tais apontamentos. A exclusão do cotidiano e de ambientes privados, na visão da autora, “estreita não só o leque de quem pode aceder ao espaço público, mas também o que está aberto a discussão política e a própria forma como pode ser discutido” (SILVEIRINHA, 2007, p. 160).

Na mesma linha, Iris Young (2000), reafirma a existência de espaços públicos que são múltiplos e coexistem na articulação de interesses diversos que devem ser considerados para a garantia democrática. Tais espaços também se situam no campo informal, já que são espaços cotidianos de argumentação e produção de sentido. Iris Young (*apud* MAIA, 2012) argumenta que a linguagem presente nos espaços deliberativos da esfera pública favorecem grupos hegemônicos de poder e, por vezes, é utilizada para silenciar grupos historicamente oprimidos como mulheres e minorias raciais. Maia (2012, p. 19), defende que “a emoção e outras formas de comunicação são importantes para a deliberação” e que elas não são “incompatíveis com a teoria habermasiana da racionalidade”. Dessa forma, compreende-se que é possível ampliar o conceito de esfera pública para que se leve em conta no processo deliberativo elementos sensíveis e não apenas argumentos racionais e justificação pública.

Para Sodré (2006, p. 49), Habermas se at m a uma “pragmática da linguagem” e a uma “razão iluminista” ao buscar estabelecer “condições para a

compreensão mútua”, por isso “prescinde de qualquer apelo à dimensão do sensível”. A crítica de Sodré ao modelo habermasino adv m da ideia de que a eficácia da razão depende da dimensão est tica e sensível e que, em última instância, “a própria razão emerge do afeto” (SODRÉ, 2006, p. 41). A razão seria induzida a partir da dimensão afetiva dos sujeitos, visto que as paixões levariam a juízos anteriores   própria reflexão. Dessa forma, a dimensão do real só   possível de ser alcançada a partir das emoções, pois é por meio delas que se atinge o “sentido da consciência” (SODRÉ, 2006, p. 53). Portanto, a análise de Sodré, mesmo que não descarte a razão no ato de compreensão do mundo, a coloca em segundo plano no processo de produção de sentidos e compreensão do real.

A ideia de “partilha do sensível” de Ranci re (2009) leva a intersecção entre est tica e política a patamares ainda mais complexos. Sob a perspectiva da política como forma de experiência, “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte do comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce” (RANCI RE, 2009, p.16). Ou seja, ao admitirmos a relevância do sensível, da est tica e da emoção para uma esfera pública política de caráter deliberativo, é preciso compreender de que forma e quais as condições que os sujeitos podem tomar parte, interagir e produzir sentido a partir da circulação discursiva inerente a este processo.

Para isso, na lógica da intersubjetividade - que em Habermas seria um processo racional de troca argumentativa e de justificação pública (SODRÉ, 2006) - é preciso levar em conta a diversidade, a retórica, a sensibilidade, a empatia, as histórias pessoais e de forma inclusiva. As práticas artísticas passam, sob esta  tica, a serem vistas como formas de “inscrição” do sujeito na comunidade, visto que por meio dela a barreira de questões práticas como a “ocupação” e o “tempo” dos sujeitos que impedem o ato da participação seria, de certa forma, quebrada. Na perspectiva aqui proposta, tais práticas passam a serem vistas como úteis à esfera pública.

Os exemplos usados por Rancière (2009, p.17) para ilustrar a questão são o teatro e a escrita, que seriam “atividades públicas” que embaralham a partilha das “atividades e dos espaços” que diferencia os homens, já que estes possuem seu lugar na política demarcado por essas “ocupações” que definem o tempo de dedicação à atividade política e “competências e incompetências para o comum” (Idem, p. 16). A estética oriunda das práticas artísticas de uma comunidade seria o reflexo dela própria, de suas estruturas sociais e movimentação. Neste sentido, a arte de uma comunidade, a produção cultural também revela aspectos da visão de bem comum e troca de sentidos e argumentos, não de forma racional como defende Habermas (1997), mas sob forma sensível.

Estas contribuições transformaram e complementam a ideia de esfera pública. Alguns autores buscam de fato complementar a teoria habermasiana, já outros concentram esforços em apresentar novas alternativas. Evidente, não é objetivo desta dissertação fornecer todas as contribuições que fundamentam a teoria da esfera pública e das teorias da democracia deliberativa.

3.2 Ambientes informais de deliberação

O fortalecimento de uma cultura democrática pressupõe a internalização de práticas deliberativas no cotidiano, garantidas pelo exercício do direito à livre circulação de ideias, liberdade de expressão a partir do incentivo à participação e do fomento ao debate público. Pressupõe, ainda, espaços de trocas entre sujeitos diversos que compartilham espaços comuns ainda que não partilhem de mesma identidade ou cultura, sendo que soluções devem ser encontradas dentro de negociações respaldadas pela inclusão democrática dos sujeitos minoritários (SILVEIRINHA, 2007). No que diz respeito aos ambientes informais, também chamados de ambientes de conversação, são espaços cotidianos de trocas argumentativas e produção de sentidos sobre acontecimentos políticos e sociais.

A conversação cotidiana vem sendo cada vez mais alvo de atenção de autores e pesquisadores da área e uma série de considerações já foram feitas no contexto da teoria deliberativa. Alguns autores defendem a ideia de que “as conversações em contextos do cotidiano não podem ser confundidas com as discussões políticas deliberativas” (SCHUDSON, 1997; GUTMANN & THOMPSON, 1999; SEARING et alii, 2004; MOY & GASTIL, 2006, apud MARQUES, MAIA, 2009, p. 146). Essa perspectiva argumenta que a deliberação política envolve uma série de processos de legitimação e tomada de decisão racional e deve ser pensada de forma inclusiva, cuidadosa e séria, envolvendo normas e objetivos. Desta forma, a conversação por si só não estaria apta a ser considerada prática deliberativa (MARQUES, MAIA, 2008).

Ainda que Habermas (1974, apud SCHUDSON, 1997) reconheça o valor da conversação da esfera privada enquanto parte ativa da noção de esfera pública, Schudson (1997) pontua que algumas características da conversação a impedem de ser considerada enquanto deliberação. Para o autor, a conversação ocorre no campo privado, entre pessoas conhecidas, sobre temas difusos e voláteis que envolvem uma série de experiência pessoal e afinidades ideológicas preestabelecidas. A conversação não possui finalidade ou objetivo por si, tampouco possui final e decisão, ao contrário da deliberação que é pautada por uma agenda política.

No entanto, diversos autores já pontuaram que experiências pessoais, retóricas, narrativas privadas, afeto e questões sensíveis não são indesejadas no processo deliberativo (MAIA, 2012; YOUNG, 2000; MOUFFE, 2003). Ainda que a conversação não seja normativa, é um dos âmbitos em que ocorre a produção de sentidos, a formação da opinião e o compartilhamento de valores, e no qual ocorrem de formas diversificadas. Segundo Maia e Marques (2008), o compartilhamento de experiências pessoais em conversações cotidianas pode trazer uma sensibilidade necessária e nem sempre atingida pela racionalidade. Segundo as autoras:

Experiências de violência doméstica, machismo ou preconceito racial, ao se transformarem em tópico principal de conexão de múltiplos contextos de conversação, podem ajudar na contestação de regras ou discursos tidos como não-problemáticos ou incontestáveis (MAIA, MARQUES, 2008, p. 148).

Segundo as autoras, a conversação pode ser entendida como primeiro passo para a elaboração de opiniões bem embasadas e formação de sentidos negociados e para a interpretação de valores e questões que afetam diretamente a vida das pessoas, sendo necessária a construção coletiva do conhecimento, a mobilização da capacidade comunicativa e discursiva essenciais aos espaços públicos e a tomada de decisão formal nos ambientes deliberativos (MAIA, MARQUES, 2008).

Em outro momento, Maia et. al. (2017) afirmam que a conversação informal também pode ser entendida como “pré-requisito” para deliberações mais bem embasadas, refinam seus posicionamentos de forma a contribuir positivamente ao debate público. Por se tratar de espaços que também podem ser destinados a coerção, manipulação e opressão, os autores defendem que critérios deliberativos devem ser adotados na análise da comunicação cotidiana. Tal processo é entendido por Braga (2006) como o momento em que a sociedade conversa com ela mesma e encontra soluções de forma orgânica. A complexificação da produção de sentidos leva em conta todas as trocas comunicativas existentes entre sujeitos, instituições políticas e a mídia em um processo circular caracterizado pela difusão de significados que são negociados pelos diversos grupos.

Na mesma linha, Marques (2008) explica que as cadeias de troca discursiva entre Estado e sociedade ocorrem de formas variadas e não são perfeitas. Os ambientes comunicacionais estão interligados, sendo que as trocas comunicativas também comunicam entre si em maior ou menor grau. Para a autora uma das características do processo deliberativo é a capacidade

de mobilização dos diversos discursos, que, articulados, estão submetidos aos princípios normativos necessários a sua própria legitimidade.

Os grupos realizados durante esta pesquisa caracterizam-se por informais, uma vez que: (a) Não possuem vínculos institucionais nem capacidade de tomada de decisão frente aos poderes; (b) Ambos grupos foram constituídos de forma aleatória por cidadãos comuns que, apesar de não possuírem poder estrutural, são afetados pelas questões políticas debatidas; (c) Tratam-se de debates cotidianos, sem necessariamente haver a necessidade de tomada de decisão ou encaminhamento concreto, apesar de ser um componente importante na formação da opinião sobre os casos; (d) Tratam-se de uma das cadeias de troca de sentido e exercício da democracia na vida comum.

3.3 Considerações sobre a corrupção política e debate público no contexto midiaticizado

Ainda que esta dissertação não seja propriamente sobre questões relativas a corrupção, mas sim formas de interação e deliberação sobre acontecimentos políticos e sociais no contexto das sociedades midiaticizadas, compreendemos a relevância e a importância das características da corrupção política e sua inserção nas sociedades midiaticizadas, tendo em vista nossas escolhas de caso. Esse item se propõe a trazer breves considerações sobre a questão.

Cunha (2015, p. 48) caracteriza a corrupção política por constituir “um abuso de poder, em benefício próprio, de agentes políticos democraticamente eleitos durante ou após o exercício de funções públicas”. A autora afirma que em momentos de crise econômica ou política a tendência é que a corrupção política cause descredibilização das instituições públicas e privadas.

Para Thompson (2002), os escândalos políticos têm por característica a transgressão de valores morais, a revelação de informações ocultas por meio

da desaprovação de não-participantes de forma a prejudicar a reputação dos envolvidos. Também reconhece que um elemento estruturante dos escândalos políticos é a disputa pelo poder simbólico e que esse elemento se situa também no campo midiático, de forma a inferir danos à credibilidade das instituições políticas.

A corrupção política ocorre, no entanto, de formas diferentes em territórios diferentes, já que está vinculada a processos econômicos, culturais e históricos específicos que influem no modo como “as elites se relacionam com os bens públicos” (CUNHA, 2015, p. 49). Há, portanto, segundo a autora, níveis diferentes de corrupção de acordo com o nível de força da democracia em questão, a qualidade das instituições, o grau de participação política. A corrupção pode ocorrer de diversas formas, como por exemplo a extrema competição e vantagens de mercado em países de primeiro mundo e com economias e democracias fortes; em democracias em fase de consolidação, atuando nas relações público-privadas em que grupos de interesse interferem no funcionamento das instituições e suas relações; também nas democracias recém-criadas, em que grupos oligarcas controlam a dinâmica da economia e as mantêm em estado de fragilidade; e em regimes não democráticos, sem transparência onde a centralização do poder é tamanha que a corrupção passa a ser rotina da função pública.

Quando midiaticizado, o escândalo toma proporções muito maiores do que os acontecimentos que lhes deram origem com narrativa construída pelos jornalistas e personalidades da mídia. Tais elementos são constituintes do próprio escândalo e parte fundamental dos processos políticos que produzem (THOMPSON, 2002).

Para Lima (2006) um outro modo que esta lógica opera, ocorre em momentos de crise política, por meio da criação de palavras e termos que tem por intuito simplificar acontecimentos complexos, ambíguos, de interpretação múltipla e polêmica. De forma a reduzir um variado leque de significados em

apenas um “significado guarda-chuva facilmente assimilável, que são exaustivamente repetidas na cobertura da mídia, sendo incorporadas no vocabulário do cidadão comum” (p. 32).

Segundo Stromback (2014), no contexto das sociedades com a política altamente mediatizada, a lógica das mídias assume o protagonismo e passa a ser o centro dos sentidos produzidos de forma a criar uma realidade exclusivamente midiática sobre os fatos, com amplo poder na construção da percepção sobre as instituições e atores. Por consequência, transfere lógicas de outras esferas, como a própria política, para seus próprios mecanismos de representação e visibilidade, intervindo de forma significativa nos acontecimentos políticos nacionais de acordo com seus interesses. Sobre a dinâmica dos escândalos políticos, no que diz respeito à lógica operacional jornalística, Lima (2006 p. 32) afirma:

O evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de acontecimentos posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia. Passa a prevalecer uma lógica parecida com a que preside a cobertura jornalística das disputas eleitorais [...]: o que importa é saber qual jornalista e/ou empresa consegue esticar um pouco mais a corda e avançar com novas denúncias (LIMA, 2011, p.32).

A afirmação de Lima faz-se importante no sentido de notar que a lógica de mercado que impera na imprensa mundial também é fator de contribuição para o processo de midiatização que caracteriza os chamados escândalos político midiáticos. As redações jornalísticas passam a ser caracterizadas, segundo Xavier (2014, p.133), pela “homogeneização”, “padronização da realidade”, “o compartilhamento de visões de mundo”, “a ausência do contraditório”, o que “reduziu a capacidade crítica da atividade profissional, e deu dimensão unidimensional ao relato jornalístico”.

A questão se faz mais séria quando compreendida no sentido de que, se estamos em um processo cada vez mais midiático da realidade e quem produz essa realidade está inserido em uma lógica que reduz a capacidade crítica, o contraditório e as formas profundas de análise das diversas realidades políticas e suas relações mais complexas estão suprimidos da esfera pública. O debate público, nesse contexto, fica limitado a informações, narrativas e enquadramentos produzidos de forma precária e em uma lógica comercial que dita como tais conteúdos chegarão ao público.

Dito isso, é possível considerar que os grupos analisados no Brasil e em Portugal se inserem em uma lógica midiaticizada. Em ambos os casos, fica evidente que toda a questão política, jurídica e social que envolvem os casos de corrupção política discutida nos grupos possuem uma forte lógica midiática que extrapola a lógica do fato ou acontecimento em si, conforme apontam os autores.

4 CASO QUEIROZ E OPERAÇÃO MARQUÊS: ACONTECIMENTOS SOB ANÁLISE

Este capítulo se dedica a expor questões relativas aos casos de corrupção política analisados, de forma a contextualizar e compreender os acontecimentos que foram debatidos pelo grupo e noticiados nos jornais investigados. Não se trata de discorrer sobre nuances relativas à teoria política, social e pertinências jurídicas. Tampouco buscou-se criar interpretações e análises profundas sobre os casos. Limitamo-nos a analisar com profundidade a análise de enquadramento dos veículos e o debate nos grupos informais de deliberação. O capítulo justifica-se, portanto, como contexto dos casos, dos locais e características em que o objeto é analisado.

Para Cunha (2017), ao se realizar análises comparadas de mídia, alguns pontos devem ser observados. Em primeiro lugar, é importante um amplo levantamento sobre o contexto do objeto de estudo em questão, uma vez que ele está diretamente ligado ao que se pretende obter com a investigação, de

forma sempre inter-relacionada e em atualização. Com essa perspectiva, o contexto não é entendido como variável de pesquisa, mas sim como o próprio ambiente no qual o fenômeno observado se torna o objeto. A autora, que também foi supervisora do trabalho, afirma que, quando se compara processos comunicativos de países distintos, o contexto é que vai oferecer o subsídio necessário para a análise das semelhanças, diferenças e sutilezas observadas.

O contexto é dividido entre interpretativo e objetivo. Segundo a autora:

O contexto objetivo constitui o mapa do conhecimento estabilizado, por exemplo, acontecimentos e períodos históricos, datas, dados estatísticos sobre corrupção, estatísticas sobre consumos, audiências, etc. O contexto interpretativo deve ser entendido como a capacidade de mobilizar teorias e conceitos pertinentes capazes de explicar, interpretar ou justificar determinados fenómenos (CUNHA, 2017, p. 32).

O contexto não é entendido como uma “variável independente”, e sim como “o local onde fenómeno a observar se torna o objeto de pesquisa” (CUNHA, 2017, p. 32). Dessa forma, buscamos aqui contextualizar o sistema político e a democracia portuguesa, bem como o percurso dos meios de comunicação e a relação com a cultura portuguesa, a partir de componentes históricos e com foco nos processos de mediação e mediação.

4.1 Contexto português e a Operação Marquês

O item se dedica a discorrer alguns aspectos dos contextos políticos, democráticos e também do sistema midiático português como forma de compreender o caso analisado. Faz-se importante, principalmente, para a posterior análise comparativa realizada com os grupos analisados no Brasil. O capítulo foi escrito durante a vigência da BEPE/FAPESP como parte do relatório exigido pela agência.

O V-Dem Annual Democracy Report 2018 classifica Portugal como a décima democracia do mundo entre 210 país analisados. De acordo com o relatório, Portugal é considerado um país de “democracia liberal” com altos

índices de composição e processo eleitoral (11°), equidade e liberdades individuais (11°), porém verifica-se índices menores de deliberação (17°) participação política (35°) (V-DEM, 2018).

O relatório considera ainda a queda do regime salazarista (1933-1974) como marco para a “terceira onda” das democracias europeias. O regime ditatorial do Estado Novo português, centrado na figura de Antônio de Oliveira Salazar, foi um dos últimos resquícios do autoritarismo na europa ocidental, tendo permanecido por 41 anos. O longo período ditatorial deixou marcas na cultura política do país, bem como em sua composição mediática (CUNHA, 2017).

A forma de silenciamento ocorrida no governo Salazar bem como a relação desse período com a imprensa serve de subsídio para compreensão da cultura democrática portuguesa e a relevância da imprensa no debate público. No período do Estado Novo, o sistema midiático português conta com forte intervenção estatal e um menor investimento privado de grupos alinhados ao regime, como os bancos, por exemplo (SOUZA, 1994).

Tengarrinha (2016) afirma que um dos primeiros esforços de Salazar, como qualquer regime ditatorial, “foi tentar criar uma corrente de opinião pública que lhe fosse favorável” (TENGARRINHA, 2016, p. 185). O autor, que analisa a história da imprensa no contexto do Estado Novo, defende que, ao contrário do nazi-fascismo, o esforço de Salazar era conquistar um apoio passivo e silencioso.

A estratégia de Salazar para o controle da opinião pública foi o controle da imprensa e a censura. Jornais como o Correio da Manhã foram criados com a função de serem porta-voz do ditador. Alguns jornais se mantiveram neutros em relação ao Regime e também, conforme demonstra Tengarrinha, houve também aqueles que arriscaram certo distanciamento (TENGARRINHA, 2016). Para a criação de uma opinião pública hegemônica, Salazar utilizou meios constitucionais de censura e controle de imprensa, o que resultou na criação de

órgãos de controle como o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e o Secretariado Nacional de Informação. César (2018) defende que nesse período houve um “ecossistema de coerção” dos media, baseado na censura e nos aparatos policiais repressivos. O autor afirma que a censura era justificada por Salazar para o combate ao imperialismo, ao comunismo ideológico e a defesa dos valores sociais contra o pensamento moderno.

O termo ecossistema, justifica o autor, é para compreender um sistema complexo de interações sociais que “são reguladas por condições sociais, políticas, culturais e tecnológicas, que se estabelecem no campo dos media e em conexão com outros campos” (CÉSAR, 2018, p.3). O argumento central do autor é a construção das percepções de realidade condicionadas em um contexto de controle repressivo e da censura, que causa constrangimento nas interações sociais e impedem a livre expressão.

A propaganda e a censura, continua César (2018), cria imagens mentais por inscrição e desinscrição, o medo da exposição e da repressão das interações sociais acaba por criar o consenso necessário para a hegemonia do consenso. Daí a frase de Salazar (apud CÉSAR, 2018, p. 4) “politicamente só existe o que o público sabe que existe”. A essência ideológica do regime foi internalizada sob o lema “Deus, pátria e família”, sob uma lógica conservadora e nacionalista (TENGARRINHA, 2016) e o esforço de Salazar era internalizar esta lógica primeiro aos jornalistas para que eles próprios produzissem os conteúdos (CÉSAR, 2018). A tentativa de unificação da opinião pública portuguesa em torno de algo comum também implicou no “controle do espírito” expresso na cultura:

O plano cultural do regime baseava-se em três fundamentos principais: utilização da cultura como veículo de propaganda de glorificação e exaltação do regime e do chefe de Estado; concretização de um programa que promovesse o sentido coletivo nacional e os mais importantes ideais e propósitos do Estado Novo; compatibilização da renovação artística e cultural do Modernismo com a recuperação das tradições populares e

dos momentos de glória do passado português (FERREIRA, DIAS, 2016, p. 186).

Esses anos de internalização da censura pela imprensa e pela sociedade portuguesa têm consequências no exercício da cidadania em Portugal na contemporaneidade, expressos no índice mediano de “participação política” do V-Dem (2018) em comparação a outros países europeus.

A Revolução de 1974, que devolveu a democracia a Portugal, teve impacto internacional e é considerada por Magnone (1998) como o pontapé inicial da terceira onda de democratizações no mundo. No final da década de 1990 o autor já alertava que a democratização deve ir além de uma transição de regime, sendo importante perceber que “a construção desta estrutura democrática tem que encontrar suporte numa política-sistêmica cultural, que só pode aparecer num período mais alargado do tempo” (MAGNONE, 1998, p. 129).

Nesse sentido, os desafios para reverter as marcas do Estado Novo na sociedade, na direção de criar uma cultura democrática de participação, são evidentes, conforme demonstra Cabral (2003). Para o autor, “em Portugal e não só, esses traços oligárquicos continuam a produzir fortes restrições sociais à assunção efetiva da cidadania política” (CABRAL, 2003, p. 33). Para o autor, a garantia Constitucional de liberdades e direitos políticos não significam muito em sociedades que não possuem a democracia interiorizada, e exercem seus direitos políticos a partir da lógica da espiral do silêncio. Cabral (2003) levanta então a hipótese da pouca eficácia da transição democrática em Portugal em fomentar uma cultura política. Em pesquisa quantitativa, o autor constata que a participação política é nula para 67,5% da sociedade portuguesa.

No que concerne ao sistema midiático, no período após a Revolução de 1974, houve a abolição da censura e o incentivo a liberdade de expressão. No entanto, segundo Souza (1994), esse é um período de forte nacionalização de jornais, rádios e televisões. O período pós revolução, considera a autora, não

foi capaz de trazer pluralismo e acabar com a concentração de poder midiático. Apesar de prever a liberdade de iniciativa, esse período contou com monopólio estatal com relação a televisão e o domínio de interesses políticos (SOUZA, 1994).

A entrada na União Europeia, em 1986, foi o que de fato consolidou a democracia em Portugal após a instabilidade percebida após a revolução de 1974 (FERREIRA, DIAS, 2016), uma vez que “garantiu as condições para o crescimento acelerado da economia, sustentado pelo acesso aos fundos estruturais comunitários, que tornou credível a estratégia de convergência com os padrões europeus” (SOUZA, GASPAR, 2015, p. 100). A conjuntura internacional também contribuiu para a consolidação do bloco, com o fim da Guerra Fria, dos conflitos coloniais e a entrada para zona do Euro em 2002.

A partir do equilíbrio econômico, que melhorou a condição de vida da população, e da consolidação de uma democracia partidária que conseguiu livrar o país de discursos extremos e xenófobos, o processo de integração europeia se mostrou vantajoso ao país (SOUZA, 2000). Durante esses períodos e até os dias hoje, dois partidos prevaleceram com maior força: o Partido Social Democrata (PSD), que governou o país por 17 anos e o Partido Socialista (PS), que é o atual governo e soma 15 anos no poder. Junto a eles, o Partido Popular (CDS), o Partido Comunista Português (PCP), o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV), são os que possuem assento na Assembleia da República. Para Ferreira e Dias (2016, p. 195), é possível notar “um fio condutor na política nacional, o conservadorismo no voto que, desde a Revolução de 1974, é mantido nos mesmos partidos e figuras”.

O desenvolvimento econômico pós União Europeia também trouxe infraestrutura, modernidade e aumento de qualidade de vida ao português, da expectativa de vida por meio do acesso ao Serviço Nacional de Saúde, a melhora do sistema educacional que alavancou a escolaridade média e a qualificação profissional (FERREIRA, DIAS, 2016).

O sistema midiático foi sendo, ao final da década de 1980, privatizado e desregulamentado. No entanto, esse processo ocorreu de forma a não ameaçar o status quo e grandes jornais foram vendidos a grupos ligados aos interesses do governo, o que permitiu a criação de novos monopólios privados (SOUZA, 1994).

O desenvolvimento português se viu fortemente prejudicado com a crise de 2008, quando além da crise econômica internacional, vieram à tona escândalos de corrupção política. Para Cunha (2015), a crise econômica internacional interfere diretamente nas sociais-democracias europeias de forma a reestruturá-las, já que os parâmetros globais que permitiram o desenvolvimento econômico que desaguou na consolidação da democracia a partir do desenvolvimento social não são mais os mesmos. Nas palavras da autora:

A desregulamentação, as privatizações das funções básicas do Estado, o enaltecimento do setor privado e a exorcização do setor público, principalmente após 2007, reforçaram as tendências da desdemocratização do capitalismo a partir da deseconomização da democracia, proporcionando a concentração de renda na Europa e o aumento do fosso entre os mais pobres e os mais ricos (CUNHA, 2015, p. 40).

Ainda segundo a autora, a crise produziu desemprego principalmente entre os jovens e o aumento da pobreza em toda Europa, com maior gravidade em Portugal, Espanha, Grécia e Itália. O problema se agrava com a baixa taxa de natalidade frente ao aumento da expectativa de vida, o que gera pressão ao sistema de aposentadoria (CUNHA, 2015). As medidas impopulares necessárias, como mudanças no sistema de aposentadorias e na precariedade nas condições de trabalho, e a repressão a movimentos organizados demandam um estado autoritário e que coloca o sistema capitalista global em tensão com o modelo democrático, produzindo um processo de “desdemocratização” (CUNHA, 2015).

Como consequência da desregulamentação e liberação midiática em Portugal, ao final da década de 80, a entrada de capital estrangeiro e a incapacidade de conter a concentração midiática, os media ficaram submetidos a uma lógica econômica que reproduz o discurso dominante (CUNHA, 2015). Isso coloca o jornalismo português atual em uma posição de conformismo frente aos desafios enfrentados pela Europa no século XXI, já que é esta postura que “manterá a publicidade e os sponsors e os patrocinadores de grandes grupos económicos e financeiros, bem como a publicidade institucional do Estado tutelado pelas organizações financeiras internacionais” (CUNHA, 2015, p. 45). Esta mentalidade, ainda segundo a autora, tem por consequência a precarização do trabalho jornalístico a partir das pressões econômicas exercidas aos jornalistas pelos patrões, chefes e empresas.

Em Portugal, a percepção da corrupção pelos cidadãos têm crescido. Segundo o Índice de Percepção da Corrupção da Transparency International (2017), Portugal é o 29º país, de um total de 180, onde a corrupção é mais percebida no mundo. Dados do Eurobarâmetro (2017) indicam que 92% dos cidadãos portugueses consideram a corrupção um problema comum no país, sendo que 54% dos entrevistados acreditam que o nível de corrupção aumentou nos últimos anos.

Cunha (2015) defende que a ampla percepção dos cidadãos sobre a corrupção política decorre da maior visibilidade sobre a corrupção política na mídia. A ideia de “impunidade” dos envolvidos nos escândalos e de incapacidade do poder judiciário em punir os responsáveis são as associações mais imediatas produzidas na imprensa. No entanto, a autora ressalta que a discrepância entre arguidos acusados e condenados em comparação com a grande exposição e visibilidade dos casos contribui para a percepção negativa dos cidadãos.

Com base nos contextos apresentados, escolhemos a Operação Marquês como caso de análise, por ser um caso de corrupção com ampla

cobertura midiática e por estar em evidência no momento da elaboração do grupo de discussão. A Operação Marquês é um processo judicial que investiga políticos, banqueiros e empresários sob suspeita de corrupção, lavagem de dinheiro e desvio de capital, sendo um de seus maiores expoentes o ex-Primeiro Ministro José Sócrates. As investigações começaram no ano de 2013 e a primeira prisão foi deflagrada em novembro de 2014, quando o próprio ex-Primeiro Ministro foi detido em prisão preventiva. Sócrates foi solto em abril de 2015, mas as investigações continuam. Ao todo a operação envolve cerca de 25 investigados entre pessoas físicas e empresas.

No momento da elaboração dos grupos, o processo passava da fase de investigação para a fase de instrução. É nesse momento que o Tribunal Central de Instrução Criminal seleciona os processos que serão arquivados e os que irão a julgamento. Nessa mudança de fase, há uma revisão do juiz do processo, escolhido por sorteio eletrônico. Apenas dois juízes poderiam ser selecionados: Carlos Alexandre, que já vinha da fase de investigação e é conhecido por ser mais rígido e alinhado ao Ministério Público, e Ivo Rosa, conhecido por nem sempre apoiar as teses da acusação. Com esses estereótipos criados e reforçados pela mídia, o primeiro juiz passou a ser sinônimo de condenação dos arguidos e o segundo foi associado à absolvição. A criação dessa narrativa midiática do caso contribuiu para criar expectativas e um clima polarizado sobre a investigação.

Por essa razão, uma das leituras possíveis é que a Operação Marquês se configura como um escândalo político midiático, dominado por uma lógica midiática e com características narrativas de espetáculo. Reforçamos que a proposta deste trabalho é, portanto, compreender a atuação da mídia, sua interferência no debate informal e na opinião pública no caso específico da corrupção e não compreender aspectos judiciais ou políticos do processo.

4.2 Caso Queiroz

O Caso Queiroz é um escândalo político que ocorre no contexto da instabilidade política que se estende no Brasil desde as manifestações de junho de 2013. Este contexto está atrelado a uma série de fatos complexos que envolvem, além da efusividade das ruas materializadas em protestos que tomaram o país, o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff; a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva; as investigações da Operação Lava Jato as controvérsias na condução da operação pelo juiz Sérgio Moro. Além disso, perseguições políticas, expressas no assassinato da vereadora Marielle Franco e a renúncia do ex-deputado federal Jean Wyllys, após sofrer ameaças de morte. As eleições de 2018 foram polarizadas, foram realizadas em clima de tensão e tiveram acontecimentos marcantes, como a tentativa de assassinato do então candidato à presidência Jair Bolsonaro.

O escândalo político que ficou conhecido como Caso Queiroz veio à tona pouco após o resultado das eleições presidenciais. No dia 6 de dezembro de 2018 o Conselho de Controle de Atividades Financeira (Coaf) produziu um relatório em que apontava movimentações de cerca de 1 milhão e 200 mil reais na conta de Fabrício Queiroz, entre 2016 e 2017, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, então deputado estadual pelo Rio de Janeiro. Queiroz é ex-policial militar aposentado e motorista da família Bolsonaro. As suspeitas ocorrem no sentido de que o volume das movimentações seriam incompatíveis com o salário do assessor e motorista. Um dos apontamentos produzidos no relatório é que os depósitos aconteciam logo após o pagamento dos salários dos assessores da Alerj, gerando a suspeita da prática chamada “rachadinha” (devolução de parte dos salários dos assessores para parlamentares), o que é ilegal e caracteriza uma forma de corrupção política. Quando convocados para prestar depoimentos pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, ambos faltaram às datas marcadas.

Em 18 de janeiro de 2019, foi revelado que Flávio Bolsonaro recebeu de Fabrício Queiroz 48 depósitos de 2 mil reais em uma conta bancária, o que

investigadores afirmam ser uma tentativa de burlar a fiscalização do Coaf, comandado então pelo ministro da Justiça Sérgio Moro, do crime que se caracteriza como lavagem de dinheiro. O atual senador se defendeu afirmando que se tratava de uma permuta de imóveis, porém as datas não coincidiam com as apontadas nas escrituras. Atualmente a investigação já atinge 86 pessoas e nove empresas investigadas por irregularidades financeiras e tanto Flávio quanto Queiroz não compareceram para prestar depoimentos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utilizou metodologias qualitativas e quantitativas que permitiram descrever e analisar em profundidade ambientes de conversação informais, a atuação do jornalismo como suporte para a troca argumentativa e a produção de razões e sentidos que justificassem posicionamentos. A ênfase foi no processo de apropriação dos conteúdos jornalísticos e formação da opinião, a fim de compreender esse aspecto da esfera pública midiaticizada. A metodologia foi dividida em duas etapas: análise de enquadramento das notícias e grupos de discussão sobre dois casos de corrupção política.

Como ponto de partida foi feita análise de enquadramento, ou *media frame* (GAMSON, GOFFMAN, 1986; MAIA, 2009; POZOBON, SCHAEFER, 2015; PORTO, 2004). Foram selecionadas cinco notícias e reportagens jornalísticas sobre dois casos de corrupção política: a Operação Marquês, em

Portugal e o Caso Queiroz, no Brasil. Os veículos jornalísticos selecionados foram distintos em ambos casos respeitando a pluralidade necessária ao processo deliberativo.

Em Portugal, com a discussão da Operação Marquês, escolhemos conteúdos dos veículos “Sábado”, “Observador”, “Público”, “Expresso” e “Diário de Notícias” sobre o sorteio do juiz de instrução da Operação Marquês e seus desdobramentos para subsidiar o debate, que ocorreu na cidade de Coimbra. Já no Brasil, foram escolhidos conteúdos dos veículos “BBC”, “El País”, “Folha de S. Paulo”, “Estado de S. Paulo” e “O Globo”, sobre o caso de corrupção política conhecido por “Caso Queiroz” e seus desdobramentos para subsidiar o debate, que ocorreu na cidade de Ribeirão Preto.

Os critérios de escolha das notícias e dos acontecimentos foram repercussão, visibilidade, grau de interesse público e relevância. O objetivo da análise de enquadramento foi “analisar enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles” (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p. 193). Os dados coletados a partir da análise foram importantes para a definição do viés político de cada conteúdo jornalístico, as informações fornecidas, omitidas, salientadas e distorcidas, as justificativas para os posicionamentos, argumentos e a ideologia que os orienta.

O procedimento metodológico se orienta na premissa que os recortes e enquadramentos de um acontecimento são importantes componentes na formação da percepção dos sujeitos sobre a realidade e sua posterior ação perante os sentidos criados (MAIA, 2009; MENDONÇA E SIMÕES, 2012). Esta etapa foi necessária para que houvesse compreensão completa da mensagem, dos sentidos, razões e informações que foram oferecidas aos sujeitos na etapa posterior, e também para permitir o entendimento sobre a forma com que tais elementos foram apropriados no ato deliberativo.

A opção em se utilizar cinco conteúdos jornalísticos para cada acontecimento político ou social justifica-se pela variedade dos enquadramentos, informações, argumentos, razões e justificativas veiculadas. Entendemos que esta diversidade é essencial no processo deliberativo no que se refere à produção e à significação de sentidos e na formação da opinião dos sujeitos. Além disso, ressalta-se que, nas sociedades midiaticizadas, há forte concorrência entre enquadramentos e conteúdos que circulam na esfera pública. Submeter os sujeitos a apenas um enquadramento seria uma simulação artificial que desconsidera o caráter diferido e difuso das sociedades midiaticizadas e ignora que “na medida em que há competição política sobre uma dada questão, haverá competição pública sobre qual enquadramento é mais apropriado” (SNIDERMAN; THERIAULT, 2004, p. 114).

A escolha em não delimitar os acontecimentos ainda no projeto justifica-se pela necessidade de que eles estivessem circulando na esfera pública no momento da segunda etapa. Os veículos também foram escolhidos a partir deste critério. Os principais veículos portugueses e brasileiros foram acompanhados diariamente, até que pudéssemos fazer escolhas bem embasadas sobre os casos.

Além disso, consideramos que assuntos em evidência despertariam maior interesse e engajamento no debate e uma variedade maior de informação por parte dos participantes, o que, ao nosso ver foi o que de fato ocorreu. Por fim, não foi de interesse da pesquisa analisar a cobertura de veículos e formatos jornalísticos ou de acontecimentos políticos e sociais específicos, já que o objetivo centrou-se no debate, na produção, na significação e na apropriação de sentidos dos sujeitos nos ambientes deliberativos.

A etapa seguinte foi a realização de grupos de discussão. Sob a orientação da metodologia utilizada por Maia et. al (2017), pretendeu-se criar ambientes de conversação informais para que os participantes discutissem

sobre cada momento político analisado. A etapa foi dividida em duas fases: antes e depois da inserção dos conteúdos jornalísticos. Essa divisão teve por objetivo realizar posterior análise comparativa, onde verificamos a influência jornalística nas razões, justificativas e posicionamentos dos sujeitos.

Para seleção dos participantes, no caso português, o contato com cidadãos locais e o apoio da Universidade de Coimbra nos permitiu a participação de diferentes perfis. No caso brasileiro, tivemos o apoio de contatos da cidade natal do pesquisador e tivemos ajuda das redes sociais no convite à participação. Em ambos grupos, composição dos participantes foi pautada pela diversidade de classe social, gênero, faixa etária e etnia dos participantes. Em nenhum dos grupos havia contato prévio entre os participantes.

No momento anterior e posterior à discussão, cada participante respondeu a um questionário que teve por objetivo inferir posicionamentos prévios de forma quantitativa. Ainda que não houvesse posicionamento prévio de alguns participantes, consideramos que isso também reflete parcela das sociedades em que os participantes estão inseridos. Assim, não faria sentido excluir participantes por nenhum critério nesse sentido, apesar de trazer desafios à análise. Porém, em ambos os casos, consideramos que o mínimo de intervenção seria necessário para a qualidade dos resultados obtidos.

Na primeira fase, a discussão foi livre. O tema foi anunciado e foi pedido para que cada participante fizesse suas considerações iniciais. Em seguida, qualquer um pôde se manifestar e interagir. Na segunda fase, os conteúdos jornalísticos analisados na etapa anterior foram introduzidos e o debate retomado. Para que todos tivessem oportunidade de debater e expressar suas considerações, delimitou-se que o grupo tivesse no máximo dez participantes.

Durante a discussão, o pesquisador permaneceu neutro e sem emissão de nenhum tipo de opinião ou juízo sobre o tema. Portanto, a postura foi de mediador e organizador. Tal cuidado foi necessário para que as posições dos

debatedores não fossem influenciadas em nenhuma hipótese, o que comprometeria a cientificidade da pesquisa.

As discussões foram gravadas apenas em áudio para não inibir e garantir a segurança dos participantes. Os membros concordaram previamente com a gravação e foram avisados de que ela não seria divulgada e que a privacidade e sigilo seriam resguardados. A gravação foi necessária para posterior transcrição, tendo em vista o aproveitamento máximo do corpus de análise.

Dessa forma, finda a coleta de dados, tivemos os seguintes dados para análise:

1) **Análise de enquadramento dos veículos.** Uma primeira análise, feita de forma geral, caracterizou os aspectos noticiosos dos conteúdos além de destacar possíveis saliências, omissões, organização e estrutura da informação, marcas de opinião, direcionamento e particularidades de cada conteúdo veiculado. Esta análise está sendo apresentada em forma de texto corrido, por possuir caráter qualitativo. Parte-se do entendimento de que é importante a exploração e domínio sobre tais conteúdos, uma vez que eles foram oferecidos como subsídio para os sujeitos na etapa do debate. Em um segundo momento, foi feita análise específica, que visou mapear o aspecto interpretativo dos conteúdos, na qual pretendeu-se identificar os quadros de sentidos, ou frames. Consideramos este detalhamento como fundamental para a análise posterior, quando tais resultados foram comparados com os dados obtidos na etapa de discussão dos sujeitos nos ambientes de conversação informais. Esta análise ocorreu de acordo com a seguinte proposta metodológica (POZOBON, SCHAEFER, 2015; PORTO, 2004):

a) “definição do acontecimento”: a forma que o veículo coloca a questão central do acontecimento e o define;

- b) **“causas e consequências”**: quais são as causas e consequências do acontecimento de acordo com o veículo;
- c) **“argumentos”**: listagem dos argumentos utilizados na defesa de um ponto de vista sobre o acontecimento;
- d) **“problemas e soluções”**: quais são as problemáticas e soluções para o acontecimento segundo a interpretação do veículo.

Os resultados estão sendo apresentados em forma de tabela, diferenciando os veículos e o tema político ou social em questão, usando recursos gráficos como diferenciação através de cores para facilitar a leitura e o entendimento dos resultados.

2) **Questionários**. Com a aplicação dos questionários ao início e ao fim do grupo de discussão, objetivou-se realizar comparação entre o posicionamento dos sujeitos e avaliar se a discussão e a exposição midiática foram capazes de interferir nas opiniões sobre o assunto. Este questionário foi constituído de afirmações sobre o tema de debate, em que eles responderam para cada item se “concordam totalmente”, “concordam”, “não concordo, nem discordo”, “não tenho opinião formada”, “discordo” ou “discordo totalmente”. Tais dados foram comparados, tendo em vista aferir, de forma quantitativa, se houve mudança de posicionamento em relação às afirmações após a exposição ao conteúdo jornalístico e o processo deliberativo. Dessa forma, acreditamos ser possível avaliar o impacto das notícias no processo de discussão de forma quantitativa. Os dados estão sendo apresentados em forma de gráfico comparativo, destacando a variação observada.

3) **Grupos de discussão**. Para a análise da discussão, os grupos foram gravados e transcritos. Foi aplicada a mesma análise de enquadramento utilizada nos conteúdos jornalísticos, tendo em vista classificar os elementos discursivos e argumentativos e as justificativas para os posicionamentos. Com os dados disponibilizados em forma de gráfico, foi possível avaliar quais foram

os argumentos, posições e justificativas mais recorrentes entre os participantes. Outra forma de análise foi a comparação entre os dados da primeira fase (antes da inserção dos conteúdos jornalísticos), da segunda fase da discussão (após a inserção) e os dados obtidos através da análise de enquadramento dos veículos. Com isso, pretendeu-se avaliar de que forma os conteúdos interferem na dinâmica do ambiente deliberativo, na formação da opinião, na expressão de argumentos e nas justificativas dos sujeitos sobre seus posicionamentos. A partir de um panorama específico e detalhado, acreditamos ser possível avaliar de que forma os conteúdos jornalísticos são apropriados pelos sujeitos no momento de troca pública de razões e de formação de opinião a respeito de temáticas sociais e políticas. Esta etapa descritiva está sendo apresentada em forma de texto dissertativo.

6 ESTUDOS DE CASO

Este capítulo é dedicado para exposição das análises e resultados realizados sobre os enquadramentos midiáticos e debates sobre casos da Operação Marquês, em Portugal e o Caso Queiroz, no Brasil.

6.1 Operação marquês: análise de enquadramento dos veículos e do debate

As notícias selecionadas possuem um fato em comum: a seleção do juiz de instrução da Operação Marquês. A escolha por este acontecimento no amplo contexto da Operação Marquês foi feita por este ser de ampla repercussão na esfera pública e por estar em evidência no momento de organização dos grupos, conforme indicação metodológica prevista no projeto.

Dessa forma, conforme o esperado, foi possível coletar uma quantidade significativa de dados nos grupos de discussão, já que houve grande disposição dos indivíduos no debate sobre o tema devido à quantidade de conteúdos e sentidos que circulavam sobre o caso naquele momento.

Os conteúdos selecionados estão centrados nos desdobramentos e implicações do sorteio do juiz Ivo Rosa para o processo da Operação Marquês e não necessariamente na escolha em si. Essa decisão foi tomada ao considerarmos certa pluralidade de enquadramentos e sentidos midiáticos. Consideramos que para a dinâmica do grupo, em relação à discussão, não seria interessante apresentar cinco notícias retratando o mesmo fato por poder ser visto como algo repetitivo por parte dos integrantes, o que poderia causar dispersão na leitura e baixo aproveitamento.

Portanto, os conteúdos foram escolhidos em datas distintas e de forma aleatória entre os veículos selecionados, retratando sempre o contexto do sorteio do juiz, porém com diferentes perspectivas e acontecimentos. Os veículos analisados foram: Observador; Público; Jornal de Notícias; Expresso e Sábado.

6.1.1 Sábado

A edição da revista Sábado da semana do dia 3 a 10 de outubro de 2018 dedica sua capa à escolha do juiz da fase de instrução da Operação Marquês suas consequências. A reportagem intitulada “O Ataque a Operação Marquês” tem por premissa a ação da defesa de José Sócrates e dos outros investigados (arguidos) para desarticular a operação e inocentá-los. Logo na linha fina da reportagem, “Após a escolha do juiz Ivo Rosa, José Sócrates e os outros arguidos querem anular escutas e provas para aniquilar o processo - e sentar Carlos Alexandre no banco dos réus” (SÁBADO, 2018), há uma evidente distorção: não se trata de colocar o juiz Carlos Alexandre como criminoso ou

corrupto, mas sim de uma investigação feita pelo próprio tribunal sobre a atribuição do processo a ele, ainda em 2014, sob suspeita de ilegalidade.

De todas as reportagens analisadas, a revista *Sábado* é a mais contundente em criticar Sócrates, a defesa dos arguidos e a escolha de Ivo Rosa via sorteio eletrônico. A revista assume a posição de condenação dos arguidos, mesmo que a fase de instrução tenha começado junto com o sorteio, ou seja, os arguidos ainda não são réus no processo.

Por assumir essa posição, a revista se propõe a desvendar “como a defesa quer destruir a Operação Marquês” (SÁBADO, 2018) e elenca seis passos da defesa para atingir esse objetivo: “afastar o juiz Carlos Alexandre”, “atacar a investigação”, “anular as provas”, “afastar investigadores”, “declarar a justiça portuguesa incompetente”, “valorizar provas de inocência” (SÁBADO, 2018). Todos esses pontos acompanhados de uma imagem de “bola de destruição” com José Sócrates sorrindo ao centro, transmitindo a ideia de deboche e impunidade.

A revista, que classifica a operação como “o mais importante processo da história da democracia”, se utiliza principalmente de ações e estratégias dos advogados de defesa, posições contrárias de Ivo Rosa em relação às teses do Ministério Público, e argumentos dos investigadores numa tentativa de deslegitimar a defesa a partir do uso de juízo de valores e críticas morais.

Dessa forma, *Sábado* cria uma narrativa a partir do relato da estratégia da defesa de Sócrates e dos outros arguidos de forma a atribuir sentidos negativos à estratégia dos advogados para defender os investigados. A reportagem não discute, no entanto, as prerrogativas, legitimidades e ilegalidades perante a Justiça. A narrativa construída pela revista opta pela polarização dos juízes - Carlos Alexandre como juiz competente e Ivo Rosa como sinônimo de vitória para os investigados - e pela abordagem do caso de forma política.

A revista não faz uso de fontes externas e oficiosas na construção de um conhecimento informativo e elucidativo. A revista opta por deixar de lado os valores jornalísticos de neutralidade para comprovar um ponto de vista específico a partir da atribuição de juízo de valor às ações do juiz Ivo Rosa em processos anteriores e das estratégias de defesa para criar especulações em tons conspiratórios.

Segundo a Sábado, uma das estratégias da defesa dos arguidos para descredibilizar a investigação consiste no questionamento da atribuição do processo a Carlos Alexandre no início da operação e da legalidade da obtenção das provas. Para comprovar que houve irregularidade, a defesa precisaria ter acesso a processos administrativos internos do Tribunal Central de Instrução Penal, o que deve ser permitido pelo juiz. Nesse contexto, o jornal afirma: “A avaliar pelo histórico de Ivo Rosa, é provável que o juiz aceda ao pedido (de acesso da defesa aos Processos Administrativos internos) - mesmo que isso vá contra a vontade do Ministério Público”.

A revista coloca ainda a tentativa da defesa de anular provas obtidas de forma ilegal, por meio de escutas migradas de outros processos sem a devida autorização, como estratégia de destruição da operação. A revista também coloca em causa a atribuição da fase de instrução ao juiz Ivo Rosa, defende que o sorteio não ocorreu de forma aleatória e dá a entender que a paridade entre os processos de ambos os juízes no momento do sorteio foi intencional para afastar Carlos Alexandre do processo, ainda que o sorteio só seja completamente aleatório quando há paridade de processos atribuídos no momento da seleção.

TABELA 2 - Análise de enquadramento da notícia “O ataque a Operação Marquês”, da revista Sábado.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Defesa de José Sócrates quer destruir a Operação Marquês e acabar	- As defesas de Sócrates e dos outros arguidos possuem uma estratégia para acabar com a	- As defesas dos arguidos pretendem colocar Carlos Alexandre como	- A estratégia da defesa busca acabar com a defesa e

com a reputação de Carlos Alexandre.	Operação Marquês em em seis passos: Afastar o juiz Carlos Alexandre, Atacar a Investigação, Anular as Provas, Afastar os investigadores, Declarar a justiça portuguesa incompetente e Valorizar as provas de inocência. / Fim das investigações e impunidade para os corruptos. - O juiz Carlos Alexandre pode ser ouvido como testemunha a pedido da defesa de Armando Vara, um dos arguidos no processo. O objetivo é questionar o juiz sobre as alegações de ilegalidade na forma com que ficou à frente do processo, em 2014. / Se o pedido for aceito, cria-se um julgamento à parte das decisões de Carlos Alexandre, como a liberação de escutas e prisões preventivas durante a fase de investigação.	testemunha para descredibilizar o juiz, para então anular as provas que foram obtidas por meio de suas decisões, o que destruiria o processo. - Com a seleção do juiz Ivo Rosa, a defesa conseguiu o que tentou durante todo o processo: afastar Carlos Alexandre. - O principal objetivo da defesa sempre foi afastar Carlos Alexandre da fase de instrução. - O sorteio eletrônico não é totalmente aleatório, pois leva em conta a quantidade de processos que cada juiz possui no momento da atribuição, tendo em vista evitar sobrecarga para um ou outro juiz. Num curto período de tempo, Ivo Rosa, que até então tinha mais processos, se igualou a Carlos Alexandre no momento do sorteio da Operação Marquês. - No momento do sorteio eletrônico o processo ainda não havia sido enviado ao tribunal em totalidade, o que “parece contrariar a lei”.	inocentar os arguidos em passos estratégicos sofisticados. / Não há indicação de soluções pois a reportagem tem tom de denúncia.
---	---	---	---

6.1.2 Público

O jornal Público ressalta o contexto e as implicações da atribuição da fase de instrução da Operação Marquês a Ivo Rosa, em matéria publicada em 28/09/2018. A reportagem “Operação Marquês calhou a Ivo Rosa. ‘Finalmente há um juiz legal’, diz defesa de Sócrates” constrói sentidos e representações à imagem dos juizes do Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) de forma que o juiz sorteado, Ivo Rosa, é colocado em antagonismo a Carlos Alexandre.

De forma implícita há uma série de questionamentos sobre a capacidade de Ivo Rosa de conduzir a Operação. Logo no título é colocada uma fala atribuída à defesa de Sócrates “Finalmente há um juiz legal” (PÚBLICO, 2018). O jogo de palavras produz um duplo sentido entre “legalidade” e o adjetivo “legal” que qualifica positivamente e infere, para além do sentido original de legalidade - já que desde o início da Operação a defesa do ex-primeiro ministro questiona a atribuição do processo a Carlos Alexandre por considerá-la ilegal - satisfação da defesa de Sócrates com o sorteio por facilitar a absolvição dos arguidos.

A sequência da notícia se utiliza de falas da defesa de Sócrates e julgamentos passados de Rosa para criar um sentido de que a atribuição do processo a ele deixa Sócrates mais próximo da absolvição. Logo na linha fina o jornal coloca “Ivo Rosa é conhecido por nem sempre apoiar as teses do Ministério Público” (PÚBLICO, 2018). A afirmação é reforçada com o exemplo de outros processos julgados por Rosa: a Operação Zeus, no caso das rendas da EDP e no caso de corrupção da TAP. Em todos os casos houve absolvidos por falta de provas e em alguns deles choque com procuradores e investigadores. Ivo Rosa também se recusa a aceitar provas obtidas de forma ilegal. Em outro parágrafo o jornal coloca “Há quem considere o juiz um

obstáculo, por defender constantemente os direitos das pessoas investigadas, criando obstáculos às investigações” (PÚBLICO, 2018). Por não atribuir a afirmação a nenhuma fonte, consideramos a afirmação como uma marca de opinião do veículo como forma de reforçar a imagem que a matéria busca atribuir a Ivo Rosa.

Em dois momentos a imagem dos juízes são colocadas em oposição:

Ao contrário de Carlos Alexandre, o outro juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal, Ivo Rosa é conhecido por nem sempre apoiar as teses incriminatórias dos arguidos que lhe são levadas pelo Ministério Público, tendo, de resto ilibado vários suspeitos desde que assumiu essa função, em 2015 (PÚBLICO, 2018).

Nunca trabalhou na Operação Marquês, ao contrário de Carlos Alexandre, que foi o juiz da fase de investigação do processo - o que significa que terá agora de se pôr a par dos 132 volumes e 903 processos. Tudo junto pesa mais de uma tonelada. Os 28 arguidos - 19 pessoas e nove empresas - entre os quais se contam os antigos ministros Armando Vara, os ex-dirigentes da Portugal Telecom Henrique Granadeiro e Zeinal Bava e Ricardo Salgado, estão acusados de vários crimes de colarinho branco, como corrupção, fraude fiscal e branqueamento de capitais (PÚBLICO, 2018).

Um outro argumento utilizado pelo veículo para reforçar uma ideia de negatividade em relação a Rosa é o tamanho do processo e a dificuldade para que ele acompanhe toda operação. “Ivo rosa nunca trabalhou na Operação Marquês, o que significa que terá agora de se pôr a par dos 132 volumes e 903 apensos. Tudo junto pesa mais de uma tonelada” (PÚBLICO, 2018).

Dessa forma, em oposição a uma imagem “linha dura” de Carlos Alexandre produzida midiaticamente, o jornal produz uma imagem mais branda do juiz mais novo. A comparação não é apurada em um sentido técnico, com o uso de fontes oficiosas como especialistas, estudiosos e juristas para oferecer um panorama mais completo ao leitor. Nesse sentido, resta dúvidas sobre uma série de aspectos como por exemplo se, em relação à legalidade, a troca de juízes na transição da fase de investigação para a fase de instrução é uma

forma eficiente de garantir julgamento justo; e também se a afirmação da defesa de Sócrates de que, no início da Operação Marquês, a atribuição a Alexandre feita de forma manual e atribuída ao próprio Alexandre possui respaldo legal; ou, ainda, se o extenso processo teria implicações reais na fase de instrução do processo. A construção de sentido atribuída aos juízes tem como pano de fundo o destino dos arguidos, que podem ser levados a julgamento ou absolvidos nessa fase da operação.

TABELA 3 - Análise de enquadramento da reportagem “Operação Marquês calhou a Ivo Rosa. ‘Finalmente há um juiz legal’, diz defesa de Sócrates”, do jornal Público.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Juiz Ivo Rosa irá conduzir a fase de instrução da Operação Marquês.	- Sorteio eletrônico atribuiu o processo ao juiz Ivo Rosa, que irá decidir quem irá a julgamento e quem será absolvido na fase de pré-julgamento. - Mudança do juiz faz com que todo o processo, que é extenso, seja revisto e a forma de condução da Operação Marquês seja alterada, já que os juízes possuem perfis diferentes. - O juiz Ivo Rosa tem um perfil de nem sempre apoiar as teses do ministério público, o que pode mudar os rumos da Operação Marquês e aumentar a chance de absolvição.	- A quantidade de papéis que o juiz deve rever para se colocar a par do processo é extensa. - Ivo Rosa é conhecido por nem sempre apoiar as teses do Ministério Público e ter inocentado arguidos no em outros processos. - A defesa dos direitos dos arguidos por parte de Ivo Rosa é um obstáculo às investigações.	Sem indicação.

Fonte: (Elaboração do autor)

6.1.3 Observador

O conflito entre as declarações do juiz Carlos Alexandre e o Conselho Superior da Magistratura sobre o sistema informático de atribuição de processos é o centro da reportagem “Carlos Alexandre coloca em causa sorteio

de Ivo Rosa para a Operação Marquês”, publicada pelo Observador em 17/10/2018. A matéria é vinculada a uma tag chamada “Caso José Sócrates”, que chama atenção ao ex-primeiro ministro em meio aos outros arguidos no processo.

O Observador opta por destacar as consequências da declaração, como a abertura do inquérito para responsabilizar Alexandre e também para verificar a procedência das afirmações do juiz. Destaca também o apoio da Associação Sindical dos Juízes Portugueses ao inquérito e reproduz parte de uma nota onde a Associação afirma que a gestão do sistema deveria ser transferida do governo ao Conselho Superior da Magistratura. A fala de Carlos Alexandre é colocada da seguinte forma:

Em resposta a uma pergunta do jornalista da RTP sobre se, de repente, forem distribuídos processos consecutivos a um determinado juiz a aleatoriedade do sistema fica posta em causa, Carlos Alexandre responde: “Sim, pode alterar-se significativamente”. Em poucos dias? “Sim, pode alterar-se significativamente [em poucos dias] e as probabilidades podem inverter-se”, afirma o juiz (OBSERVADOR, 2018).

A ênfase em “em poucos dias”, para reforçar a ideia do juiz, é importante para estruturar o argumento do jornal que vem na sequência. O jornal apura a atribuição dos processos a ambos os juízes no período entre julho e setembro e ressalta que, em julho, Rosa possuía 5 processos a mais que Alexandre e que a diferença caiu para 1 processo a mais às vésperas do sorteio. E destaca que durante o período Ivo Rosa rejeitou um processo.

A informação, reforça, de forma implícita, a ideia de que haveria anormalidade na distribuição dos processos no período de forma a influenciar o sistema ao se assumir verdadeiras as declarações de Alexandre de que a aleatoriedade está submetida a quantidade de processos atribuídos a cada juiz, ainda que Ivo Rosa tivesse um processo a mais na data do sorteio. O parágrafo é finalizado com a seguinte afirmação “Está em causa o sorteio realizado no

dia 28 de setembro nas Instalações do Tribunal Central de Instrução Criminal, em Lisboa” (OBSERVADOR, 2018).

A seguir, a matéria centra na abertura de instrução pelo Conselho Superior da Magistratura para averiguar as declarações. Sobre a instrução, o jornal afirma que “Apesar de não se utilizar a expressão ‘disciplinar’, este é o verdadeiro âmbito do inquérito que será aberto”. Por não citar nenhuma fonte que justifique a afirmação, consideramos o trecho como marca de opinião do veículo.

O jornal repete a mesma afirmação atribuída à nota emitida pela Associação Sindical dos Juizes Portugueses em três momentos distintos: “a gestão dos sistemas informáticos deveria estar nas mãos do Conselho Superior da Magistratura e não, como está, do Governo” e em dois momentos reforça o apoio da associação à parte do inquérito que irá averiguar se houve ou não irregularidades no sorteio.

Por fim, o jornal reproduz outra fala da entrevista de Alexandre, que diz que após o sorteio 140 caixas com provas contra os arguidos não foram entregues a Ivo Rosa. O jornal ressalta a importância da fase de instrução, que permite que a defesa dos acusados questione as teses do Ministério Público, decidindo quem vai a julgamento e quais processos serão arquivados.

TABELA 4 - Análise de enquadramento da notícia “Carlos Alexandre coloca em causa sorteio de Ivo Rosa para a Operação Marquês”, do jornal Observador.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Declarações do juiz Carlos Alexandre coloca em causa sorteio eletrônico que atribuiu a fase de instrução da operação a Ivo Rosa.	A possibilidade, aberta por Carlos Alexandre em entrevista à RTP, de a aleatoriedade do sorteio estar condicionada ao número de processos atribuídos aos dois juizes possíveis. Averiguação feita pelo jornal de que no período	- Aleatoriedade pode depender da quantidade de processos atribuídos a cada juiz no momento do sorteio, o que possibilita manipulação. - A diferença na	Impossibilidade do início da fase de instrução da operação por “irregularidade formal”. Possibilidade de não aleatoriedade no sistema eletrônico de

	entre julho e setembro, mês da atribuição, a diferença de processos entre os juizes caiu de 5 para 1. / Dúvidas sobre a legitimidade do sorteio e comprometimento da legalidade da atribuição.	quantidade de processos entre os juizes caiu entre julho e setembro. - Ivo Rosa chegou a recusar um processo no período. - Dois dos processos atribuídos a Carlos Alexandre no período foram considerados com “características anômalas”. - Uma caixa com 140 provas contra os arguidos não teria sido distribuída a Ivo Rosa, o que impede o início da fase de instrução da operação.	distribuição de processos. Investigação do caso por parte do Conselho Superior da Magistratura.
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor

6.1.4 Expresso

A reportagem “Operação Marquês. Novas contradições no sorteio do juiz”, publicada em 21/10/2018 pelo Expresso tem como foco questionar a seleção de Carlos Alexandre na fase de investigação do processo, em 2014. A atribuição da operação pelo Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) a Alexandre foi feita de forma manual sob a justificativa de problemas no sistema informático. A matéria reverbera as declarações feitas pelo juiz em entrevista à

RTP no dia 17/10/2018, em que ele coloca dúvidas sobre a legitimidade do sorteio que atribuiu a operação a Ivo Rosa.

O texto contém uma série de recursos opinativos e termos que reforçam o argumento central que busca colocar em cheque a primeira atribuição a Carlos Alexandre. O jornal utiliza a expressão “efeito boomerang” na legenda da foto do juiz de investigação para reforçar que suas declarações se voltaram contra ele próprio. A informação que justifica o juízo de valor é que, após as declarações, foi aberto um inquérito no Conselho Superior de Magistratura para averiguar as afirmações e a conduta do juiz. O jornal defende que o inquérito só foi aberto devido a “ondas de choque” no meio judicial.

Em seguida, o texto transmite, em tom de questionamento, que o juiz cometeu um “excesso de linguagem” ao questionar a atribuição durante a entrevista e também questiona se há de fato problemas de confiabilidade na atribuição eletrônica. Na sequência, o texto se volta à primeira atribuição, em 2014, e por meio de fontes documentais levanta uma série de dúvidas sobre a legitimidade da atribuição manual. A reportagem atribui outro juízo de valor, quando explica que “o caso tem importância pelo facto de as defesas de Sócrates e do antigo ministro Armando Vara [...] alegarem que houve batota na atribuição de processos em 2014” (EXPRESSO, 2018).

O jornal afirma que a justificativa do Conselho Superior de Magistratura para essa atribuição foi que na época da atribuição houve avaria no sistema. O jornal argumenta que “as dúvidas aumentam” e classifica o caso como “invulgar”, pois, segundo o mapa de distribuição dos processos no tribunal, um dia antes da atribuição manual a Carlos Alexandre e um mês após o sistema funcionou normalmente. Para reforçar a ideia de que há algo errado na primeira distribuição, o jornal utiliza recursos como advérbio de modo e ironia: “O Citrus é uma plataforma usada por todos os tribunais e colapsou precisamente em setembro de 2014, assim que entrou em vigor um novo mapa judiciário [...] O

que está acontecendo? O software começou por funcionar nesse dia e depois avariou-se? ” (EXPRESSO, 2018).

O jornal utiliza como fonte declarações oficiais do Conselho Superior de Magistratura e do juiz Carlos Alexandre, o mapa de distribuição de processos do Tribunal Central de Instrução Criminal e uma informação publicada no jornal Observador. A ideia de irregularidade na distribuição inicial da Operação Marquês, bem como o questionamento das declarações da entrevista de Alexandre vão ao encontro da estratégia de defesa dos arguidos, em especial José Sócrates, que utilizam o mesmo argumento para pedir a revisão da primeira fase do processo por considerarem a atribuição irregular.

TABELA 5 - Análise de enquadramento da notícia “Operação Marquês. Novas contradições no sorteio do juiz”, do jornal Expresso.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Há contradições no sorteio do juiz do processo da Operação Marquês desde o início, em 2014, quando Carlos Alexandre foi escolhido.	A atribuição manual a Carlos Alexandre, feita em 2014, foi feita de forma questionável e em meio a contradições. / Se comprovadas as irregularidades levantadas, a atribuição seria ilegítima, conforme afirma a defesa dos arguidos.	- As afirmações do juiz Carlos Alexandre à RTP se voltaram contra ele devido ao inquérito aberto para averiguar a declaração. - A investigação da atribuição de 2014 pelo Conselho Superior de Magistratura é importante porque reforça a tese da defesa de Sócrates e dos arguidos. - As informações do mapa de distribuição de processos contraria a alegação de avaria no sistema informático dado pelo Conselho Superior de Magistratura, já que outros processos.	Contradições em relação à legitimidade da atribuição da Operação Marquês em 2014.

		foram atribuídos em datas próximas. - A atribuição manual do processo é questionável. - As datas utilizadas como critério de atribuição pelo Conselho Superior de Magistratura não coincide com processos anteriores.	
--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor

6.1.5 Jornal de Notícias

O Jornal de Notícias, em matéria publicada em 20/10/2018, intitulada “Procuradoria contraria Carlos Alexandre sobre Operação Marquês”, dá destaque a um conflito entre as declarações do juiz Carlos Alexandre e da Procuradoria Geral da República. Em entrevista à emissora RTP, no dia 17/10/2018, Carlos Alexandre coloca dúvidas sobre a continuidade do processo após o sorteio. Ele afirma que os autos não foram entregues em totalidade ao juiz Ivo Rosa e que estaria faltando uma caixa com 140 provas contra os acusados. A afirmação de Alexandre demonstra uma irregularidade processual que poderia colocar dúvidas sobre a legitimidade do julgamento por Rosa. Na mesma entrevista, Carlos Alexandre coloca dúvidas sobre a legitimidade do sorteio, quando afirma que o sistema informático não é aleatório e que é passível de manipulação.

A reportagem do Jornal de Notícias é baseada na entrevista de Alexandre e na resposta dada pela Procuradoria Geral da República, que nega irregularidades. Uma representante da Procuradoria chamada pela reportagem apenas de “fonte oficial” afirma que todo o processo foi enviado a Ivo Rosa por

transmissão eletrônica. A fonte declara que apenas o processo em suporte físico é que não havia sido entregue em totalidade à Rosa.

A reportagem também retrata a questão da aleatoriedade do sorteio quando coloca a declaração da secretária de Estado de Justiça, Helena Mesquita Ribeiro, que reforçou a confiança na distribuição eletrônica ao mesmo tempo em que pediu averiguação para verificar se houve ou não problema na distribuição.

A reportagem do Jornal de Notícias é curta, com foco apenas na contradição entre as falas, o que caracteriza a notícia como forma de “jornalismo declaratório”, ou seja, carente de análises e preso à versão das fontes oficiais (PERUZZO, 2005). Não há, ao longo do texto, nenhum outro tipo de fonte, consulta ou apuração que não o conflito entre as declarações.

Notamos saliência na ideia de “contrariar”, um termo polissêmico que também possui a noção de conflito e embate. Um jogo de palavras, com o verbo “distinguir” reforça uma ideia de “contrariação” de Carlos Alexandre pela Procuradoria:

“O processo em suporte físico, atenta a respetiva extensão”, é que “não foi no imediato transmitido na totalidade”, distinguiu a mesma fonte (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2018).

Sem distinções, Carlos Alexandre declarou que, a 28 de setembro, tinha sido “distribuída” a Ivo Rosa apenas “uma parte” dos autos, no que seria interpretado como uma irregularidade processual, porquanto tinham ficado para trás 140 caixas com provas (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2018).

Ao longo do texto Carlos Alexandre é chamado de “juiz não sorteado”, o que também reforça a ideia de “não aceitação” do juiz em não estar na condução da operação na fase de instrução.

TABELA 6 - Análise de enquadramento da notícia “Procuradoria contraria Carlos Alexandre sobre Operação Marquês”, do Jornal de Notícias.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
----------------------------	----------------------	------------	----------------------

Conflito entre declarações do juiz Carlos Alexandre e a Procuradoria Geral da República	Declarações do Juiz Carlos Alexandre / Irregularidade processual e deslegitimação do sorteio que colocou Ivo Rosa como juiz na fase de instrução da Operação Marquês	- Sentido das declarações de Carlos Alexandre é contrariado pela Procuradoria Geral da República	Sem Indicação
---	--	--	---------------

Fonte: Elaborado pelo autor

6.2 Questionários: a variação dos posicionamentos

O questionário foi aplicado ao grupo ao início e ao final do debate, com o intuito de quantificar a variação de posicionamentos após a troca de argumentação e o contato com os conteúdos jornalísticos. O questionário apresenta oito afirmações relacionadas ao contexto do caso de acordo com as notícias analisadas, expressas nos gráficos a seguir, conforme a proposta metodológica. Também foram realizadas perguntas para caracterizar os participantes de acordo com gênero, faixa etária e profissão.

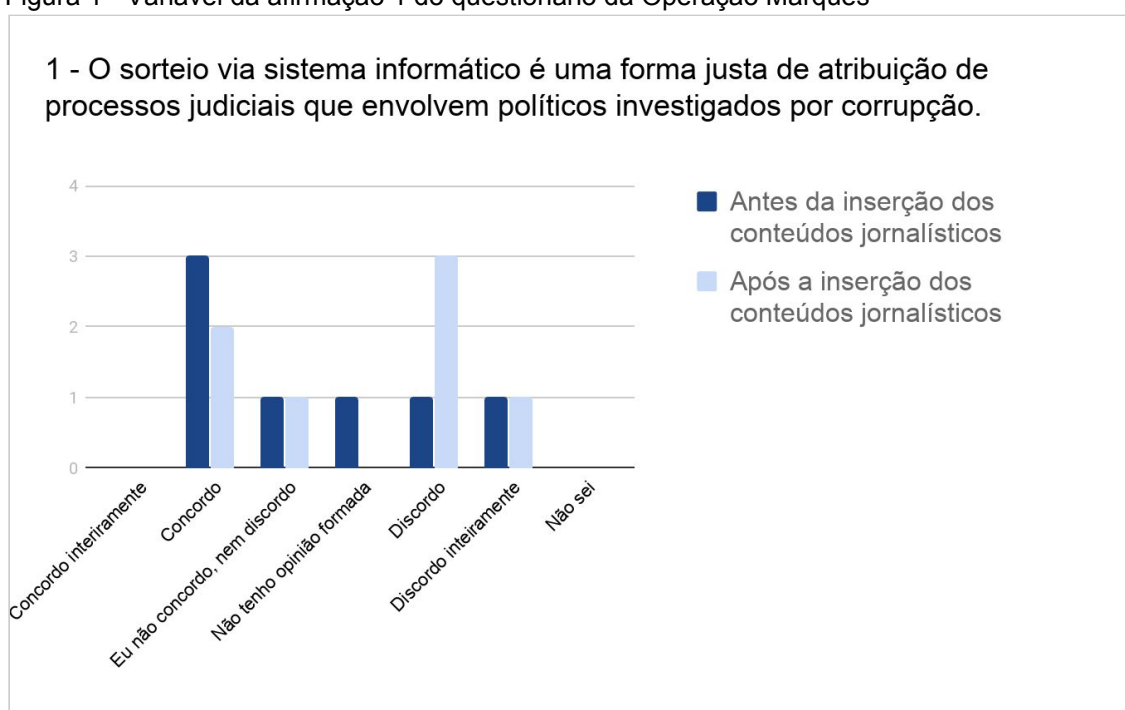
No que diz respeito ao posicionamento dos participantes, os questionários mostram que na maior parte das questões houve heterogeneidade nos posicionamentos e certa variação entre o início e ao final. No entanto, três participantes declararam não mudar de posicionamento em nenhuma das oito questões ao fim do debate. Também foi notório que após a discussão houve uma redução significativa de pessoas que assinalaram as respostas “não concordo, nem discordo”, “não tenho opinião formada” e “não sei”, preferindo se posicionar sobre as afirmações.

Por outro lado, foi notório que, apesar do espaço de fala igualitário, houve momentos de destaque das pessoas com Ensino Superior e pelos homens do grupo, que fizeram falas mais longas, contundentes e argumentativas.

A primeira afirmação, expressa na Figura 1, foi escolhida por ser um dos principais objetos de questionamento da imprensa sobre o caso da seleção do

juiz de instrução da Operação Marquês. Em todas as notícias há referências à confiabilidade do sorteio eletrônico e às implicações para o processo nos âmbitos judicial e político. Essa questão rendeu uma série de argumentos e afirmações durante o debate que foram detalhadas na análise qualitativa. Do início para o final, houve uma ligeira mudança para “discordo”. No entanto, a pergunta é elaborada de forma a aferir o posicionamento dos participantes de forma geral em casos de corrupção.

Figura 1 - Variável da afirmação 1 do questionário da Operação Marquês

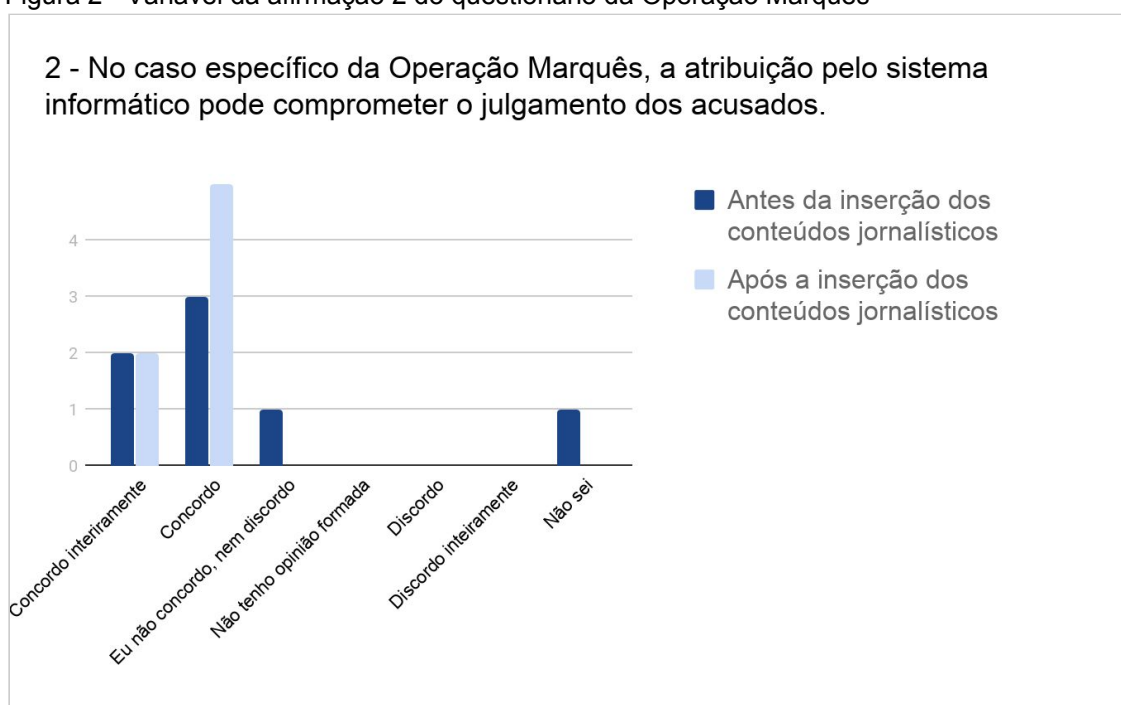


Fonte: elaboração própria

Já a Figura 2 representa uma afirmação específica sobre a Operação Marquês com relação ao efeito do sistema eletrônico de atribuição de processos no caso. Apesar de dois participantes, ao fim do debate, terem considerado o meio eletrônico uma forma justa de atribuir processos judiciais que envolvem políticos investigados por corrupção (Figura 1), todos os participantes concordam que de alguma forma a atribuição eletrônica no caso da Operação Marquês compromete o julgamento dos acusados.

É importante notar que este é um argumento implícito no discurso de algumas notícias analisadas e que também foi tema central do debate, especialmente após a inserção dos conteúdos. As dúvidas produzidas a partir das notícias acerca do sistema bem como as alegações explícitas e implícitas acerca da brecha de manipulação é notada como centro de uma série de argumentos abstratos e teorias por parte dos participantes.

Figura 2 - Variável da afirmação 2 do questionário da Operação Marquês



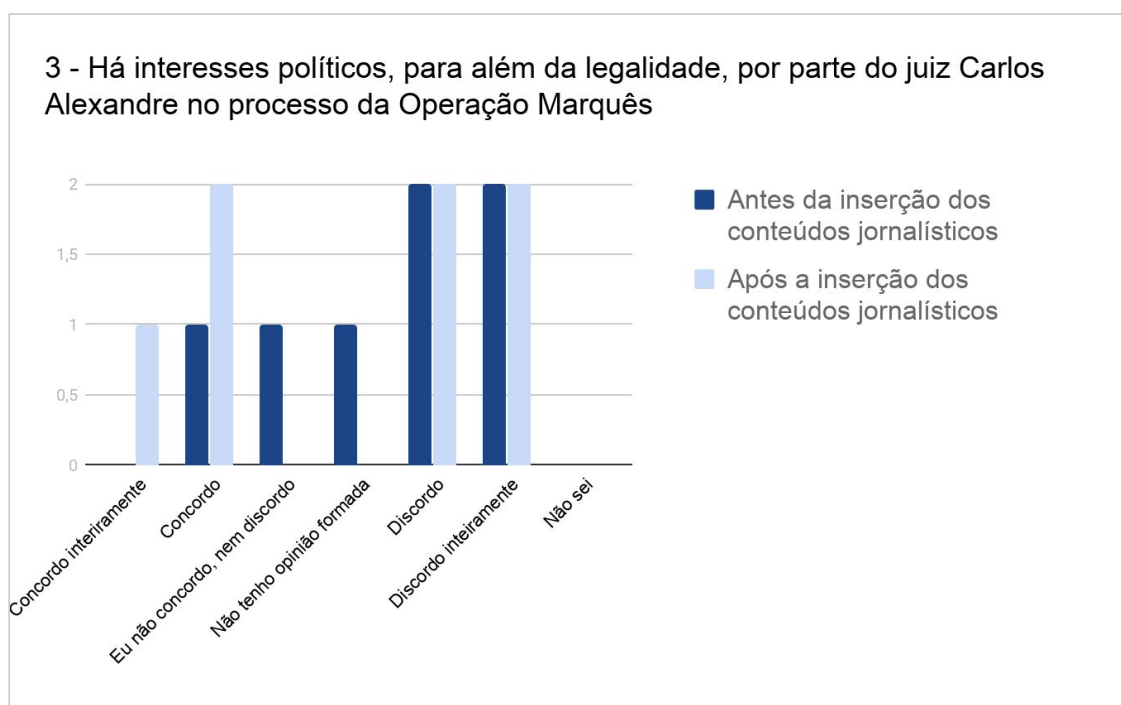
Fonte: elaboração própria

As Figuras 3 e 4 tratam diretamente de afirmações sobre o cunho político da Operação Marquês a nível judiciário. Há uma tentativa de construção de imagem por parte dos dois juízes do Tribunal Central de Instrução Criminal, conforme já citado. Carlos Alexandre, juiz mais antigo e conhecido por outros casos midiáticos de corrupção, é visto como mais alinhado às acusações do ministério público e mais propenso a condenar os arguidos, enquanto a imagem de Ivo Rosa, novo no tribunal, está ligada a contestação das teses e maior propensão à absolvição dos investigados. Dessa forma, julgamos prudente analisar a forma com que os participantes

compreendiam a situação. Durante o debate fica clara a polarização entre Alexandre e Rosa, como se a absolvição e a condenação dependessem diretamente do juiz que daria continuidade ao processo na fase de instrução. Como já dito, este é o pano de fundo que norteia os sentidos que circulam pelo caso no momento da análise.

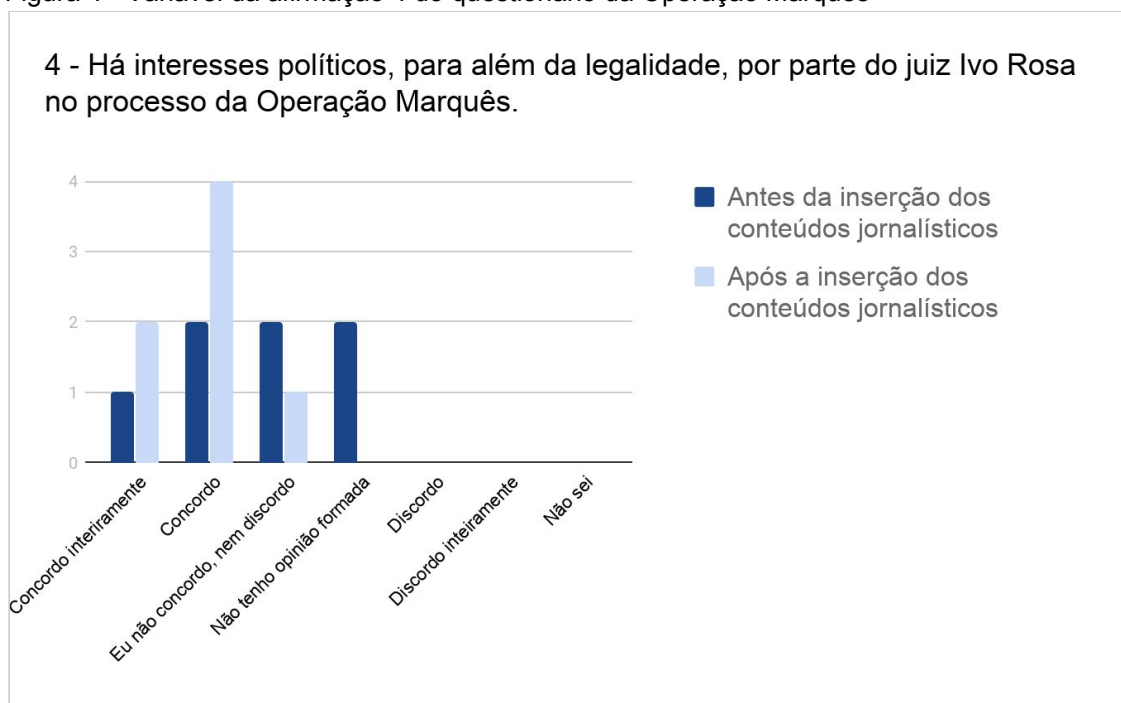
As figuras 3 e 4 mostram que há maior propensão dos participantes em acreditar em interesses políticos de Ivo Rosa do que em Carlos Alexandre. Isso se reflete no fato de que 6 participantes se alinharam a crer que há interesses políticos por parte de Rosa, enquanto no caso de Alexandre as opiniões foram menos consensuais.

Figura 3 - Variável da afirmação 3 do questionário da Operação Marquês



Fonte: elaboração própria

Figura 4 - Variável da afirmação 4 do questionário da Operação Marquês



Fonte: elaboração própria

A Figura 5 é sobre um outro argumento que foi comum entre os conteúdos jornalísticos analisados: a ideia de incapacidade do julgamento do

caso por outro juiz que não Carlos Alexandre, pela impossibilidade da leitura e ciência de todo o processo em tempo hábil. A ideia de que a operação se estende desde 2014, rendendo toneladas de materiais, produz a ideia de que só Carlos Alexandre seria capaz de julgar o processo de forma correta. Também existem discursos, como o da defesa dos arguidos, que defendem que os juízes deveriam ser diferentes para amenizar os possíveis interesses gerados pela fase de instrução.

Figura 5 - Variável da afirmação 5 do questionário da Operação Marquês

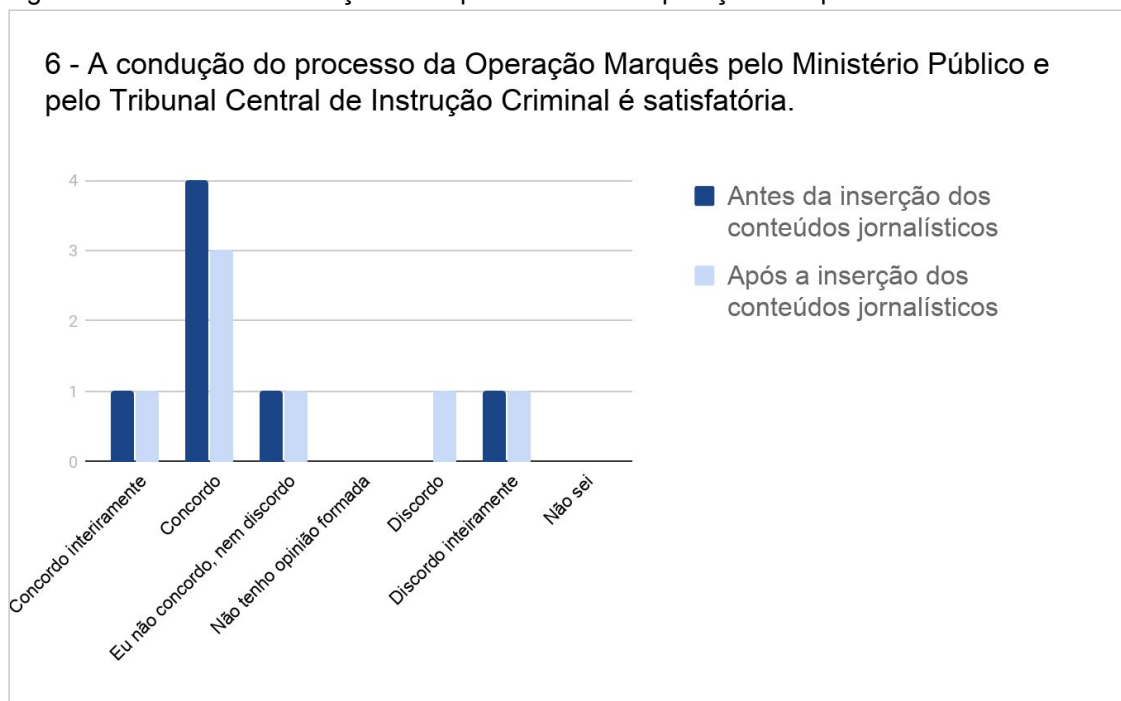


Fonte: elaboração do autor

A afirmação contida na Figura 6 foi pensada de forma a considerar a condução do processo pelo judiciário como um todo, levando em conta todo o processo da Operação Marquês e as instituições judiciais responsáveis. Apesar da hegemonia de crítica dos participantes em relação ao sistema eletrônico e em relação à atribuição da fase de instrução a Ivo Rosa, a maior parte dos participantes acreditam que a condução da operação Marquês está sendo satisfatória pelo poder judiciário.

A maioria que sinaliza positividade em relação ao processo vai ao encontro do que se pode observar na dinâmica do debate e aos argumentos mais utilizados pelos participantes, conforme será retratado a seguir.

Figura 6 - Variável da afirmação 6 do questionário da Operação Marquês

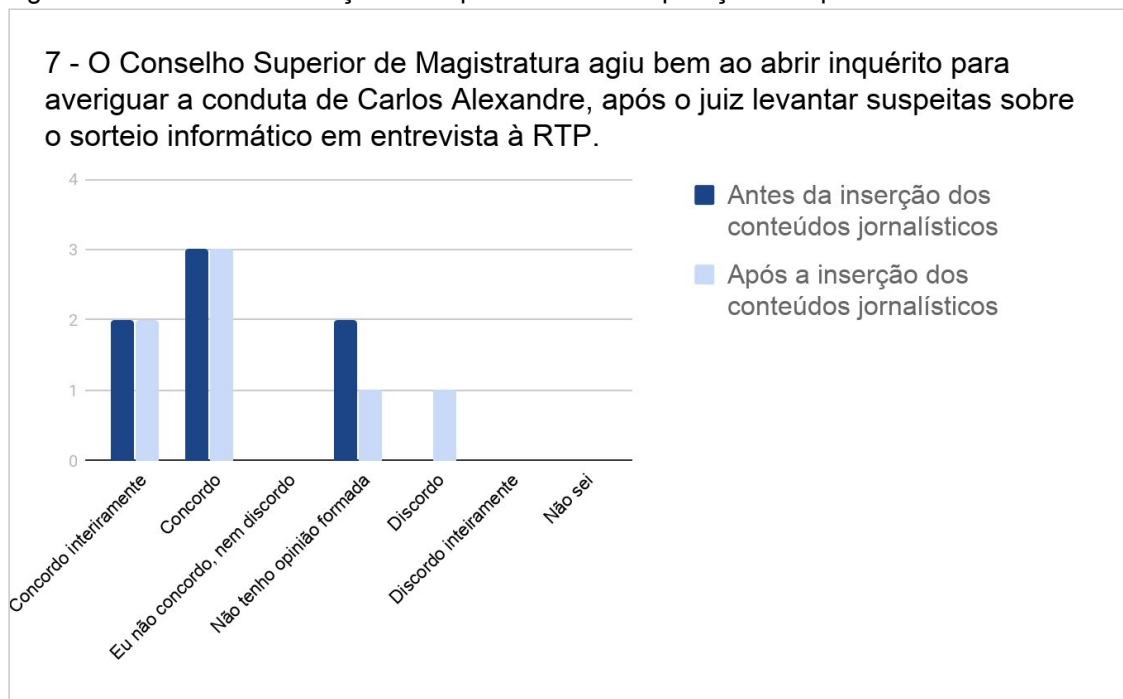


Fonte: elaboração do autor

A polêmica que envolve as declarações de Carlos Alexandre em entrevista à RTP, que renderam a abertura de um inquérito para averiguar a conduta do juiz, também foi pautada pelos principais veículos de comunicação como central no contexto da atribuição do juiz via sistema eletrônico. Dessa forma, consideramos que seria importante averiguar os posicionamentos sobre a abertura do inquérito, levando em conta que há um contexto político para além de um procedimento judicial. A entrevista também torna evidente a midiáticação do processo, já que se tornou comum durante a operação declarações midiáticas por parte do judiciário. É importante notar a forma com que os participantes consideram esse tipo de declaração bem como as consequências.

Os resultados expressos na Figura 7 mostram que as pessoas consideram importantes o inquérito para averiguação da conduta do juiz, mesmo que a maioria também concorde que ele deveria seguir conduzindo a operação.

Figura 7 - Variável da afirmação 7 do questionário da Operação Marquês

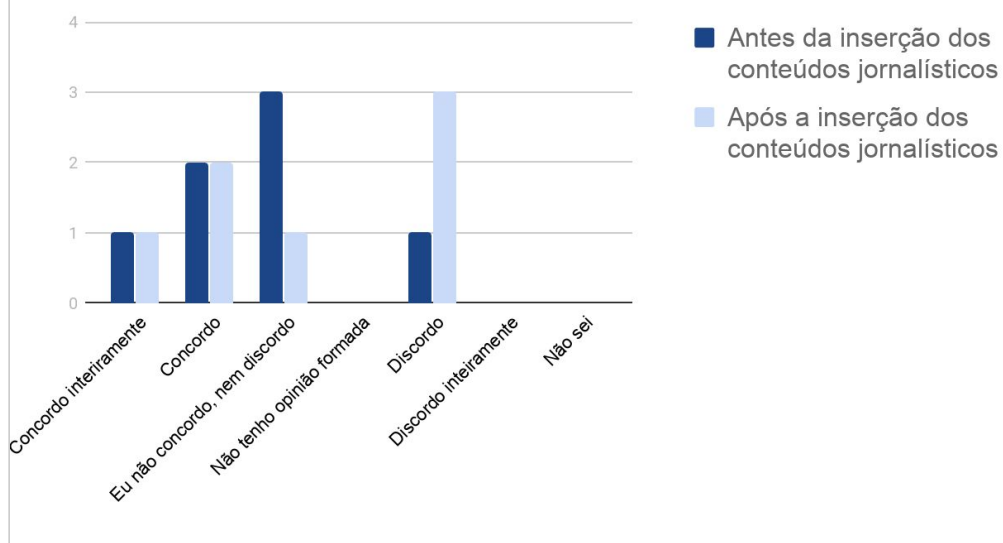


Fonte: elaboração do autor

A afirmação contida no Gráfico 8 tem por objetivo aferir a percepção relativa ao desempenho da mídia na cobertura. Consideramos importante por fornecer um panorama geral da avaliação do trabalho midiático nos casos de corrupção política. Há equilíbrio entre as opiniões e o tema não foi alvo do debate durante a realização do grupo. No entanto, como será desenvolvido a seguir, grande parte da argumentação contida nos grupos é proveniente do que foi produzido midiaticamente sobre o caso.

Figura 8 - Variável da afirmação 8 do questionário da Operação Marquês

8 - De forma geral, a mídia tem feito um bom trabalho na cobertura do processo da Operação Marquês.



Fonte: elaboração do autor

6.2.1 Grupo de discussão: Operação Marquês

A discussão teve cerca de 64 minutos e foi dividida em dois momentos, conforme proposta metodológica: antes e depois da inserção das notícias. A discussão foi relacionada à questão do sorteio do juiz para a fase de instrução da Operação Marquês via sistema eletrônico.

De forma geral, notamos que a conjectura da discussão tem por base uma opinião desfavorável à José Sócrates e apoio à condução da fase de investigação por Carlos Alexandre. É a partir desse pressuposto que se formam os argumentos e razões centrais da discussão. Também foi possível notar a forma diferida e difusa que os discursos midiáticos se manifestam em discussões informais. Todos os participantes declararam que se informam sobre o caso exclusivamente a partir de conteúdos de mídia. Informações e enquadramentos de mídia se misturam com as opiniões e convicções individuais, racionais, emocionais e abstratas, produzindo uma série de novos sentidos.

Nessa fase do debate, a discussão foi centrada na questão da legitimidade do sorteio, conforme mostra a Tabela 7. Os argumentos foram no sentido das brechas de manipulação do sistema eletrônico e também na necessidade de troca de juiz para a fase de instrução. Tais argumentos e razões foram levantados pelos jornais Observador, Expresso, Jornal de Notícias e pela Revista Sábado, conforme apontam as análises realizadas. Mesmo que não haja nenhuma citação direta dos veículos, ficou evidente que grande parte dos argumentos citados foram lançados à esfera pública a partir das notícias e reportagens produzidas pelo caso. Ressaltamos, porém, que o uso das informações e enquadramentos dos veículos durante a discussão foi baixo. Ficou evidente que, ainda que a principal fonte de informações sejam os jornais, os participantes resistiram à ideia de manipulação e preferem confiar em suas próprias versões e opiniões, mesmo que por vezes essas opiniões sejam calcadas em sentidos emocionais e abstratos.

Da mesma forma que parte da imprensa, os sujeitos demonstraram em suas justificativas tons de confiança em Carlos Alexandre e de desconfiança em Ivo Rosa. A tentativa de construção da imagem dos juízes na polarização, absolvição e impunidade (Ivo Rosa) e condenação e justiça (Carlos Alexandre), foi constantemente reproduzida de forma direta e indireta.

Outro fator que notamos foi uma grande descrença com o sistema político e judiciário português. Argumentos e justificativas abstratos e simplificados, como por exemplo “Sócrates está se beneficiando da própria corrupção que instalou quando foi Primeiro Ministro” e “não é do interesse de quem está no poder abrir mão do poder”, sempre com tons conspiratórios, também foram comuns, como se pode notar na Tabela 7.

O debate, como um todo, foi permeado por constantes abstrações e digressões, como é característico dos ambientes informais de conversação. Ao mesmo tempo que grande parte das justificações para os argumentos e

opiniões possuem motivação emocional, mesmo quando há lógica racional por trás da discussão.

Tabela 7 - Sistematização dos argumentos e justificativas do grupo de discussão antes da inserção dos conteúdos jornalísticos

Argumentos	Justificativas	Nível da discussão sobre o argumento	Classificação das justificativas	Jornais que utilizaram argumentos semelhantes
Sistema informático de sorteio eletrônico pode ser manipulado.	- O que é informático pode ser posto em causa. - Se tiver um bom técnico de informática é possível hackear o sistema. - É minha convicção. - As pessoas têm mais capacidades de atribuir do que máquinas. - Sorteio foi parte de um jogo para tirar Carlos Alexandre do processo. - Se Carlos Alexandre é competente para julgar e está sendo trocado, o sorteio foi por manipulação. - Se usaram o sistema eletrônico é porque pode ser corrompido.	Discussão ampla, centro do debate. Argumentos simples e complexos. Todos envolvidos neste tema com alguma contribuição para a discussão.	Racionais, abstratas, emocionais.	SÁBADO OBSERVADOR
Não é de interesse de quem está no poder	- O interesse pessoal é obter mais poder político.	Ideia que tangenciou grande parte do debate e	Abstratas, emocionais.	Nenhum

condenar os arguidos.	- Não é do interesse de quem está no poder abrir mão do poder. - O poder dos políticos é mais poderoso que os poderes das instituições.	norteou muitos argumentos. Quanto dito de forma direta, os argumentos foram simples, com frases curtas e pouca justificativa.		
Sócrates está se beneficiando da própria corrupção que instalou quando foi Primeiro Ministro.	- Por ter sido Primeiro Ministro, fez contatos e ajudou muita gente. - Muitos devem favores a Sócrates. - Tem amigos na área de informática devido ao Plano Tecnológico de Educação, criado em 2007 e que instalou milhares de computadores nas escolas portuguesas.	Discussão isolada ocorrida em determinado momento. A ideia de que os arguidos são culpados norteia a argumentação.	Abstratas, emocionais.	Nenhum
Mesmo que haja interesses políticos por parte de Carlos Alexandre, não há dúvidas sobre sua competência profissional.	- Carlos Alexandre é competente demais, o que fere os interesses dos políticos arguidos. - Todos os juízes possuem suas opiniões políticas, mas se são competentes são imparciais.	Ideia que tangenciou grande parte do debate e norteou muitos argumentos.	Abstratos, emocionais.	Nenhum
O juiz da fase de investigação (Carlos Alexandre) deveria ser mantido na fase de instrução.	- Quantidade de papéis do processo para se colocar a par. Se um juiz já acompanhava, não há necessidade de mudança. - A troca de juiz faz com o que o processo demore pra avançar.	Discussão ampla, centro do debate.	Racionais, abstratas, emocionais.	SÁBADO EXPRESSO

	- Um juiz começa, um juiz acaba. - Carlos Alexandre teve muito tempo para acompanhar e conhecia todo o processo.			
O sistema judicial português é corrompido, pois é formado por pessoas corrompidas.	- O fato do sistema jurídico ser passível de interpretação faz com que haja brechas que criminosos se utilizam para escapar da condenação, pois já sabem onde devem ir para escaparem.	Discussão isolada ocorrida em determinado momento.	Abstratas e emocionais.	NENHUM
As ações do juiz Ivo Rosa favorecem a libertação de arguidos culpados.	- Exemplo do brasileiro que traficou armas e não teve prisão preventiva decretada por Ivo Rosa. Em seguida, fugiu.	Discussão isolada ocorrida em determinado momento. A ideia de absolvição dos arguidos por Ivo Rosa ser o juiz de instrução fica clara.	Abstratas e emocionais.	SÁBADO OBSERVADOR

Fonte: elaboração do autor

Uma consideração importante a ser feita é que, mesmo durante o período destinado à leitura dos conteúdos jornalísticos, a discussão continuou de forma paralela. Nesse momento, mais livre, os comentários tiveram tons humorísticos e de ironia. Também não foram todos os participantes que leram todos os conteúdos oferecidos, mas todos leram ao menos três dos cinco conteúdos.

O primeiro tema de debate após a inserção e leitura das notícias selecionadas foi a própria mídia. O teor do debate foi crítico mas também com reconhecimento da importância do jornalismo para o debate público. A principal crítica foi sobre os jornais se preocuparem mais com audiência por meio de

chamadas bombásticas do que compromisso com a verdade e, por essa razão, acabam por confundir mais o leitor.

Após o tempo de leitura, consideramos baixo o índice de reprodução das informações e enquadramentos jornalísticos. O foco da discussão na mídia durante a segunda parte do debate nos foi surpreendente. Ficou nítido que a discussão contribuiu para a variação de posicionamentos e mudança de opiniões, no entanto, ao que pudemos observar, essa variação se deve mais ao ato deliberativo da discussão informal do que da interferência midiática, que ocupou um papel mais diferido, difuso e indireto.

O ambiente face-a-face e informal, conforme a proposta deste trabalho, se mostra mais útil no sentido de fazer com que as pessoas considerem as opiniões e versões do outro e mais dispostas a considerarem transformar opiniões.

Tabela 8 - Sistematização dos argumentos e justificativas do grupo de discussão após a inserção dos conteúdos jornalísticos

Argumentos	Justificativas	Nível da discussão sobre o argumento	Classificação das justificativas	Jornais que utilizaram argumentos semelhantes
Sistema informático de sorteio eletrônico pode ser manipulado.	- O computador do sorteio eletrônico falhou três vezes antes da seleção, o que indica que algo aconteceu. - Houve manipulação do sorteio, comprovada pela falha do computador. - Defesa de sócrates só apoiou o sorteio por ter calhado a Ivo Rosa.	Discussão ampla, que foi o centro do início do debate.	Racionais, abstratas e emocionais.	SÁBADO OBSERVADOR

	- A mudança de juiz contribui para a adulteração e destruição de provas.			
Jornais podem confundir a população e dificultar a compreensão do fato.	- Cada jornal possui sua própria versão, viés e influência do que aconteceu. - Alguns jornais pertenciam a Sócrates da época do governo. - Comentário sobre o duplo sentido da afirmação de defesa de sócrates no jornal Público: "Finalmente há um juiz legal". - Jornais só querem captar audiência e não servem mais para nada. - Há uma evidência do fato e depois ele é abafado por um novo acontecimento. - Se a intenção não fosse manipular, deveriam ter melhorado a manutenção do sistema para impedir as falhas. - Há cada vez	Discussão ampla. Começou como comentário e logo se tornou o centro por muito tempo.	Racionais, abstratas e emocionais.	Nenhum

	menos jornalismo e cada vez mais “mediatismo” e “populismo”.			
O sorteio eletrônico serviu para mudar o foco das pessoas da questão central da Operação Marquês.	- Mídia contribuiu para criar distração sobre o processo. As falhas no sistema serviram para tirar a atenção da questão central: Carlos Alexandre não deveria ter sido mudado.	Discussão isolada ocorrida em determinado momento.	Abstratas.	Nenhum
Há graves problemas no sistema judiciário português.	- Interesses políticos fazem parte do sistema jurídico, pois quem faz a política e a justiça são humanos. - A presunção de inocência no judiciário português servem apenas para os ricos. - É fato que Sócrates é culpado pelo que fez, porém a ilegalidade dos meios de obtenção de provas protege os arguidos. - As provas contra Sócrates serão anuladas caso o processo saia das mãos de Carlos Alexandre, pois a obtenção será	Discussão ampla, com argumentos complexos que ocupou o meio pro fim do debate.	Racionais, abstratas emocionais.	Nenhum

	considerada ilegal de acordo com a lei portuguesa. - Há muita burocracia que impede o funcionamento da justiça.			
--	--	--	--	--

Fonte: elaboração do autor

6.3 Caso Queiroz: análise de enquadramento dos veículos e do debate

6.3.1 BBC

A reportagem da BBC Brasil, “Caso Queiroz: o que acontece com investigação sobre ex-assessor de Flávio Bolsonaro após decisão do STF”, publicada no dia 01/02/2019 tem como objetivo elucidar os desdobramentos das investigações do Ministério Público do Rio de Janeiro após o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) apontar movimentações financeiras ilícitas entre Flávio Bolsonaro e seu ex-assessor, Fabrício Queiroz. O foco da notícia é a negativa do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, do pedido da defesa de Flávio para que as investigações mudassem da instância da justiça comum para a Suprema Corte, sob alegação de foro privilegiado devido ao empossamento como senador, e a negativa de que as investigações ocorram em segredo de justiça. No momento da elaboração da notícia, Flávio e Queiroz eram investigados em primeira instância pelo Ministério Público do Rio de Janeiro em meio a produção do relatório do Coaf sobre pessoas ligadas à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, fato ocorrido enquanto Flávio ainda era Deputado Estadual.

De forma geral, a matéria da BBC é factual, se atendo a falas e declarações das pessoas e instituições envolvidas no caso, ainda que se possa notar relações e saliências realizadas pelo jornalista. A reportagem se propõe a esclarecer como a investigação está sendo conduzida por procuradores do Ministério Público e juízes, detalhando as instâncias de acusação,

especialmente após a negativa do ministro Marco Aurélio. Antes da decisão, as investigações estavam suspensas devido à decisão do ministro Luiz Fux, vice presidente do STF.

A notícia é construída com base nas declarações do ministro Marco Aurélio, da defesa de Flávio Bolsonaro ao discorrer argumentos e justificativas do pedido do investigado e da negativa do STF, além das declarações do Ministério Público do Rio de Janeiro. A reportagem contrasta as declarações de todos os envolvidos na construção narrativa.

A defesa de Flávio alega que houve quebra ilegal de sigilo bancário, a necessidade de preservação da vida privada do senador, e que ele se tornou alvo de investigadores estaduais, justificando que a mudança de instância de investigação deve ser analisada caso a caso e que o processo deve ocorrer em segredo de justiça. Os argumentos foram rejeitados pelo ministro, que alega que o caso não é de competência da Corte, por se tratar de caso ocorrido enquanto o senador era Deputado da ALERJ, e que a publicidade é a tônica da atividade pública. O Ministério Público do Rio de Janeiro afirma que nenhum parlamentar é considerado investigado na esfera criminal e que ainda não houve requisição de medida judicial nos procedimentos, além de justificar a cautela da investigação com as imagens dos parlamentares envolvidos.

A matéria afirma que “Em meio aos levantamentos do Coaf, foram identificadas movimentações que não tinham relação com o esquema da Lava Jato, mas que indicavam possível prática da “rachadinha” - devolução de salários por parte dos funcionários de gabinetes” (BBC, 2019), ainda que as suspeitas de irregularidade tenham ocorrido como parte de uma das investigações da Operação. Em outro momento, a reportagem afirma que “formalmente, Flávio Bolsonaro não é investigado na operação do Ministério Público do Rio de Janeiro que apura suspeitas de pagamento de propina a deputados em troca de apoio ao governo de Sérgio Cabral no Rio de Janeiro”, para justificar que se trata de um outro tipo de suspeita. Assim, a BBC teve o

cuidado de informar quais são as reais instâncias da investigação e sobre o andamento do processo.

A notícia é baseada nas declarações de Marco Aurélio Mello e da defesa de Flávio Bolsonaro ao discorrer argumentos e justificativas do pedido do investigado e na negativa do ministro do Supremo, além das declarações do Ministério Público do Rio de Janeiro sobre o cuidado com a imagem dos investigados no decorrer das investigações. A reportagem contrasta as declarações de todos os envolvidos. O Ministério Público do Rio de Janeiro afirma que nenhum parlamentar é considerado investigado na esfera criminal e que ainda não houve requisição de medida judicial nos procedimentos. Sobre Flávio, a revista faz a seguinte afirmação: “Mas o primogênito do presidente da República, Jair Bolsonaro, não vê assim. Ele recorreu ao STF sob o argumento de ser o alvo efetivo dos investigadores estaduais, o que feriria sua prerrogativa de foro como senador - cargo para o qual foi diplomado em 18 de dezembro” (BBC, 2019). Em dois trechos, a reportagem relaciona de forma direta o não comparecimento de Flávio e Queiroz aos depoimentos marcados pelo Ministério Público com o pedido de mudança de instância sob a justificativa do foro privilegiado: “Desde que o caso veio à tona, Queiroz e Flávio Bolsonaro faltaram aos depoimentos marcados pelo Ministério Público. O parlamentar afirmava que buscava ter acesso aos autos antes de depor, mas em seguida ele pediu suspensão das investigações ao STF” (BBC, 2019); “Agora, Flávio deve ser novamente convidado a depor no Ministério Público - ele faltou no dia 10/1 sob alegação de não ter tido acesso à íntegra dos autos. Dias depois, entrou com a reclamação no Supremo” (BBC, 2019).

Por fim, a BCC se dedica em retomar o caso e elucidar os passos da investigação desde o princípio, ressaltando os valores “atípicos” das movimentações financeiras entre Flávio e Queiroz em contraste com os salários. A reportagem cita também um cheque de R\$ 24 mil que foi destinado a Michelle Bolsonaro, justificado pelo presidente como pagamento de

empréstimo. Um tweet de Flávio Bolsonaro, reforçando sua confiança em Queiroz, ilustra essa parte da matéria.

TABELA 9 - Análise de Enquadramento da notícia “Caso Queiroz: o que acontece com investigação sobre ex-assessor de Flávio Bolsonaro após decisão do STF”, do Jornal BBC

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Pedido da defesa de Flávio Bolsonaro para que as investigações que envolvem o ex-assessor Fabrício Queiroz saísse da primeira instância e fossem julgadas pela Suprema Corte foi negado pelo ministro do STF Marco Aurélio Mello. Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) produziu relatório de inteligência financeira sobre pessoas ligadas à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, entre elas, Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro. Queiroz é amigo da família Bolsonaro, além de ser motorista e segurança de Flávio. A investigação ocorre sobre movimentações financeiras consideradas atípicas pelo valor incompatível com os salários dos envolvidos.	Negativa do pedido da defesa do senador Flávio Bolsonaro para a mudança de instância de investigação referente a movimentações bancárias atípicas realizadas pelo ex-assessor Fabrício Queiroz, sob pretexto do Foro privilegiado Parlamentar. / Reversão da suspensão das investigações do caso determinada pelo ministro Luiz Fux. Rejeição, por parte do STF, do pedido de mudança de instância e sigilo do processo feito pelo senador. A defesa de Flávio Bolsonaro alega que a quebra do sigilo bancário foi realizada após a eleição como senador, o que seria prática ilegal. / Marco Aurélio Mello argumenta que o princípio da administração pública é a publicidade e que não há razão para sigilo. A defesa de Flávio Bolsonaro sugere que a aplicação do foro privilegiado deve ser analisada caso a caso e não apenas nos casos em que a acusação ocorre durante o	Ainda que Flávio Bolsonaro não seja formalmente investigado na esfera criminal pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, o senador recorreu ao STF por se considerar “alvo efetivo dos investigadores estaduais”, motivo pelo qual recorreu ao foro privilegiado devido ao cargo como senador. Flávio Bolsonaro não compareceu ao depoimento que foi convidado a prestar no Ministério Público, logo depois entrou com o pedido ao STF. Mesmo com o argumento da importância da “Publicidade” de Marco Aurélio Mello, a apuração do caso conduzida pelo Ministério Público ocorre em segredo de justiça. A prática levanta a suspeita de “rachadinha”, ou seja, devolução de parte dos salários pelos funcionários dos gabinetes.	Não há indicação.

	mandato parlamentar atual. Movimentação financeira de R\$ 7 milhões entre Queiroz e Flávio Bolsonaro, no período de 2014 a 2017, foi considerada pelo Coaf como incompatível com o salário do motorista e ex-assessor.	O parlamentar afirmava que buscava ter acesso aos autos antes de depor, mas em seguida ele pediu suspensão das investigações ao STF. As faltas de Flávio e Queiroz aos depoimentos ao Ministério Público têm relação com os pedidos ao STF de mudança de instância das investigações.	
--	--	---	--

6.3.2 O Globo

Apesar do título “Mesmo desgastado com caso Queiroz, Flávio Bolsonaro terá cargo de direção no Senado”, a reportagem de O Globo tem por foco as eleições de cargos em secretarias e comissões do Senado, as disputas internas entre partidos aliados e opositores, a derrota do MDB na disputa pela presidência e a redução do número de cargos obtidos pelos partidos na Casa.

A reportagem começa com o destaque de Flávio Bolsonaro, contrapondo a indicação para o cargo de terceiro secretário com as investigações sobre as movimentações “atípicas” de valores entre o Senador e seu ex-assessor e motorista, Fabrício Queiroz. A indicação foi feita pelo líder do PSL no Senado, senador Major Olímpio, que afirma ao jornal não ver problemas na indicação. A posição é semelhante à do presidente do senado, Davi Alcolumbre (DEM). Logo no início ressalta que “o posto também garante status e cargos comissionados” (O Globo, 2019), colocando “status” e “cargos comissionados” no mesmo patamar que a atribuição regimental da secretaria.

O jornal ressalta aspectos que podem ser considerados favoráveis e contrários ao senador Flávio Bolsonaro. A própria chamada infere que a problemática da indicação seria o desgaste político do senador após as

investigações. Já no segundo parágrafo, relembra da decisão do ministro Marco Aurélio Mello em negar a solicitação da defesa de Flávio para que o processo passasse a ser julgado pelo STF. O Globo coloca a questão da seguinte forma: “O ministro Marco Aurélio, do STF, arquivou sem ao menos julgar o pedido de Flávio para que fosse transferida para a Corte a investigação sobre movimentações bancárias” (O Globo, 2019). Em seguida, continua: “Marco Aurélio sequer analisou esse trecho antes de arquivar” (O Globo, 2019). No caso, os termos “sem ao menos” e “sequer” indicam juízo de valor e marcas de opinião do veículo. “Sem ao menos” infere julgamento de como algo deveria ser feito, o que pode ser lido como uma crítica ao ministro. “Sequer é advérbio” o que também qualifica ações e em muitos casos é não é indicado pelos manuais de jornalismo e redação.

O jornal ressalta que Major Olímpio não sabe as atribuições do cargo pelo qual Flávio está sendo indicado e em seguida explica as atribuições do regimento da Casa. Na sequência a matéria foca nas disputas dos partidos pelas atribuições dos cargos, em especial na derrota política do MDB, que perdeu cadeiras em relação à legislatura anterior. As cadeiras atribuídas a cada partido são antecipadas pelo jornal, que passa então a explorar o descontentamento dos senadores do MDB. Sobre isso, o jornal faz determinadas afirmações sem atribuir às fontes: “O maior foco de disputa é a Comissão de Constituição e Justiça”; “Alcolumbre deu preferência aos seus aliados, também com bancadas grandes: o PSDB e o PSD. Os dois partidos ficaram com os cargos pretendidos pelo MDB: a vice-presidência e a primeira secretaria, respectivamente” (O Globo, 2019).

TABELA 10 - Análise de enquadramento da notícia “Mesmo desgastado com caso Queiroz, Flávio Bolsonaro terá cargo de direção no Senado”, do jornal O Globo.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Flávio Bolsonaro é escolhido para cargo	O senador Flávio Bolsonaro foi indicado	O posto garante status e cargos	Indicação de Flávio Bolsonaro

da terceira secretaria da direção do Senado, ainda que esteja sendo investigado por movimentações bancárias atípicas pelo Ministério público. Atribuição dos cargos de mesas e secretarias do Senado desagradou o MDB.	pelo líder do PSL no senado, Major Olímpio, para ocupar o cargo de terceiro secretário. Olímpio não vê problema na indicação, pois Flávio é “um senador pleno, no exercício do mandato”. O presidente do senado, Davi Alcolumbre afirmou que não se opõe a indicação e defendeu que a indicação deve ser feita pelo partido. MDB pediu, em reunião no Senado, o respeito à proporcionalidade na atribuição dos cargos, o que foi recusado pelo presidente do Senado. Davi Alcolumbre deu preferência aos aliados na atribuição, como o PSDB e o PSD. Conflito pela Comissão de Constituição e justiça, que foi atribuída ao PSDB: o partido aceita ceder ao MDB, em gesto de conciliação, desde que possam escolher a senadora Simone Tabet (MDB). A ideia, segundo o MDB, vai contra a liberdade de o partido decidir internamente a atribuição do nome para a comissão.	comissionados. Flávio foi o senador mais votado na última eleição, mas com as acusações do caso Queiroz teve sua imagem desgastada. O ministro Marco Aurélio Mello “arquivou, sem ao menos julgar, o pedido de Flávio para que o caso fosse julgado na Corte”. Por isso as investigações continuam sob comando do Ministério Público do Rio de Janeiro. Flávio pediu a anulação das provas obtidas pelos investigadores. Marco Aurélio “sequer analisou esse trecho antes de arquivar”. Major Olímpio não soube responder quais seriam as atribuições da terceira Secretaria. MDB reconhece a derrota nas atribuições devido à “circunstância política”.	ocorre em meio a desgaste de imagem devido ao caso Queiroz. Cargo da comissão de Constituição e Justiça foi cedido pelo PSDB ao MDB, desde que a Senadora escolhida para ocupar o cargo seja Simone Tabet.
--	---	--	--

6.3.3 Estadão

A reportagem do Estadão é uma síntese dos casos judiciais envolvendo Flávio Bolsonaro. Publicada em 22/02/2019, a reportagem “Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da justiça; veja os casos”, assinala que o senador é suspeito de evolução patrimonial irregular e irregularidades financeiras com os servidores da Alerj, enquanto era deputado estadual (Caso Queiroz).

A matéria tem por objetivo detalhar as investigações e instâncias de acusação e elucidar o andamento dos processos. O gancho da reportagem é sobre a negativa da Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, em conceder foro privilegiado às investigações.

O primeiro caso retomado pelo jornal é a suspeita de evolução patrimonial irregular. O Estadão aponta que as suspeitas começaram a partir de denúncia em maio de 2018 de um advogado contra o parlamentar, que anexou reportagens que mostravam indícios de transações imobiliárias com valores exorbitantes, de forma rápida e lucrativa. O processo corre no Ministério Público Federal.

A seguir o jornal aponta suspeita de crime eleitoral ao declarar imóveis comprados por meio de negociações rápidas e com valor abaixo do real. No inquérito, segundo o jornal, consta, além do aumento patrimonial, suspeita de lavagem de dinheiro. A investigação ocorre na Procuradoria Regional do Rio de Janeiro.

A terceira suspeita apontada, diz respeito ao Caso Queiroz, apurado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro. O jornal lembra que o caso é investigado pela Operação Lava Jato no estado e que o Coaf constatou movimentações financeiras atípicas realizadas por funcionários da Alerj. O jornal aponta que além dos valores dos depósitos de Queiroz serem incompatíveis com o salário do motorista e assessor, ele recebeu repasses de oito funcionários do gabinete de Flávio. O jornal aponta que as investigações

correm em segredo de justiça, por isso não é possível saber o atual estado delas.

De forma geral, a reportagem do Estadão busca manter certo padrão de neutralidade jornalística. Não há uso de adjetivos ou a inferência de juízos de valor sobre as acusações contra Flávio Bolsonaro. A seleção da foto, no entanto, mostra o filho do presidente em entrevista, com as mãos à cabeça e com aparência de preocupação. O Jornal atribui todas as afirmações a fontes, geralmente dados públicos sobre o processo e onde tramitam. Além disso, é nítido o cuidado com os termos que foram utilizados. Por se tratar de investigações, o jornal apela para uso de termos como “possível”, “supostamente”, “teriam”.

Por outro lado, a reportagem se restringe a uma esfera factual da questão, deixando de usar outras fontes e recursos como entrevistas com os suspeitos. Com exceção do Caso Queiroz, em que o jornal cita os valores das suspeitas, as investigações são resumidas em poucas linhas e de maneira vaga, sem referência de valores ou explicando o caso em si. Não se sabe quais imóveis e negociações são fruto de investigação nem com quem a aquisição foi realizada.

TABELA 11 - Análise de enquadramento da notícia “Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da justiça; veja os casos, do jornal Estadão”.

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da justiça.	Flávio Bolsonaro é suspeito de evolução patrimonial irregular através da compra e venda de imóveis. A Procuradora Geral da República, Raquel Dodge, definiu que as investigações no âmbito criminal devem ocorrer sem o direito do Foro Privilegiado.	Não há indicação de argumentos.	Sem indicação.

	Suspeita de aumento patrimonial exponencial e de negociações relâmpago extremamente lucrativas. / Investigação no Ministério Público Federal. Investigação por aumento patrimonial e declarações de imóveis com valores abaixo do real. Possível lavagem de dinheiro. / Investigação na Procuradoria Regional do Rio de Janeiro. Movimentações financeiras por parte dos funcionários da Alerj. Suspeita de devolução de parte dos salários de assessores por intermédio de Fabrício Queiroz (Caso Queiroz). / Investigação Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.		
--	--	--	--

6.3.4 El País

A reportagem do El País é a mais reflexiva e argumentativa de todas as analisadas. A notícia não é apenas sobre o Caso Queiroz, apesar de este ter destaque, mas sim sobre os casos de corrupção que envolvem os primeiros meses do governo e os conflitos internos do PSL. O título “Crise de candidatos laranja se agrava, fecha cerco a PSL e complica Bolsonaro”, publicado em

24/02/2019, trata de uma reportagem densa sobre o que o veículo chama de crise.

O jornal defende que há uma crise no governo gerada pelas denúncias de aliados do presidente, e somadas aos desdobramentos do Caso Queiroz, de que o PSL teria usado recursos públicos para candidatos de fachada durante as eleições de 2018. No momento da reportagem, um assessor de Flávio acabava de admitir em depoimento que devolvia dois terços do salário na conta do assessor Fabrício Queiroz. Na mesma semana, foram divulgadas mensagens do Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, cobrando devolução de verba do fundo partidário de uma candidata à deputada pelo PSL. A ex-candidata em questão, Cleuzenir Barbosa, admitiu em depoimento a devolução de 60 mil reais para o irmão de um assessor do ministro.

Na avaliação do El País, os casos “fecha[m] o cerco do PSL” no que o jornal chama de “crise das candidaturas laranjas” (EL PAÍS, 2019). A primeira parte da reportagem é dedicada à analisar questão do PSL. O jornal se baseia em dados, depoimentos e falas do próprio Ministro do Turismo na defesa de sua tese. O jornal também cita a demissão do ministro Gustavo Bebianno, que à época foi presidente do PSL, após discussão pública com Carlos Bolsonaro. O jornal classifica o ex-ministro como “peça fundamental para a eleição do presidente” (EL PAÍS, 2019).

Na sequência, o jornal destaca o gasto de 268 mil reais de duas candidatas do PSL entre os dias 5 e 6 de outubro para a confecção de mais de 10 milhões de panfletos eleitorais. Uma das candidatas, Gislani Maia, foi a única a receber verba do partido pelo Ceará tendo gasto todo o valor em duas gráficas privadas.

Por fim, o jornal se dedica à questão de Flávio Bolsonaro. O jornal cita reportagem da revista *Crusoé*, que afirma que uma funcionária da campanha do então candidato recebeu verbas da Alerj durante o período eleitoral. Valdenice Meliga estaria de fora do contrato de funcionários de campanha

apresentado à justiça eleitoral por Flávio. Ela trabalharia de graça e acumularia o cargo na Alerj. O jornal afirma que “o valor do salário dela na Casa, porém, coincide com os cerca de 5.000 reais que a própria funcionária teria estimado para os serviços prestados à campanha de Flávio”. O jornal também pontua que outro assessor, Agostinho Moraes da Silva, admitiu que depositava mensalmente cerca de dois terços do salário que recebia na Casa na conta de Queiroz. Alegou, no entanto, que os depósitos correspondiam a um investimento na compra e venda de veículos exercida pelo motorista. O jornal contesta a versão de Silva e afirma que ele “não apresentou documentos que comprovassem suas declarações e nem explicou por que Queiroz lhe devolvia o dinheiro em espécie e não por transferência bancária, por exemplo” (EL PAÍS, 2019). O jornal faz uma breve retomada do caso, da entrevista de Queiroz ao SBT e dos desdobramentos desde a investigação.

Tabela 12 - Análise de enquadramento da notícia “Crise de candidatos laranja se agrava, fecha cerco a PSL e complica Bolsonaro”, do El País

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Denúncias envolvendo correligionários de Bolsonaro, membros do PSL e seu filho, senador Flávio Bolsonaro, complicam o governo.	Denúncias envolvendo suspeitas de crime eleitoral e desvio de dinheiro do fundo partidário por parte de candidatos do PSL e agravamento do caso envolvendo Flávio Bolsonaro trazem desgastes e complicações para o governo. / Crise das candidaturas laranja Suspeitas de desvio de recursos públicos via fundo partidário envolvendo candidatos, Ministro do Turismo e presidente do PSL. Jair Bolsonaro não fez comentários públicos sobre as questões, mas demitiu o ministro	Casos geram “crise dos candidatos laranja” que atinge diretamente o presidente Jair Bolsonaro. Verbas desviadas teriam ido parar na conta de empresas ligadas aos assessores do Ministro do Turismo, Marcelo Ávaro.	Sem indicação.

	Gustavo Bebianno, presidente do PSL à época das eleições. Suspeita de funcionária de campanha de Flávio paga com dinheiro da Alerj se soma às atuais denúncias do Caso Queiroz.		
--	---	--	--

6.3.5 Folha de S. Paulo

A matéria publicada pela Folha de S. Paulo no dia 22/02/2019, intitulada “Ex-assessor de Flávio afirma que investimento de Queiroz rendia até 18% ao mês”, aborda o depoimento prestado por Agostinho Moraes da Silva, ex-assessor de Flávio Bolsonaro durante o mandato como deputado estadual na Alerj. Segundo a reportagem, Agostinho teria afirmado a investigadores do Grupo de Atribuição Originária Criminal (Graocrim) que depositava dinheiro na conta de Fabrício Queiroz devido a investimentos realizados pelo ex-motorista que rendiam até 18% ao mês. A versão vai ao encontro da defesa do senador, uma vez que o próprio Queiroz afirmou em entrevista ao SBT que realizava negócios com compra e venda de veículos.

O jornal levanta que, mesmo com o testemunho, ainda existem questões a serem esclarecidas pela defesa dos acusados. O depoente afirmou que Flávio não sabia das negociações realizadas com Queiroz por se tratarem de transações paralelas. No entanto, a reportagem levanta questões: “a versão, contudo, não explica as transações feitas em dinheiro em espécie”; “mas levantou suspeitas sobre os negócios do investigado”; “Agostinho disse, porém, que não declarou o rendimento com os investimentos de Queiroz em seu imposto de renda”.

A Folha faz questionamentos críticos com a versão apresentada pela testemunha, comparando com outras situações e informações existentes sobre

o caso. O jornal expõe alguns dados, como o salário de Agostinho na Alerj e na Polícia Militar, para apresentar contrastes e levantar clima de suspeita. Também lembra que não é apenas o valor das transações que chama atenção, mas também a forma com que eram feitas, já que eram entregues em espécie e em datas próximas ao pagamento dos funcionários da Alerj. Ao todo, é investigado cerca de 1,2 milhões de reais em transações consideradas atípicas.

No geral, é possível notar ponderação por parte da reportagem, ainda que seja claramente desfavorável a Flávio e que dúvidas sobre o depoimento e as informações públicas disponíveis sejam lançadas pelo jornal.

TABELA 13 - Análise de enquadramento da notícia “Ex-assessor de Flávio afirma que investimento de Queiroz rendia até 18% ao mês”, da Folha de S. Paulo

Definição do Acontecimento	Causas/consequências	Argumentos	Problemas e soluções
Agostinho Moraes da Silva, ex-assessor de Flávio Bolsonaro, confirma em depoimento que transferência para Queiroz se tratava de investimentos.	Agostinho corroborou em depoimento a versão de Flávio e Queiroz no depoimento. / Contribui para estratégia da defesa. Faltam informações mais precisas no depoimento. Há fatos não explicados. / Pode reforçar suspeitas. Valor que Agostinho declarou de lucros com investimentos em negócios com Queiroz é de 18%, o que é considerado alto. Depoente afirmou que prática não era obrigatória e que não acredita que Flávio soubesse da prática.	A prática conhecida por “rachadinha” é comum nos gabinetes e vários servidores estão sendo investigados, porém somente Agostinho resolveu falar.	Sem indicação.

--	--	--	--

6.4 Questionários: a variação dos posicionamentos

Com o objetivo de manter a maior similaridade possível com todos os procedimentos realizados em Portugal, um questionário com oito questões foi elaborado sobre o escândalo de corrupção que ficou conhecido como Caso Queiroz, ainda em fase de investigação. As afirmações foram construídas com base no contexto do caso e relacionadas aos conteúdos jornalísticos analisados, como se pode observar nos gráficos abaixo, conforme proposta metodológica.

Apesar de os questionários mostrarem certa heterogeneidade e variação dos posicionamentos, três participantes declararam não mudar de opinião em nenhuma das oito questões ao final do debate. Assim como em Portugal, houve uma redução significativa de pessoas que assinalaram as respostas “não concordo, nem discordo”, “não tenho opinião formada” e “não sei”, preferindo se posicionar sobre as afirmações.

Notou-se também que, apesar do espaço de fala igualitário, duas mulheres do grupo não se manifestaram nenhuma vez. Não foi observado predominância de falas por escolaridade, já que os menos escolarizados participaram do debate de forma argumentativa e contundente. O mesmo ocorreu de acordo com a faixa etária, que pareceu não ser fator determinante para o espaço e o tempo dos discursos.

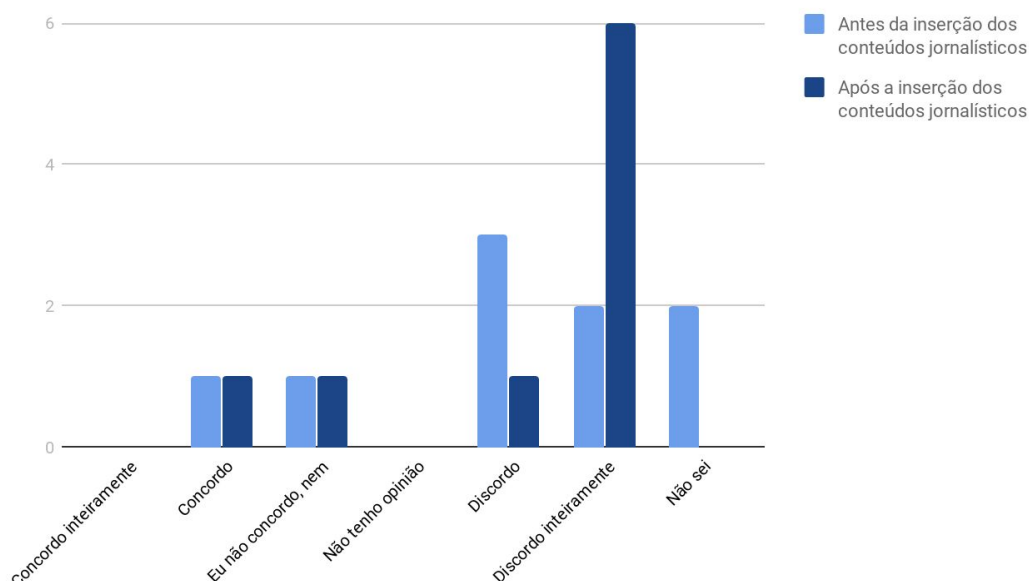
A primeira afirmação, expressa na Figura 9, foi escolhida para uso no questionário devido à relevância da consideração e por ter sido alegação da defesa dos investigados, o que a tornou, portanto, objeto de considerações por parte da imprensa. É um debate do campo jurídico e político frequentemente abordado nos casos de corrupção e que interfere na investigação.

Pensamos nessa questão como forma de provocação para a discussão, já que é uma questão bem ampla e que envolve diversas considerações. Se por um lado o sigilo bancário é um direito Constitucional, por outro, no caso em questão, é uma das únicas formas de se provar se as acusações têm ou não fundamento.

O gráfico ilustra uma mudança significativa de posicionamento entre os participantes. Após a discussão, um total de quatro pessoas passaram a discordar inteiramente da afirmação, demonstrando grande variação de opinião. A discussão sobre a questão ocorreu no sentido de que “ninguém deve estar acima lei” e de que, se há suspeitas de corrupção e de crime, supõe-se que, por serem figuras públicas e estarem a serviço do Estado, não “devem ter o que temer”. Ainda sobre a questão, um argumento recorrente foi o uso de comparações com a situação individual dos participantes, no sentido de que os “cidadãos comuns” devem prestar contas frequentemente, além de pagar impostos e declarar bens e salários.

FIGURA 9 - Variável da afirmação 1 do questionário do Caso Queiroz

1 - Os meios de obtenção das provas contra Flávio Bolsonaro e o ex-assessor Fabrício Queiroz foram ilegais, pois viola o direito ao sigilo bancário dos investigados.



Fonte: elaboração própria

A segunda afirmação, conforme a Figura 10, é uma indagação a respeito do pedido da defesa de Flávio Bolsonaro de foro privilegiado para investigação e julgamento do STF, ainda que as acusações sejam da época de sua atuação como deputado estadual pelo Rio de Janeiro e não de seu cargo atual como senador.

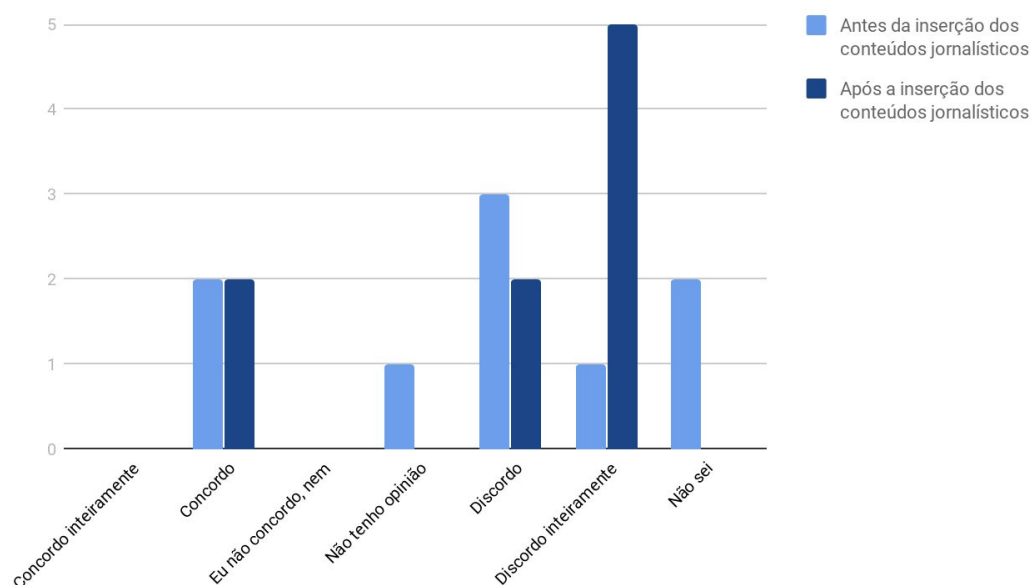
O pedido foi negado pelo ministro Marco Aurélio Mello, que manteve as investigações em primeira instância. Consideramos pertinente a afirmação por se tratar de uma estratégia que, no entendimento da defesa de Flávio Bolsonaro, parece ser uma forma de julgamento mais justo.

Durante as discussões, o foro privilegiado em si foi criticado pela maior parte dos participantes, que defenderam que é um mecanismo que não deve existir no sistema judiciário. A argumentação durante o debate ocorreu no sentido de que todos os políticos devem ser julgados em primeira instância, sem direito ao privilégio. A avaliação do grupo seguiu a linha de que o

julgamento pelo STF é uma forma de impunidade para políticos corruptos. Ao final do debate, oito participantes discordaram do pedido da defesa de Flávio e apenas um considerou que seria importante garantir o direito ao parlamentar.

FIGURA 10 - Variável da afirmação 2 do questionário do Caso Queiroz

2 - Investigações sobre corrupção que acontecem antes do mandato parlamentar devem ser conduzidas pelo STF devido ao direito ao foro privilegiado.



Fonte: elaboração própria

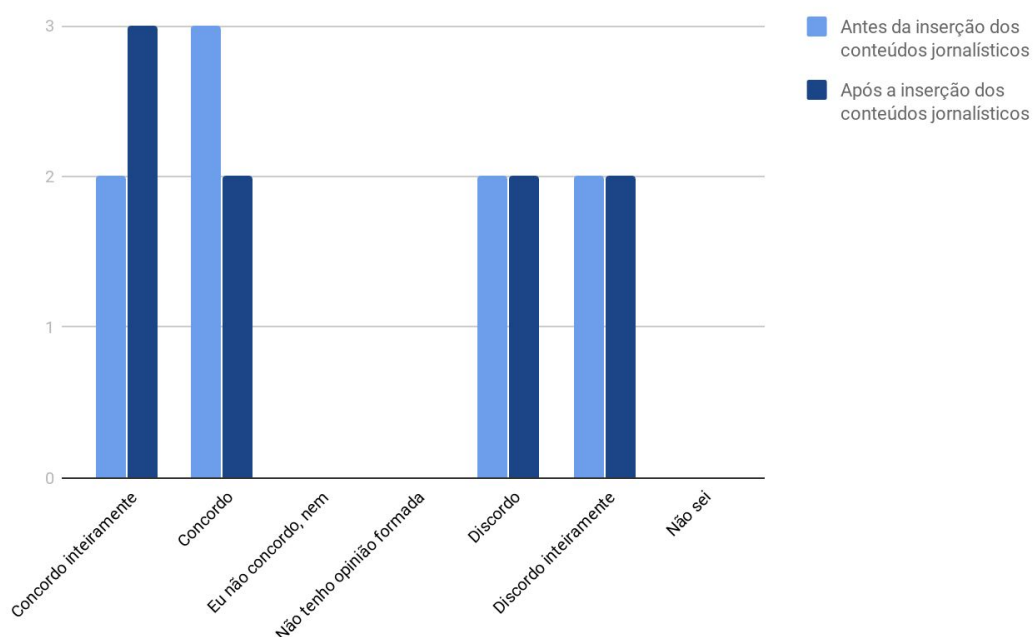
A Figura 11 representa a ideia de segredo de justiça e foi incluída para que os participantes pudessem debater a questão da validade do procedimento jurídico e os casos em que seria necessário. Essa afirmação foi a que gerou maior divisão entre os participantes e a que menos produziu mudança de posicionamento. Ao final do debate, quatro concordaram e cinco discordaram.

A argumentação dos que se posicionaram de forma favorável foi no sentido de que alguns julgamentos são políticos e a exposição midiática poderia interferir no andamento das investigações e na opinião pública. Já para os contrários à afirmação, investigações em segredo de justiça poderiam produzir ainda mais corrupção por parte do sistema judiciário por não haver

acompanhamento e pressão popular sobre os casos. Além disso, para eles, o sistema judiciário deve ser sempre transparente, especialmente em casos de corrupção política.

FIGURA 11 - Variável da afirmação 3 do questionário do Caso Queiroz

3 - Há casos em que investigações sobre corrupção devem ser conduzidas sob segredo de justiça.

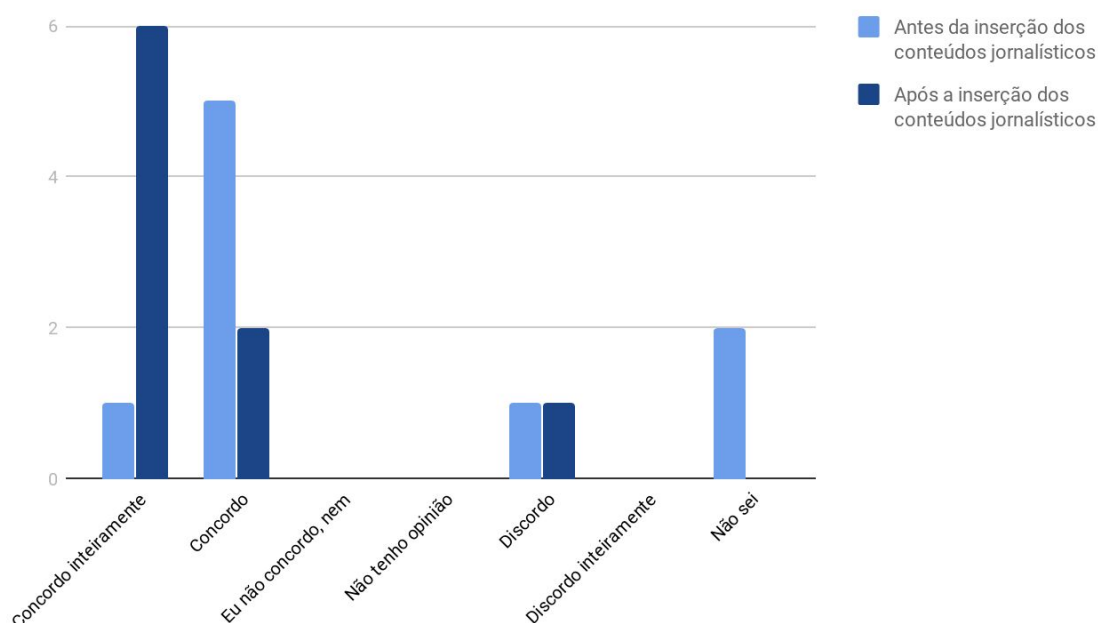


Fonte: elaboração própria

A Figura 12 diz respeito à afirmação direta sobre a ação do ministro Marco Aurélio Mello de negar o pedido de foro privilegiado a Flávio Bolsonaro. A proposta da afirmação foi de fazer comparação com a afirmação expressa na Figura 10 e notar se, de alguma forma, haveria tratamento diferente por parte dos participantes quando a questão é especificada, o que não aconteceu. A Figura 12 mostra que eles foram coerentes ao tratar as questões da mesma forma.

FIGURA 12 - Variável da afirmação 4 do questionário do Caso Queiroz

4 - O ministro do STF, Marco Aurélio Mello, agiu bem em não conceder direito ao foro privilegiado a Flávio Bolsonaro sobre as investigações do caso Queiroz.



Fonte: elaboração própria

A relação entre o Caso Queiroz e a imagem do governo de Jair Bolsonaro é explorada na afirmação expressa na Figura 13. A ideia foi produzir debate sobre a relação entre as investigações do filho do presidente e a imagem do governo. Essa questão foi extensamente abordada pelos conteúdos analisados e oferecidos aos participantes.

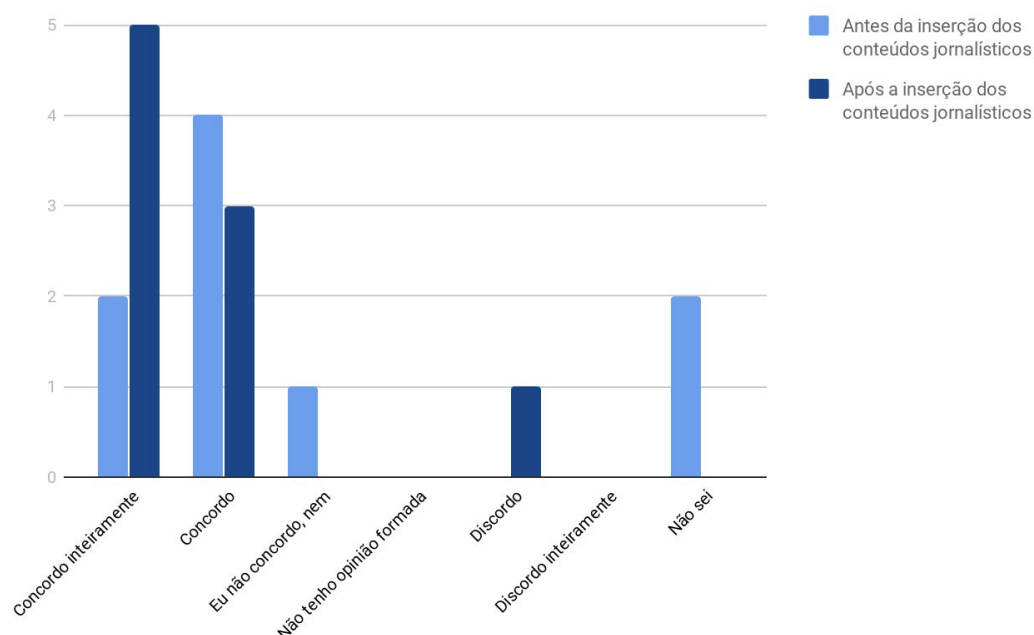
Apesar de, no primeiro momento, parecer uma questão óbvia, é possível notar que a discussão contribuiu para o aumento da convicção dos participantes sobre a questão. Ainda que o gráfico revele que a maioria

concorda com a afirmação, argumentos contrários puderam ser observados no momento do debate.

Para alguns, o escândalo político que envolve Flávio também é apropriado por parte dos veículos de comunicação para produzir desgastes no governo. Apesar de alguns concordarem que o caso prejudica a imagem do presidente, outros também defenderam que o caso foi criado desde o início com esse propósito.

FIGURA 13 - Variável da afirmação 5 do questionário do Caso Queiroz

5 - O caso de corrupção conhecido como "Caso Queiroz" prejudica a imagem do governo Jair Bolsonaro.



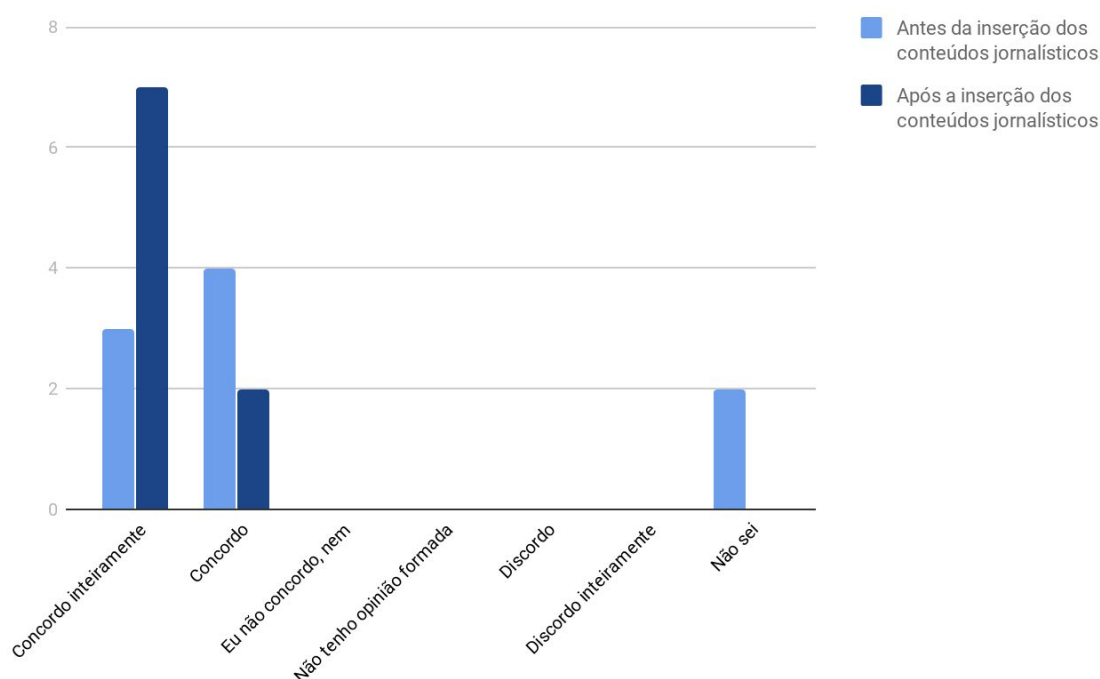
Fonte: elaboração própria

O gráfico da Figura 14, corresponde à afirmação sobre a acusação que incide sobre Flávio. A prática de cobrar devolução de salários é caracterizada por corrupção e não é um crime incomum. A ideia da afirmação foi trazer para a discussão uma questão ética sobre práticas de corrupção política e também compreender o grau de ciência dos participantes sobre as investigações do

caso Queiroz. Grande parte dos participantes concordaram que a prática deve ser caracterizada dessa forma.

FIGURA 14 - Variável da afirmação 6 do questionário do Caso Queiroz

6 - A prática, por parte de políticos, de cobrar de seus assessores a devolução de parte do salário deve ser classificada como corrupção política.

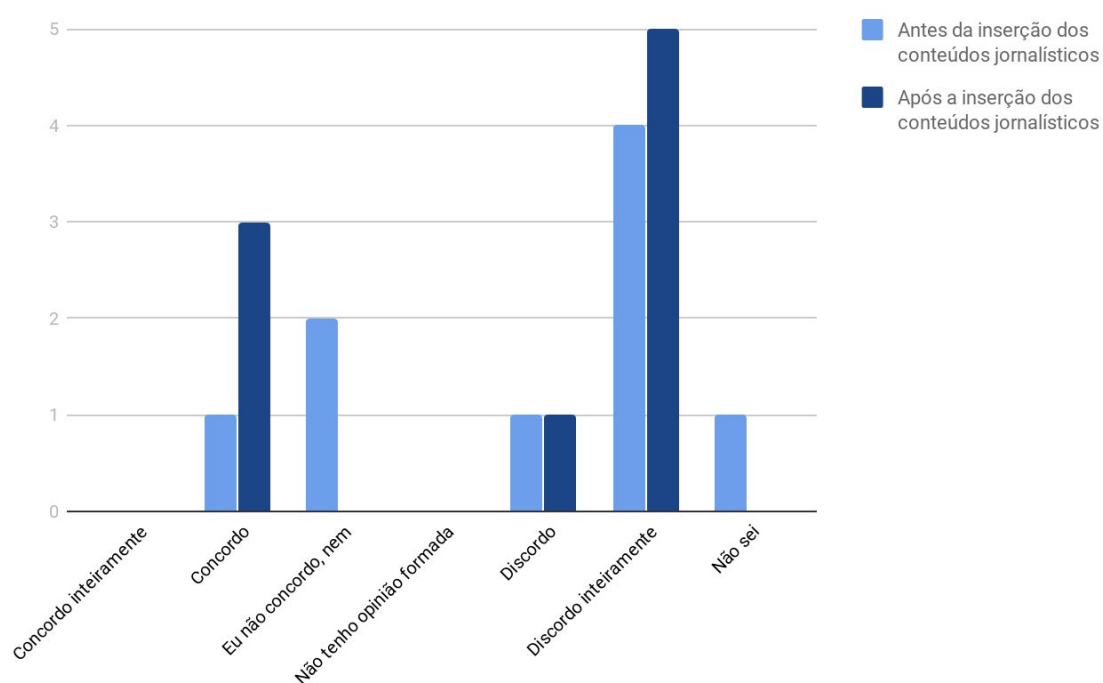


Fonte: elaboração própria

Já a Figura 15 traz uma provocação, que também é um convite à reflexão para os participantes. Ela foi incluída por termos notado que esse discurso era comum em comentários na internet e também em grupos de Whatsapp onde circulam conteúdos em defesa do governo. A ideia foi observar de que forma a inclusão de uma afirmação como essa poderia interferir no grupo e a dinâmica que se criaria no debate.

FIGURA 15 - Variável da afirmação 8 do questionário do Caso Queiroz

7 - As acusações contra Flávio Bolsonaro não tem fundamento e servem para atingir o governo de Jair Bolsonaro.

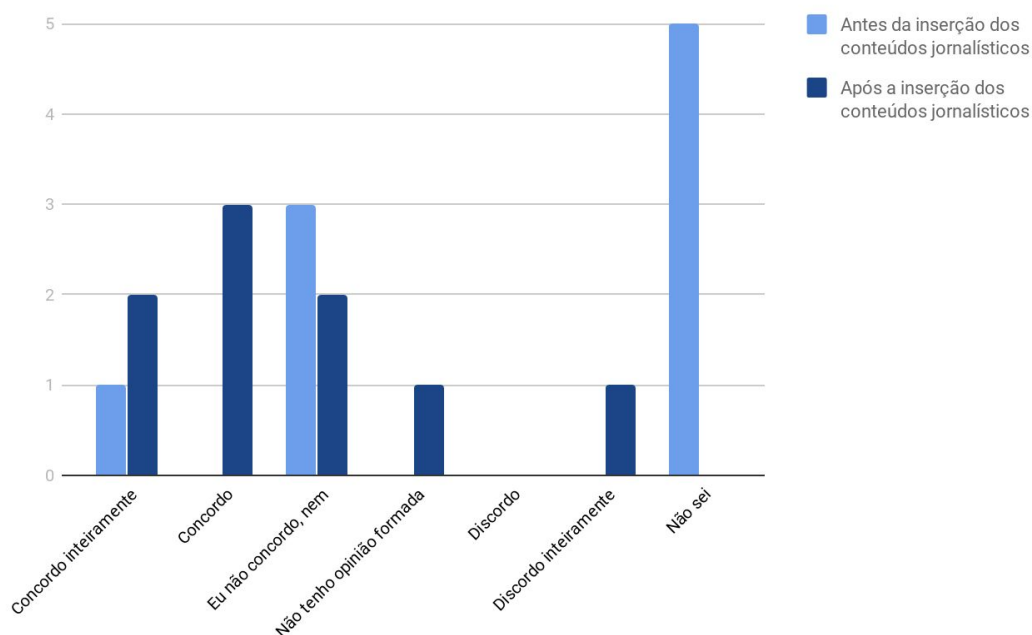


Fonte: elaboração própria

Por fim, a afirmação expressa na Figura 16 traz uma pergunta que também fizemos no grupo realizado em Portugal. Trata-se de um convite ao participantes para que pudessem observar a própria atuação dos veículos e os conteúdos que foram oferecidos. Assim como o grupo sobre a Operação Marquês, os brasileiros dedicaram grande parte da discussão para a reflexão sobre a questão midiática e o papel da mídia nos ambientes deliberativos.

FIGURA 16 - Variável da afirmação 8 do questionário do Caso Queiroz

8 - De forma geral, a mídia tem feito um bom trabalho na cobertura sobre o caso Queiroz.



Fonte: elaboração própria

6.4.1 Grupo de discussão: Caso Queiroz

Realizado na cidade de Ribeirão Preto, no dia 21/03/2019, o grupo de discussão sobre o caso Queiroz seguiu os mesmos padrões do grupo realizado em Portugal. Também constituído de forma heterogênea, a discussão ocorreu com nove participantes brasileiros. Os participantes foram escolhidos a partir de contatos do pesquisador em sua cidade natal, de forma aleatória. Asseguramos que eles não se conhecessem entre si para amenizar as interferências. Participaram ao todo cinco mulheres e quatro homens, com idades entre 22 e 84 anos, o que reflete proporcionalmente a pirâmide etária brasileira (IBGE, 2010). Cinco deles possuem Ensino Superior completo, dois possuem Ensino Médio completo e um, Ensino Fundamental completo. Três participantes são aposentados e dois deles estavam desempregados no

momento do debate. Consideramos, portanto, que certa variedade etária, de gênero e de escolaridade foi respeitada na execução do grupo.

A discussão teve cerca de 75 minutos e foi dividida em dois momentos, conforme proposta metodológica: antes e depois da inserção das notícias. A discussão foi relacionada a aspectos e desdobramentos da investigação do Caso Queiroz, que no momento estavam em evidência nos veículos de imprensa.

Pelo fato do grupo ser constituído de forma plural em termos ideológicos, uma série de sentidos opostos foram produzidos. Por esse ângulo, fica claro que o pano de fundo do debate é constituído na lógica da polarização política que se observa no Brasil desde as manifestações de junho de 2013. De um lado, os mais alinhados ideologicamente ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à esquerda de modo geral, e de outro os alinhados às ideias de direita e ao antipetismo canalizado por Jair Bolsonaro.

Por esta razão, em muitos momentos o debate se tornou acalorado e com emoções muito fortes com relação às discussões. Em muitos momentos a mediação foi necessária e o lembrete para o respeito às falas dos outros participantes. No final do primeiro momento do debate, a discussão tomou proporções tão efusivas que foi necessário o seu encerramento.

No entanto, notamos que um outro cenário, talvez ainda mais relevante, foi direcionador do debate: a junção entre o sentimento de impunidade com relação aos casos de corrupção e o descontentamento com as instituições políticas, midiáticas e o Poder Judiciário. É nítida a desconfiança que persiste com relação aos setores que são pilares do modelo eleitoral e da democracia representativa vigente. A chave de compreensão dos fatos passa por uma lógica punitivista com relação à classe política, feita de forma superficial, com um nível relativamente baixo no que concerne à reflexão crítica sobre as

estruturas do Estado brasileiro e as questões históricas que trouxeram o país à situação atual.

Em muitos momentos, o debate se voltou para a questão da mídia e os mecanismos de visibilidade da informação. A perspectiva geral, mesmo antes da inserção dos conteúdos, foi crítica com relação aos conteúdos midiáticos. A descredibilização da imprensa fez com que os indivíduos se voltassem a outras formas de acesso à informação, ainda que a veracidade desses fatos não fossem calcadas em fatos concretos. Apesar disso, também ficou evidente a necessidade de maior transparência com relação às investigações de corrupção, uma vez que a maior parte acredita que não deve haver segredo de justiça em nenhuma hipótese.

Nesse sentido, ao contrário do ocorrido no debate sobre a Operação Marquês, em Portugal, ainda que tenha havido o reconhecimento da importância da mídia no fornecimento de dados e informações, foi nítido que o uso direto dos conteúdos oferecidos foi feito em escala menor.

TABELA 14 - Sistematização dos argumentos e justificativas do grupo de discussão antes da inserção dos conteúdos jornalísticos.

Argumentos	Justificativas	Nível da discussão sobre o argumento	Classificação das justificativas	Jornais que utilizaram argumentos semelhantes
Os meios de obtenção de provas contra Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz não foram ilegais.	- Em outros casos de corrupção, sigilos bancários foram quebrados em casos de suspeita, para fins de investigação. - As pessoas hoje estão cada vez mais submetidas a vigilância, como as câmeras de monitoramento nas ruas. - Se ele não tem nada a esconder	Discussão pontual, que foi o centro do início do debate.	Racionais, abstratas e emocionais.	O GLOBO

	não deve temer a quebra do sigilo bancário. - Há contradição no discurso de sigilo bancário, pois o governo confere tudo que compramos e o que fazemos. Se fazem isso com a população, o político não deve estar de fora. - Se está acontecendo uma investigação, é necessário ter acesso a todas as informações. - Como cidadãos normais, já precisamos pagar impostos, declarar receitas, provar como compramos certas coisas. Se alguém está sendo investigado de corrupção, ocupando um cargo público, suspeito de fazer renda com corrupção, não deveria nem que haver questionamento. - As pessoas precisam saber selecionar diversas fontes de informação para saber dos casos como um todo.			
Direito ao sigilo bancário deve ser preservado, mas o caso em questão é	- Quebra do sigilo não deve ser uma regra, assim como nenhuma invasão de privacidade. Nos casos de	Discussão pontual, ocorrida em determinado momento do debate.	Racionais e emocionais.	BBC

uma exceção.	investigações, é necessário para concluir etapas e esclarecer fatos. - O governo ter acesso à informação é uma coisa, agora qualquer um ter acesso à informação é outra.			
Investigações devem sempre ocorrer de forma pública e nunca em segredo de justiça.	- Uma investigação de corrupção não envolve só o indivíduo, envolve a todos os cidadãos. - É papel da mídia informar e levar informação para quem está em casa. Mas tem uma linha entre informação e sensacionalismo. A informação tem que ser pública e estar contextualizada. - A informação deve ser sigilosa até certo momento, pois ajuda quem está investigando. - A visibilidade ajuda a pressionar as investigações para que ocorra justiça. - Se as pessoas não tiverem acesso as informações, podem estar sendo enganadas. Por isso essa informação deve vir com qualidade.	Discussão ampla, que rendeu debates divergentes e com argumentos complexos.	Racionais, abstratas.	BBC abordou a questão de forma indireta.
Investigações não devem ocorrer de	- A forma com que a mídia expõe certas coisas agride	Discussão ampla, que rendeu debates	Emocionais, abstratas.	BBC abordou a questão de forma indireta.

forma pública e o segredo de justiça deve ser respeitado em certos casos.	a imagem de forma indevida. Filmar prisões, tornar a questão um espetáculo é “deprimente” e “degradante”. Deve haver um limite na divulgação e na forma com que a mídia aborda os acontecimentos políticos. Há um excesso de informação na mídia sobre as questões. Há brigas entre televisões, briga por audiência, repetem sempre os mesmos assuntos e da mesma forma. A mídia se comporta de forma degradante.	divergentes e com argumentos complexos.		
Flávio Bolsonaro não deve ter foro privilegiado para investigações do Caso Queiroz.	- Se quando ele cometeu o suposto crime investigado não tinha direito ao foro privilegiado, não deve ter agora. - Mesmo ele sendo político, deve ser investigado como “qualquer um”.	A questão do foro privilegiado foi discutida de forma ampla e projetada em outros acontecimentos políticos.	Racionais, abstratas.	BBC e Estadão abordaram a questão, mas sem juízo sobre ter ou não o Foro.
Não deveria existir Foro privilegiado.	- Não deveria haver privilégios, afinal ele presta um serviço público. - Se ele é privilegiado, “qualquer um” deveria ser. - “Alguém” deve tomar uma providência para acabar com qualquer privilégio de políticos.	A questão do foro privilegiado foi discutida de forma ampla e projetada em outros acontecimentos políticos.	Racionais, emocionais e abstratas.	BBC e Estadão abordaram a questão, mas sem juízo sobre ter ou não o Foro.

	- Se “a gente” erra, temos que pagar. Por que eles não pagam? - O foro privilegiado foi criado para que políticos se “safem”. Com ele, já sabem que sairão impune dos crimes. - O foro privilegiado é uma “calamidade”. Deputados nunca são pegos por conta dele, pois fazem as leis para eles próprios.			
Flávio Bolsonaro está sendo perseguido politicamente.	- Pelo fato de ser filho do Presidente Jair Bolsonaro, Flávio está sofrendo perseguição dos que são contra o Governo, especialmente da mídia. - Governo Bolsonaro não cumpriu “nada que prometeu”, não está sendo um bom governo, porém o caso com o filho dele é perseguição política. Não depende do Bolsonaro resolver o caso. - A “mídia” está tentando usar casos para acabar com a reputação do presidente. - Jair Bolsonaro não seria tão “idiota” de	A argumentação foi levantada por aqueles que simpatizam com o governo de Jair Bolsonaro de forma mais acalorada.	Abstratas e emocionais.	Nenhum.

	se envolver em escândalos após a eleição porque preza pelo mandato. Não deve ser confundido com o filho. Essas ligações são forçadas para atingir o governo. - O pai é uma pessoa, o filho é outra. Ele não seria louco de fazer algo que prejudicasse a ele mesmo. - A questão do Flávio Bolsonaro é uma briga política que envolve o PT. - “Eu sou pai de família e não tenho responsabilidade pelos atos dos meus filhos”. - Ainda não tem provas sobre o caso, por isso não desgasta.			
O caso desgasta o governo de Jair Bolsonaro.	- O governo é abalado porque prometeu mudança e mostrou “mais do mesmo”. - A eleição se transformou em uma guerra. O Governo Bolsonaro se colocou como mudança e como algo diferente do que estava posto. Bastou passar a eleição para os escândalos aparecerem. O Caso Queiroz abala o governo porque eles se colocaram	O debate se iniciou com a questão do desgaste do governo frente ao Caso Queiroz, mas também tomou proporções no sentido do contexto eleitoral, as promessas de campanha de Jair Bolsonaro e sua postura pautada no discurso contra corrupção.	Racionais, abstratas e emocionais.	O GLOBO EL PAÍS

	como honestos e contra a corrupção. - Jair Bolsonaro não foi capaz de enxergar os “podres” das próprias pessoas que o cercavam. - O presidente deve sim responder pelos erros de sua própria família. - Não é só o filho, é a mulher e outras pessoas próximas que estão envolvidos no escândalo. A questão é sobre a família Bolsonaro, não só do Flávio. Jair Bolsonaro se blinda com a família.			
A devolução de parte dos salários dos assessores para políticos se caracteriza como corrupção.	- É um desvio de conduta, de moral e de ética que se caracteriza como corrupção. - Apesar de ser uma prática comum, inclusive nas câmaras de vereadores, é corrupção. - É corrupção. Mas o funcionário aceita fazer a devolução é mais corrupto que o corruptor. A corrupção é dos dois lados.	A discussão se iniciou com o Caso em específico, mas logo foi tomada por exemplos individuais, questões éticas de “necessidade” e a responsabilização por atos de corrupção.	Racionais, emocionais e abstratas.	EL PAÍS BBC FOLHA DE S. PAULO ESTADÃO
Os assessores que devolvem o dinheiro não são corruptos,	- Não sabemos as necessidades de cada um, o desemprego está alto e por vezes a	Discussão pontual derivada da discussão anterior.	Emocional, abstrata.	

porque depende da necessidade da pessoa. O corrupto é o político que oferece.	pessoa não tem opção. - É impossível viver corretamente com tamanha injustiça social. Cada caso é um caso. O corrupto é quem tem poder.			
Tanto os políticos que pedem parte do salário quanto os assessores que aceitam são corruptos de forma igual.	- Não existe isso de “necessidade” porque não é esse tipo de pessoa que é convidada a ser assessor de político. - A necessidade não obriga uma pessoa a ser ladrão, bandido, corrupto. - A oportunidade abre brecha para que a corrupção vá se instalando. - Não dá pra medir necessidade.	Discussão pontual derivada da discussão anterior.	Emocional, abstrata.	

TABELA 15 - Sistematização dos argumentos e justificativas do grupo de discussão após à inserção dos conteúdos jornalísticos

Argumentos	Justificativas	Nível da discussão sobre o argumento	Classificação das justificativas	Jornais que utilizaram argumentos semelhantes
Ainda que esteja havendo investigação, Jair Bolsonaro já se pronunciou e esclareceu os fatos.	- Jair Bolsonaro “deu a cara a tapa” para justificar que a questão do depósito feito por Fabrício Queiroz na conta de sua esposa se tratava de um empréstimo.	Fala pontual que não rendeu comentários posteriores.	Abstrato.	A questão citada foi levantada pela reportagem da BBC.
É preciso aguardar para que	- É preciso que a investigação esteja completa, com a	A questão do tempo de governo em	Racionais, emocionais e abstratos.	Nenhum.

conclusões sejam feitas.	análise das contas bancárias, para que se saiba o que de fato ocorreu, ainda que seja estranho o aumento dos rendimentos de Fabrício Queiroz. - Não é necessário retomar a discussão e os textos não mudam em nada o que foi discutido anteriormente, uma vez que as investigações não estão concluídas. - Independentemente de “quem seja”, é preciso investigar. Se for comprovado, tem que pagar; se for “bandido” tem que “ir pra cadeia”; é funcionário público e precisa prestar contas por aquilo de que está sendo acusado.	relação aos casos que surgiram foi central na segunda parte do debate.		
O Caso Queiroz não é diferente de nenhum outro que aconteceu no Brasil recentemente.	- Ninguém chega ao status de Presidente do Brasil sem “dever favor”. Ele está pagando favores assim como aconteceu com Lula e Dilma. - Isso é continuidade do que já existe no Brasil há muito tempo. Não é uma novidade de governo. - São práticas passadas pelos partidos de geração em geração, mas	A questão do tempo de governo em relação aos casos que surgiram foi central na segunda parte do debate.	Racionais, emocionais e abstratos.	Nenhum.

	agora estão tomando atitudes para mudar a situação.			
Jair Bolsonaro está tentando amenizar a situação de Flávio.	- O presidente tenta dizer que Flávio é “só um menino”, mas ele é senador, adulto “barbado” e deve ser responsabilizado.	Fala pontual sobre a relação de Jair com Flávio.	Racional e emocional.	Nenhum.
A família Bolsonaro não está se pronunciando da forma correta sobre os casos.	- As reportagens se encerram sem pronunciamento oficial. Isso é um descaso com os eleitores que depositaram confiança. Mais uma vez um governo que prometeu “mundos e fundos” e não dá satisfação.	Observação notada com relação às notícias. Em nenhuma delas há falas dos envolvidos.	Racional e emocional.	FOLHA DE S. PAULO ESTADÃO
Bolsonaro ainda não teve tempo para resolver o problema.	- Três meses é muito pouco para ele resolver os problemas do país, inclusive sobre a corrupção. - É muito cedo para descredibilizar um presidente, isso gera efeitos piores para o país. é preciso paciência. Se está ruim com ele, seria pior ainda com o PT no governo. A cobrança está sendo injusta. - Estão buscando “pelo em ovo” para prejudicarem o governo. - O que estourou foi algo que já estava sendo investigado.	A questão do tempo de governo em relação aos casos que surgiram foi central na segunda parte do debate.	Racionais, emocionais e abstratas.	Nenhum.

	Quem votou nele já sabia desse risco. Votaram porque pensaram que iria melhorar a economia do país. - Se o Bolsonaro foi corrupto, ele não será pego agora. Então de qualquer forma, é preciso paciência em nome do país.			
Escândalos de corrupção virem a público em três meses é escandaloso.	- Não se está medindo produtividade em termos de mudanças nos problemas, porque três meses é pouco. Mas três meses também é pouco para virem a público tantos casos de corrupção, como é o caso do Quiroz. - Com o PT não aconteceu dessa forma e as investigações foram a partir do segundo mandato do Lula. Os bolsonaristas ficam comparando ao Lula porque não têm como se defenderem dos escândalos do governo. - É bom que as acusações vieram a público cedo, porque há tempo de “tirar” todos os culpados do poder. - Não adianta falar que a instabilidade política é culpa da mídia ou do	A questão do tempo de governo em relação aos casos que surgiram foi central na segunda parte do debate.	Racionais, emocionais e abstratas.	ESTADÃO

	judiciário e das investigações. A culpa disso é de quem fez coisa errada e foi corrupto.			
--	--	--	--	--

6.5 Considerações comparativas

Este item é dedicado a compreender semelhanças e diferenças entre os contextos analisados, de forma a entender os mecanismos do debate informal midiático. Ambos os debates foram realizados com a mesma lógica, conforme proposta metodológica: casos de corrupção em evidência midiática no momento da elaboração dos grupos.

O primeiro ponto de relevância é relacionado à cobertura midiática dos casos e o momento político dos países em questão. Se por um lado, no caso português, o posicionamento dos veículos com relação ao caso foi mais evidente e incisivo, por outro, no caso brasileiro, os veículos adotam postura mais neutra em relação ao caso. Isso pode ser observado a partir de dois aspectos: José Sócrates já tinha cumprido o mandato, tinha a imagem mais desgastada frente à população e a investigação já estava em fase mais avançada; no caso Queiroz, o governo Bolsonaro se encontra em fase inicial, alavancado pela popularidade e proposta de mudança com relação ao governo anterior, porém com sinais de desgaste devido aos rápidos escândalos que sucederam as eleições de 2018.

Durante o grupo sobre a Operação Marquês, foi nítido que os participantes já possuíam posicionamentos consolidados sobre o caso, com inclinação desfavorável a José Sócrates e em apoio ao juiz Carlos Alexandre. A dinâmica do debate ocorreu no sentido de discutir aspectos sobre o sorteio do juiz de instrução e, dentre as duas opções, a narrativa construída midiaticamente ao longo dos desdobramentos do acontecimento já estava posta, ainda que os próprios participantes não se dessem conta da questão.

No caso do acontecimento brasileiro, a narrativa midiática ainda estava em construção devido ao contexto político brasileiro. No entanto, as premissas relacionadas à impunidade e à descrença no sistema político foram os condutores principais das ideias que circularam. Em contrapartida, o debate realizado no Brasil foi muito mais polarizado em termos ideológicos, o que também aponta para o contexto político do país. De um lado os bolsonaristas e antipetistas e do outro os que desprezam a narrativa da extrema direita e acreditam que o novo governo não será capaz de trazer mudanças positivas.

Ambos os grupos demonstraram necessidade de certo afastamento com relação aos sentidos produzidos pela mídia, materializado no desejo de “não se sentirem manipulados” pelos veículos. No grupo em Portugal, ainda que quase que a totalidade dos sentidos produzidos fossem ao encontro das opiniões expressas no debate, a desconfiança em relação à imprensa foi nítida. Qualquer discurso que não fosse perfeitamente compatível com pensamentos prévios dos participantes renderam uma série de críticas em relação ao trabalho da mídia, inclusive com teorias abstratas como “José Sócrates tem amigos na imprensa”. O mesmo fenômeno foi observado no caso brasileiro, em que diversos participantes teceram duras críticas à condução da imprensa dos casos, reclamando hora do excesso de informação e “sensacionalismo” e em outros momentos da “capacidade de destruir a reputação de políticos”. Nesse sentido, ficou evidente que os discursos em relação à cobertura da mídia se adaptam de acordo com o sentido midiático em questão: se for ao encontro das opiniões dos participantes, tecem elogios; se for contrário, duras críticas são feitas. O caso brasileiro chama especial atenção, uma vez que as respostas no questionário não refletem o próprio debate, já que durante a discussão o tom foi de crítica à imprensa, porém as respostas do questionário dizem o contrário.

Com relação à postura dos participantes durante o debate, notamos uma predisposição maior ao diálogo e abertura às ideias em Portugal, onde houve menos interrupções e maior respeito às falas entre os participantes. Atribuímos

a essa maior fluidez ao caso discutido, que é mais consensual, e ao momento político português, que é mais estável. No caso brasileiro ficaram nítidos os reflexos da instabilidade política dos últimos anos, o que revela o reflexo do macropoder nas esferas informais e ressalta a necessidade de estabilidade política para deliberações saudáveis.

Sobre o nível de leitura dos conteúdos jornalísticos propostos para o debate, observamos que em ambos os casos houve falhas no aproveitamento das leituras. Foi perceptível que após determinado momento o interesse pelos textos foi gradativamente diminuindo, sendo necessária intervenção da mediação para garantir aproveitamento integral de assimilação dos conteúdos. Admitimos que, dessa forma, tal interferência pode ter reflexos na espontaneidade do grupo; no entanto, no nosso entendimento, a leitura era imprescindível para a qualidade dos resultados da pesquisa. Não é possível avaliar uma média qualitativa ou quantitativa de quantos textos foram lidos ou mesmo o nível de aproveitamento dessa etapa como um todo. Isso pode ser entendido sob o ponto de vista cultural, a respeito do consumo de conteúdos escritos e a falta de práticas cotidianas de temas densos como o casos de corrupção e a necessidade observada de partilhas de novas descobertas ao longo da leitura, que acaba contribuindo para novas discussões e dispersões. De maneira geral, ao analisar a discussão após a inserção dos conteúdos, notamos que em Portugal houve maior aproveitamento dos conteúdos jornalísticos na segunda etapa do debate, conforme demonstram as tabelas apresentadas.

Um outro aspecto que é digno de destaque, ainda que não seja objetivo do trabalho, é a predominância de discursos emocionais em ambos os grupos. Mesmo nos momentos da estruturação argumentativa lógica, ficou evidente que a base das justificativas estavam relacionadas à questões subjetivas como as experiências pessoais, as narrativas íntimas e de fé, a identidade dos indivíduos. Em alguns momentos, as práticas argumentativas e de

convencimento mais eficazes foram as que produziram emoções e empatia nos demais participantes. Os dados e fatos em si foram interpretados a partir de leques amplos de significados ligados à experiências pessoais, o que torna a preocupação com essas questões necessárias às pesquisas que se propõem a analisar o debate público.

Tabela 16 - Síntese da análise comparativa

	Grupo em Portugal	Grupo no Brasil
Cobertura midiática.	Posicionamento dos veículos de comunicação foi mais clara e incisivo sobre o tema.	Postura dos veículos foi mais neutra e equilibrada. Narrativa midiática ainda em construção.
Posicionamento inicial dos participantes.	Opinião sobre o caso consolidada antes da discussão.	Opinião sobre o caso menos consolidada, com muitas dúvidas sobre o caso.
Dinâmica do debate	Respeitosa, com posicionamentos convergentes.	Desrespeitosa em muitos momentos, com polarização e dificuldade de diálogo sobre assuntos divergentes.
Visão sobre a democracia e as instituições	Nível moderado de descontentamento com as instituições democráticas.	Alto nível de descontentamento com as instituições democráticas.
Opinião sobre a cobertura da mídia	Apesar de acharem a cobertura boa, tentam se afastar do discurso midiático.	Apesar de acharem a cobertura boa, tentam se afastar do discurso midiático.
Aproveitamento da leitura dos conteúdos oferecidos.	Média. Alguns conteúdos foram lidos, mas não todos.	Média. Alguns conteúdos foram lidos, mas não todos.

Fonte: elaboração do autor

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica elucida aspectos importantes de processos de produção e negociação de sentidos, sob um ponto de vista sociológico, do

cotidiano político de cidadãos em contextos democráticos nos quais sociedade, política, cultura e instituições estão estruturadas a partir de uma lógica midiática.

Compreendemos a complexidade do objeto escolhido, que pode ser analisado a partir de diversos estudos, perspectivas e com diferentes metodologias. Defendemos, entretanto, que a escolha teórico-metodológica é uma contribuição empírica para a compreensão tanto das dinâmicas dos debates informais, quanto da forma com que sentidos jornalísticos podem ser apropriados. Nesse sentido, compreendemos que a dinâmica de grupos de discussão possa ser imprevisível e variável de acordo com o próprio grupo em si. Se o grupo fosse constituído de outros participantes, poderíamos ter obtido resultados diferentes. Nesse sentido, é difícil compreender questões comportamentais e específicas relacionadas a formação da opinião. No entanto, consideramos que foi possível ter um panorama sobre o debate informal, destacando sua relevância na construção dessa opinião desde o aspecto deliberativo até as questões relacionadas à apropriação dos sentidos midiáticos.

Uma das características que Braga (2006) aponta sobre a midiatização é o seu caráter diferido e difuso, uma vez que o autor aborda a questão sob a perspectiva estrutural. As formas de apropriação desses sentidos que circulam nas esferas sociais, na formação de novos sentidos, materializados em opiniões e argumentos, são de difícil mensuração. Desde o início, sabíamos que esse seria um desafio metodológico. No entanto, acreditamos que o mérito do trabalho foi analisar os microprocessos que ocorrem nos ambientes de conversação informais e qual seria o papel destinado aos conteúdos jornalísticos nesse processo.

Ainda que sob epistemologia distinta dos estudos de Braga, Stromback (2008) também aponta uma mudança estrutural no que concerne à lógica midiática dos processos políticos em sociedades com alto grau de

mediatização. No estudo, pudemos observar a fluidez com que esses processos ocorrem, uma vez que são condicionados por uma enorme quantidade de variáveis que torna a análise dessas dinâmicas de difícil mensuração e classificação. Notamos também que, embora tenhamos tido grande esforço na reprodução de espaços informais de discussão, a dinâmica necessária à pesquisa também se torna fator de influência na dinâmica do grupo. A questão produz um conflito metodológico que necessita ser refletido e aprimorado para preservar a qualidade dos resultados e da análise.

Compreendemos que cada participante do grupo possui bagagem própria, opiniões estruturadas, fontes que consideram credíveis, predisposição para determinadas versões de acordo com as chamadas mediações culturais (Martin-Barbero, 1997). Por outro lado, quando claras as intencionalidades e interesses das empresas de mídia, expressas em suas notícias, fica evidente que grande parte dos discursos formulados pelos participantes são midiáticos, seja por concordância ou por derivação e influência. Nesse sentido, reforçamos o terreno fértil existente para análise desses fenômenos, ainda que ajustes teóricos-metodológicos sejam necessários.

A lógica intersubjetiva do discurso parece ser um caminho de análise. É evidente que variáveis como idade, inclinação ideológica, classe social, etnia, gênero, sexualidade, escolaridade e cultura democrática, quando combinadas em grupos, produzem resultados diferentes em uma mesma cultura. No entanto, ressaltamos que o cenário político produzido a partir de processos midiáticos relacionados a interesses superiores ao próprio fato ou acontecimento e os mecanismos de produção ideológica a partir dos mais diversos discursos a longo prazo que caracterizam nações e culturas são fatores imprescindíveis na compreensão do fenômeno. Essa afirmação se justifica pelas diferenças significativas de resultados e comportamentos observadas na análise comparativa entre Brasil e Portugal. A variável do contexto, da relação de uma sociedade com a mídia, com a construção

histórica da democracia e o momento político em que a sociedade se insere é indispensável para superar as inúmeras variáveis do microcosmos de uma discussão informal. Nesse sentido, acreditamos que analisar a questão em perspectiva, com análise comparativa e com a imersão em um contexto distinto, foram responsáveis por um necessário aprofundamento do objeto sob o ponto de vista empírico. Os trabalhos desenvolvidos sob a vigência da BEPE/FAPESP deram um novo rumo à pesquisa e a análise, de forma a trazer contribuições extremamente valiosas para esta pesquisa.

Ressaltamos que optamos, em plena consciência, por descartar a elaboração de um terceiro grupo no Brasil, conforme previmos em um primeiro momento. Isso se justifica por algumas razões: a contribuição da pesquisa sob BEPE/FAPESP em Portugal ofereceu um aporte de análise comparativa que ditou novos rumos para a pesquisa, com um nível maior de complexidade e otimização de resultados, o que também trouxe novos desafios de levantamento bibliográfico, análise e reformulação metodológica; a partir disso, um segundo grupo feito no Brasil, além de trazer desequilíbrio no corpus da análise - já que apenas um grupo foi feito em contexto português - não traria contribuições significativas para o novo rumo que a pesquisa tomou a partir das contribuições da reformulação.

Acrescentamos, ainda, como mérito da experiência em Portugal, a rica contribuição teórico-metodológica com a qual tivemos contato. Autores que não teríamos contato de forma espontânea enriqueceram a discussão de forma a trazer mais consistência ao trabalho.

Uma outra questão digna de nota é a opção em não trazer a questão das redes sociais, comunicação em rede e ferramentas de internet para o trabalho apresentado. Seria no mínimo ingênuo descartar as dinâmicas da cibercultura no processo deliberativo e as formas complexas de circulação de sentido em rede nas sociedades midiáticas. Este trabalho vem de uma sequência de estudos em deliberação iniciada ainda na graduação, em

pesquisa de iniciação científica e trabalho de conclusão de curso na graduação em jornalismo. De início, os esforços foram centrados no universo digital e nas formas de interação online. Sabemos, portanto, as formas sofisticadas das interações, compartilhamentos, participação e as dinâmicas complexas de construção de sentidos, bem como a gestão de informação necessária à qualidade democrática e cidadania, especialmente em tempos de desinformação e polissemia.

No entanto, percebemos que a questão é objeto de grande atenção acadêmica, com publicações e análises de excelência sobre tal contexto. Por outro lado, a opção em estudar especificamente ambientes face-a-face de deliberação, com as dinâmicas próprias que foram apresentadas, bem como a influência dos conteúdos jornalísticos se justifica justamente pela carência de estudos de deliberação face-a-face. Ainda que seja cada vez mais impossível a separação entre presencial e virtual, especialmente no que diz respeito à produção de sentidos, acreditamos que os resultados apresentados também demonstram uma série de tendências no debate público que possuem marcas da cultura digital, como a dificuldade de leituras mais densas e as teorias abstratas notadas nos discursos de diversos participantes ao longo dos debates realizados.

Sobre a discussão acerca da racionalidade no processo deliberativo, destacamos a necessidade de uma guinada definitiva na compreensão dos aspectos emocionais e abstratos que são fatores constituintes do discurso. Mais do que isso, os grupos mostraram que o emocional e o abstrato são, de fato, agentes mobilizadores da participação e condutores da produção de sentidos. Nesse sentido, nos dois grupos analisados, foi nítido que as emoções são o ponto de partida das justificativas, colocando a racionalidade no espaço das justificativas, como construção secundária. O esforço maior dos participantes foi de agregar sentidos racionais a suas emoções, ligadas à indignação com os casos de corrupção debatidos. Após a inserção das

notícias, em muitos momentos foi nítido o esforço de buscar nesses conteúdos legitimação de opiniões prévias, especialmente nos momentos em que as emoções afloraram devido à discordâncias ideológicas. Por isso, acreditamos que estudos que avaliem o estímulo de diferentes emoções em espaços deliberativos possam contribuir para compreendermos esses espaços de formas mais complexas, já que espaços confortáveis e sem tensão (como foi o grupo em Portugal) parecem produzir ambientes mais propícios à mudanças de opinião e consideração da visão do outro. Já em ambientes mais tensos e com menor identificação entre as ideias (como foi o Grupo no Brasil) parecem produzir debates menos proveitosos do ponto de vista deliberativo. É nesse sentido que os estudos sobre identidade podem contribuir, no que diz respeito à disposição em ouvir o outro e as emoções que favorecem o debate saudável e assertivo. Como trabalho futuro, pretendemos explorar a questão emocional com maior afinco, dedicando o tempo de pesquisa necessário à produção de pesquisas que contribuam para o avanço das pesquisas na área.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, no. 49, 2000.

AVRITZER, Leonardo and COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados**, vol. 47, no. 4, p. 703–728, 2004.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. Noroit: **Les Temps Moderns**, 1972.

BARROS, Laan M. Recepção, mediação e midiatização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. **Mediação e Midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BASTOS, Marco Toledo. Medium, media, mediação e midiatização: a perspectiva germânica. In: JANOTTI JUNIOR, Jelder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (Org.). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BBC. Caso Queiroz: o que acontece com investigação sobre ex-assessor de Flávio Bolsonaro após decisão do STF. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47050794>>. Acesso em: 05/03/2019.

BRAGA José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006~.

CABRAL, Manuel Villaverde. **O exercício da cidadania política em Portugal**. Análise Social, p. 85-113, 2003.

CÉSAR, Orlando. Ecossistema de coerção dos media: Contributo do salazarismo e acção jornalística. **Comunicação Pública**: Vol.13 nº 24, 2018.

COHEN, Joshua. Deliberation and democratic legitimacy. In Bohman and Regh. *Deliberative democracy*. Cambridge: **MIT Press**, 1997.

COSTA, Sérgio. A Democracia e a Dinâmica da Esfera Pública, São Paulo: **Lua Nova**, no.36, 1995.

CUNHA, I.; SERRANO, E. **Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada entre Portugal, Brasil e Moçambique**. Lisboa: Alêtheia, 2014.

CUNHA, Isabel Ferin. Da ‘desdemocratização’ da Europa: democracia, media e corrupção política. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 38, n. 1, 2015.

CUNHA, I. F. **Pesquisa cooperativa e comparativa: o**

“**Média e corrupção (Portugal, Brasil e Moçambique)**”. In M. Gama & H. Sousa (Eds.), *Contributos do Congresso Internacional “Redes de Cooperação Cultural Transnacionais: Um olhar sobre a realidade lusófona”* (pp. 24-46). Braga: CECS, 2017.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper, 1956.

EL PAÍS. Crise de candidatos laranja se agrava, fecha cerco a PSL e complica Bolsonaro. Disponível em

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550852331_045158.html> Acesso em: 05/03/2019.

ESTADÃO. Flávio Bolsonaro é investigado em três esferas da Justiça; veja os casos. <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,flavio-bolsonaro-e-investigado-em-tres-esferas-da-justica-veja-os-casos,70002731355>> Acesso em: 05/03/2019.

EUROBARÓMETRO. **Percepção da Corrupção em Portugal**. União Europeia, 2017. Disponível em <<http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/81981>> Acesso em: 10/12/2018.

EXPRESSO. “Operação Marquês. Novas contradições no sorteio do juiz”. Disponível em <<https://goo.gl/Num44B>> Acesso em: 21 de outubro de 2018.

FARIA, Cláudia Feres. O que há de radical na teoria democrática contemporânea: análise do debate entre ativistas e deliberativos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, no. 73, 2010.

FAUSTO NETO, Antônio. A circulação além das bordas. In: **Mediatización, Sociedad y Sentido**. Diálogos Brasil y Argentina. Rosário: UNR, 2010.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**, 2007. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf> Acesso em: 10/07/2017.

FERREIRA, Diogo; DIAS, Paulo. **História de Portugal**. Verso da Kapa, 2016.

FILHO, Adelmo Genro. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre-RS-Brasil: Tchê!, 1987.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, Craig (Ed). **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT Press, 1996.

FOLHA DE S. PAULO. Ex-assessor de Flávio afirma que investimento de Queiroz rendia até 18% ao mês. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/ex-assessor-de-flavio-afirma-que-investimento-de-queiroz-rendia-ate-18-ao-mes.shtml>> Acesso em: 05/03/2019.

GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. **Comunicação e democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

GUARESCHI, Pedrinho A. Mídia e democracia: o quarto versus o quinto poder. Porto alegre: **Revista Debates**, v. 1, n. 1, p. 6, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto**

a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, ano XI, no. 21, p. 09-20, 2008.

_____. Teoria do agir comunicativo. São Paulo: **WMF Martins Fontes**, 2012.

LIMA, Venício Artur. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. Perseu Abramo, 2006.

JACKS, Nilda (Coord.). **Meios e audiências: a emergência dos estudos de recepção no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

JACKS, N. **Querência: cultura regional como mediação simbólica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

LEVY, P.. A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, n. 4, p. 37-57, 2014.

JORNAL DE NOTÍCIAS. "Procuradoria contraria Carlos Alexandre sobre Operação Marquês". Disponível em <<https://goo.gl/eHPWhA>> Acesso em: 20 de outubro de 2018.

MAIA, Rousiley. **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV Editora, 2008.

_____. Debates públicos na mídia: enquadramentos e trocas públicas de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**: no 2, p. 303-340, 2009.

_____. Emoção, retórica e histórias pessoais na esfera pública. In: Soares et al. **Mídia e Cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MAIA, Rousiley C. M. et al. Conversação e deliberação sobre questões sensíveis: um estudo sobre o uso das razões que circulam nos media. **Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica**. ISSN 1982-2553, n. 34, 2017.

MAGONE, José. A integração europeia e a construção da democracia portuguesa. Penélope: **Revista de História e Ciências Sociais**, n. 18, p. 123-163, 1997.

MANSBRIDGE, Jane. Deliberative democracy or democratic deliberation?. **Deliberation, Participation and Democracy: Can the people govern**, p. 251-271, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTINO, Luiz C. (org). **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?**. Ateliê Editorial, 2007.

MARQUES, Ângela Cristina S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para articulações entre arenas e atores. **Líbero**, ano XI, no. 21, p. 23-36, 2008.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

MEDINA Cremilda de Araújo. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MENDONÇA, Ricardo F.; SIMÕES, Paula G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **RBCS**, Vol. 27, no. 79, 2012.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento e (qual?) deliberação. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 206-227, 2011.

_____. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. **Revista Sociedade e Estado** – v.31 nº 3, 2016.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Revista Política & Sociedade**, n.3, p.11-26, out., 2003.

OBSERVADOR. “Carlos Alexandre coloca em causa sorteio de Ivo Rosa para a Operação Marquês”. Disponível em <goo.gl/hMdaFB> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

O Globo. “Mesmo desgastado com caso Queiroz, Flávio Bolsonaro terá cargo de direção no Senado”. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/mesmo-desgastado-com-caso-queiroz-flavio-bolsonaro-tera-cargo-de-direcao-no-senado-23430818>> Acesso em: 05/03/2019.

PERUZZO, Cicília N. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

PORTO, Mauro. “Enquadramentos da mídia e política”, in A. A. C. Rubim (org.), **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004.

POZOBON, Rejane De Oliveira and SCHAEFER, Ricardo. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Fronteiras - estudos midiáticos**, vol. 16, no. 3, 2014.

PÚBLICO. “Operação Marquês calhou a Ivo Rosa. ‘Finalmente há um juiz legal’”. Disponível em <<https://goo.gl/yEhM8y>> Acesso em: 29 de setembro de 2018.

RANCIÈRE, Jacques. A partilha do sensível. **São Paulo: Editora**, v. 34, 2009.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; BARROS, Samuel Anderson Rocha and MORAIS, Ricardo. Como avaliar a deliberação online?: um mapeamento de critérios relevantes. **Opinião Pública**, vol. 18, no. 2, p. 470–489, 2012.

SCHUMPETER, Joseph A. **Socialism, capitalism and democracy**. New York: Harper and Bros., 1942.

SCHUDSON, Michael. Why conversation is not the soul of democracy. *Critical Studies in Media Communication*, v. 14, n. 4, p. 297-309, 1997.

SILVA, Luiz M. Jornalismo, espaço público e esfera pública, hoje. **Comunicação e Espaço Público**, ano IX, no. 1 e 2, p. 36-47, 2006.

SILVA, Luiz M. Sociedade, esfera pública e agendamento. In: Lago, Claudia, and Márcia Benetti. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Vozes, 2007.

SILVA, Filipe Carreira. **Democracia deliberativa: avaliando os seus limites**. Centro de Estudos Sociais, 2004.

SILVEIRINHA, Maria João. Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público. **E POLÍTICA**, p. 147, 2007.

SIMON, Adam and XENOS, Michael. Media Framing and Effective Public Deliberation. **Political Communication**, vol. 17, no. 4, p. 363–376, 2000.

SNIDERMAN, Paul M; Theriault, Sean M. 2004. “The structure of political argument and the logic of issue framing”. In: Saris, Willem E. & Sniderman, Paul M. (ed.). **Studies in public opinion**. p. 113-65. Princeton: Princeton University Press.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, Helena. Os media em Portugal: novas formas de concentração. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 17, n. 2, 1994.

STRÖMBÄCK, Jesper. Four Phases of Mediatization: An Analysis of the Mediatization of Politics. **The International Journal of Press/Politics**, v. 13, n. 3, p. 228–246, 2008.

STRÖMBÄCK, Jesper e ESSER, Frank. Mediatization of Politics: Towards a Theoretical Framework. **Mediatization of Politics**, p. 3–28, 2014.

TENGARRINHA, José. O Estado Novo em Portugal, o controle da imprensa e a Guerra Colonial. Entrevista concedida à Tânia Alves. **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM) - v.5, n.1, jan- jun., 2016.

THOMPSON, B. John. A mídia e a modernidade. **Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

UNESCO. **Princípios Internacionais de Ética Profissional em Jornalismo**, 1983. Disponível em:

<<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/>> Acesso em: 10/07/2017.

V-DEM. Varieties of democracy: democracy for all? **V-DEM anual democracy report**. Gothenburg: University of Gothenburg, 2018. Disponível em <<https://goo.gl/QidFiu>> Acesso em: 20 de setembro de 2018.

WEBER, Max. Science as a Vocation. **Science and the Quest for Reality**, p. 382–394, 1946.

YOUNG, Iris Marion. Communication and the other: Beyond deliberative democracy. **Democracy and difference: Contesting the boundaries of the political**, v. 31, p. 120-135, 1996.